



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL



FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA
Qualidade e Inclusão Social

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUIZ CARLOS DE FREITAS

**O EFEITO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO
MÉDIO PROFESSOR JOÃO BENTO DA COSTA DO MUNICÍPIO DE PORTO
VELHO ENTRE OS ANOS DE 2011 A 2017: UM ESTUDO DE CASO**

Porto Alegre, RS

2019

LUIZ CARLOS DE FREITAS

**O EFEITO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO
MÉDIO PROFESSOR JOÃO BENTO DA COSTA DO MUNICÍPIO DE PORTO
VELHO ENTRE OS ANOS DE 2011 A 2017: UM ESTUDO DE CASO**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Dr^a. Márcia Abib Hecktheuer

Porto Alegre, RS

2019

CIP – Catalogação na Publicação

Freitas, Luiz Carlos de
O EFEITO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA ESTADUAL
DE ENSINO MÉDIO PROFESSOR JOÃO BENTO DA COSTA NO
MUNICÍPIO DE PORTO VELHO ENTRE OS ANOS DE 2011 A 2017:
UM ESTUDO DE CASO / Luiz Carlos de Freitas. – 2019.

149 f

Orientadora: Marcia Abib Hecktheuer.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.


1. Gestão Democrática Escolar. 2. Análise da gestão democrática dentro de
uma escola pública do ensino médio em Porto Velho. I. Hecktheuer,
Marcia Abib, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

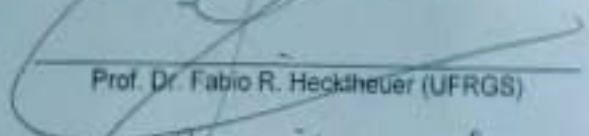
O EFEITO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO
MÉDIO PROFESSOR JOÃO BENTO DA COSTA DO MUNICÍPIO DE PORTO
VELHO ENTRE OS ANOS DE 2011 A 2017: UM ESTUDO DE CASO

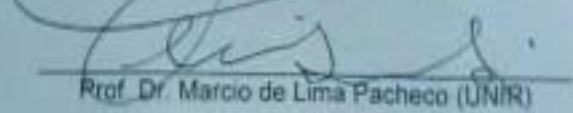
Esta tese de doutorado foi apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS


Coordenador do DINTER-UFRGS/FCR


Orientadora: Prof. Dra. Márcia Abib Hecktheuer (FCR)


Prof. Dr. Fabio R. Hecktheuer (UFRGS)


Prof. Dr. Marcio de Lima Pacheco (UNIR)


Prof. Dra. Lilian Moser (UNIR)

Porto Alegre, RS

2019

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado a oportunidade de viver neste mundo para aprender.

Ao Departamento de Ciências Políticas da UFRGS pelas portas que abriram para o meu conhecimento específico.

Ao Departamento de Economia da UNIR pela liberação e apoio para cursar o doutorado.

À Faculdade Católica de Rondônia, na pessoa de seu diretor Dr. Fábio Hecktheuer, pelos esforços na elaboração e acompanhamento do DINTER, além de fornecer grandes contribuições e sugestões a este trabalho.

A minha orientadora professora Dra. Márcia Abib pela amizade, tranquilidade, paciência e cuidado com que me orientou na produção desta tese.

Aos professores e colegas da linha de pesquisa Gestão Participativa, pelas discussões e conhecimentos proporcionados durante os seminários.

À direção da Escola Estadual de Ensino Médio Professor João Bento da Costa, em especial, ao diretor, professor Francisco Rodrigues Lopes, por não medir esforços para que todos os professores pudessem fornecer as melhores informações possíveis.

Aos professores, técnicos e funcionários da secretaria da Escola Estadual de Ensino Médio Professor João Bento da Costa, pelos dados fornecidos para a pesquisa, sem os quais esta tese não teria o mesmo sentido.

Aos professores Dra. Lilian Moser e Dr. Clarides Barba (UNIR), pela ajuda, conselhos e revisão do trabalho principalmente na área metodológica.

Aos ex-alunos e aos alunos da 3ª série do ensino médio que colaboraram na pesquisa com o preenchimento dos questionários.

A todos meus familiares que torceram por mim e contribuíram de um modo ou outro para tornar menos penosa a distância do lar e possibilitaram-me cursar a pós-graduação com mais tranquilidade.

Especialmente, a minha esposa Lúcia Aparecida de Oliveira e aos meus filhos João Mário, Maria Clara e Mateus Luiz, que renunciaram momentos em comum para que eu pudesse me dedicar à pesquisa.

E a todos que me ajudaram e que preferiram ficar no anonimato, o meu sincero obrigado.

“Democracia sem educação e educação sem liberdade são antinomias, em teorias, que desfecham, na prática, em fracassos inevitáveis” (Anísio Teixeira).

RESUMO

A Gestão Democrática ou Participativa surgiu como uma forma de política pública para melhorar a gestão centralizadora e burocrática que vinha do Regime Militar. Passou a ser implementada no Brasil pelas reformas da nova Constituição de 1988, em seu Art. 206. Da mesma forma, a política pública educacional passou a adotar a gestão democrática no ensino, apoiada pelas mudanças da constituição e pela nova LDB (Lei nº 9.394/96). Com essa nova política pública educacional, as instituições de ensino estaduais passaram por uma reorganização interna em seus colegiados (Direção, Supervisão, Orientação Educacional e Equipe Pedagógica), coordenadas pelas SEDUCs e elegeram os primeiros Diretores e os Conselhos Escolares pelo voto direto dos membros da comunidade escolar. Em Rondônia, as mudanças implementadas pela gestão democrática só iniciaram em 2011. Mas, como forma de política pública estadual, só passou a ser regulamentada através da lei nº 3.018, de 17 de abril de 2013 (Lei da Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia), que garante a gestão democrática nas escolas públicas com autonomia financeira e pedagógica, tomadas de decisões por processos coletivos com transparência e participação da comunidade escolar nos Conselhos Escolares. Entre todas as escolas estaduais em Porto Velho, uma já vinha se destacando com um ensino diferenciado, através do “Projeto Terceirão”, com o objetivo de aprovar o maior número de seus alunos no ENEM. A Escola Estadual de Ensino Médio Professor João Bento da Costa dedica-se exclusivamente ao ensino médio e está localizada na Zona Sul da cidade, em uma região de bairros constituídos de famílias com baixa renda. Passou a ser referência para os estudantes pobres que queriam fazer um curso superior em uma universidade pública. O objetivo desta pesquisa é realizar um estudo sobre os efeitos da gestão democrática dentro da escola, através de abordagem qualitativa e quantitativa, para verificar se: esta nova forma de política pública educacional influenciou nos índices de aproveitamento dos alunos no período de 2011 a 2017; se a gestão participativa contribui para a aprovação dos alunos no ENEM, SISU e PROUNI; se o Conselho Escolar permite que o corpo técnico e discente participe ativamente das decisões tomadas em colegiado e se o Conselho Escolar tem realmente autonomia pedagógica, administrativa e financeira em relação à SEDUC. Para a elaboração deste estudo, será realizado um levantamento documental histórico sobre os conceitos de Formação do Estado e da Democracia; do Neoliberalismo e suas influências nas mudanças das políticas públicas educacionais no Brasil; das políticas públicas educacionais na Amazônia e da implantação da gestão democrática nas escolas de Rondônia através dos conceitos baseados em autores como: Arendt, Bobbio, Carvalho, Dahl, Luck, Paro, Saviani e Santos. Serão realizados levantamentos específicos na escola para a obtenção das aprovações no ENEM; reprovações; atividades do Conselho Escolar da gestão democrática através de entrevistas semiestruturadas com a direção, professores, técnicos, alunos e membros do conselho para confrontar os resultados e verificar as hipóteses da pesquisa.

Palavras Chave: Democracia, Gestão Democrática, Gestão Educacional, Participação, Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

Democratic or Participative Management emerged, as a form of public politics to improve the centralizing and bureaucratic management that came from the Military Regime. In the same way, educational public politics began to adopt democratic management in education, supported by the changes of the 1988 constitution in the article 206. In the same way, educational public politics began to adopt, democratic governance in education, supported by changes in the constitution and new LDB (Basic Guidelines for Education, law nº 9.394/96). With this new public educational politics, the state educational institutions underwent an internal reorganization in their collegiate ones (Direction, Supervision, Educational Orientation and Pedagogical Team), coordinated by the SEDUCs and they elected the first directors and the School Councils, by the direct vote of the members of the school community. In the state Rondônia, the changes implemented by democratic management will only start in 2011. But as a form of state public politics, only the law will be regulated by the law nº 3.018 of April 17, 2013 (Law on Democratic Management in the Public School Rondônia State), which guarantees democratic management in public school with financial and pedagogical autonomy, decision-making through collective processes community in the School Councils. Among all the state schools in Porto Velho, one was already highlighting differentiated teaching, through the "Terceirão Project", with the purpose of approving the majority of Bento Costa School's student in their exams. The State High School Professor João Bento da Costa is dedicated exclusively to high school and is located in the south zone of the city in a region of neighborhoods made up of families with low income. It became a reference for those who wanted to qualify to a public university. In this study we intend to carry out an investigation on the effects of the democratic management within the school through a qualitative and quantitative approach. We aim at verifying: if this public educational politics has influenced the results in the in the period from 2011 to 2017; if the participatory management contribute to the approval students in ENEM, SISU and PROUNI; if the Council allow the technical staff and student to participate in the school activities and if the School Board really have administrative and financial autonomy in relation to Education Secretariat (SEDUC). For the preparation of this study, a historical documentary survey will be carried out on the concepts of State and Democracy Formation; research on Neoliberalism and its influences on changes in public educational politics in Brazil: public educational politics in the Amazon, and the implantation of the democratic management in Rondônia schools through concepts based on authors such as: Arendt, Bobbio, Carvalho, Dahl, Luck, Paro, Saviani and Santos. Specific surveys will be carried out at the school obtain approvals at the ENEM; school failures; School Board activities of democratic management. We will conduct semi-structured interviews with school managers, teachers, secretaries, students and board members to confront the results and verify the research hypotheses.

Key-words: Democracy, Democratic Management, Educational Management, Participation, School Council, and Pedagogical Political Project

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Despesas com a Educação	65
Gráfico 02 – Gastos anuais por estudantes por etapa – 2013.....	67
Gráfico 03 – Rendimento Médio por área de atuação profissional.....	68
Gráfico 04 - Renda Familiar dos alunos	98
Gráfico 05 - Evolução da Demanda de alunos por série do ensino médio	111
Gráfico 06 - Índice de Aproveitamento escolar	112
Gráfico 07 – Aprovações na UNIR, SISU e PROUNI.	115
Gráfico 08 – Valorização do Professor	133

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Ocupação dos bairros	92
Foto 02 – Avenida Jatuarana em 07/09/1985.....	93
Foto 03 - Av. Jatuarana 2018.	95
Foto 04 – Escola João Bento da Costa.....	97

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização de Rondônia no Brasil e na América do Sul	85
Mapa 02 – Localização de Porto Velho/RO	86
Mapa 03 – Localização da Escola em Porto Velho/RO.....	96

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01 – Características de uma Democracia moderna	35
Quadro 02 – Objetivos específicos dos mecanismos escolares	49
Quadro 03: Estrutura organizacional do Conselho Escolar	51
Quadro 04 – Composição das equipes do Conselho Escolar	51
Quadro 05 – Funções da Equipe Pedagógica.....	53
Quadro 06 – Pressupostos do gestor.....	82
Quadro 07 – Objetos dos Planos de Ação	83
Quadro 08 - Quantidade de turmas de cada ano	101
Quadro 09 – Atividades extraclasse realizadas pela escola.....	103
Quadro 10 – Prêmios obtidos pela escola	104
Quadro 11 – Diretrizes Temáticas da Análise.	109
Quadro 12 - Total de alunos da escola em 2017 (Ensino Médio e EJA)	111
Quadro 13 - Avaliação do ENEM por área de conhecimento.....	113

Quadro 14 - Aprovações obtidas pelos alunos da Escola.....	115
Quadro 15 - Opinião dos alunos da 3ª Série sobre a Escola João Bento da Costa.	121
Quadro 16 - Opinião dos alunos egressos sobre a Escola João Bento da Costa.	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC – Assembleia Nacional Constituinte
ANDES – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
ANEE – Aluno com Necessidades Educacionais Especiais
ANPED – Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
CBE – Conferência Brasileira de Educação
CEP – Comitê de Ética e Pesquisa
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNTE – Conferência Nacional de Trabalhadores da Educação
COHAB – Companhias de Habitação Popular
CONED – Congresso Nacional de Educação
CRE – Coordenadorias Regionais de Educação
DEE – Delegacia de Ensino
DETRAN – Departamento de Trânsito
DOE – Diário Oficial do Estado
EFMM – Estrada de Ferro Madeira Mamoré
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio
FIMCA – Faculdades Integradas Aparício Carvalho
FIES – Financiamento Estudantil
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização da Educação
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira
IES – Instituição de Ensino Superior
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOA – Lei Orçamentária Anual
ME – Ministério da Educação
NEBA – Necessidades Básicas de Aprendizagem
NSE – Nível Sócio Econômico
OG – Ouvidoria da Gestão
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola
PISA – Programme for International Student Assessment
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE – Plano Nacional de Educação
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROINFO – Programa Nacional de Informática na Educação
PROFORMAÇÃO – Programa de Formação de Professores em Exercício
PROUNI – Programa Universidade para Todos
Qedu – Site relacionado a dados escolares da Fundação Lemann
SAEB – Sistema de Avaliação de Ensino Básico
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEDUC – Secretaria Estadual da Educação
SEMECs – Secretaria Municipal de Educação
SISU – Sistema de Seleção Unificada
UERO – Universidade Estadual de Rondônia
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundos das Nações Unidas para a Infância
UNIR – Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	27
2.1 A Formação do Estado e da Democracia.....	28
2.2 A Democracia e sua Representação	33
2.3 O Neoliberalismo e a Reestruturação da Educação	36
2.4 Os Interesses Internacionais nas Políticas Públicas Educacionais do Brasil	40
2.5 As Políticas Públicas Educacionais na Amazônia.	43
2.6 Políticas Públicas Educacionais em Rondônia – Retrospectiva.	46
3 A ESCOLA.....	55
3.1 Escola Pública.....	58
3.2 Autonomia da Escola Pública.	62
3.3 Desafios da Escola Pública.....	64
4 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO.....	72
4.1 Gestão.....	72
4.2 Gestão Democrática.	74
4.3 Gestão Democrática da Escola Pública.	77
5 A ESCOLA JOÃO BENTO DA COSTA.....	85
5.1 Características históricas da cidade de Porto Velho	85
5.2 A contextualização da Escola Professor João Bento da Costa no bairro Eldorado.	91
6 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROFESSOR JOÃO BENTO DA COSTA.....	106
6.1 A Gestão Democrática na Escola: Dados e análises.....	109
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS.....	135
APÊNDICES	143
ANEXOS	149

1 INTRODUÇÃO

Em nossa vida, passamos boa parte dentro da escola. É ali que aprendemos a viver em sociedade, a fazer amigos, moldar nossa personalidade e obter os primeiros conhecimentos para a futura vida profissional. Por isso, a escola deve ser um local especial, principalmente a escola pública, pois é onde se moldará a cultura social da grande maioria da população. Ela nos acompanhará por todas as etapas da vida e sempre nos lembraremos dela.

A busca por melhorar a educação e dar-lhe uma boa qualidade sempre foi e será uma meta das políticas públicas educacionais dos trabalhadores da educação para que seus estudantes adquiram conhecimentos, cultura, emancipação e liberdade para terem uma visão crítico-democrática da sociedade em que vivem. Essas questões sempre desafiaram as políticas públicas voltadas para o bem-estar da sociedade e, principalmente, da classe operária, que quer uma qualidade de vida melhor. E a qualidade no ensino tem levado a muitos debates, discussões e tomada de decisões, certas ou erradas, por parte das políticas públicas governamentais e das instituições responsáveis.

Para se tornar universal, gratuita e de qualidade, as políticas públicas educacionais modificaram-se ao longo dos anos e foram se adaptando às necessidades de sua época. Passaram pelos jesuítas¹, no período colonial, pela reforma do Marquês de Pombal², por algumas alterações no período da regência de D. João³, em 1808, por mudanças na regência trina de Feijó⁴, por reformas na

¹A Companhia de Jesus, cujos membros são conhecidos como jesuítas, é uma ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco Íñigo López de Loyola, conhecido posteriormente como Inácio de Loyola com a função de catequizar e educar na fé.

²Marquês de Pombal - Sebastião José de Carvalho e Melo (1750-1770) foi ministro do rei Dom José de Portugal e fez uma grande reforma em Portugal e nas Colônias.

³Dom João foi o Príncipe Regente português, que fugiu de Portugal perseguido por Napoleão Bonaparte em 1808, ficando no Brasil até 1815. Foi coroado como D. João VI e rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de 1816 até a independência do Brasil em 1822. De 1822 em diante, foi rei de Portugal e Algarves até a sua morte, em 1826.

⁴Diogo Antônio Feijó ou Regente Feijó ou Padre Feijó considerado um dos fundadores do Partido Liberal. Foi professor de História, Geografia, Francês, vereador em Itu, deputado por São Paulo, senador, ministro da justiça, defensor da descentralização e de políticas liberais e regente do Império (1835-1837).

República Velha e Nova, no governo de Vargas⁵, pela Escola Nova⁶ onde a Constituição de 1934 dedicou um capítulo inteiro para a educação (Artigo 148), pelo surgimento da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB⁷ ou Lei nº 4.024, pela criação da 2ª LDB ou Lei nº 5.692 no período dos governos militares, em 1971, até chegar na reformulação da Lei nº 9.394 ou LDB atual.

Foram muitas mudanças nas políticas públicas educacionais, mas o sistema de gestão escolar evoluiu muito pouco nas reformas anteriores. Anísio Teixeira tentou, na década de 30, dar à gestão escolar uma visão democrática, mas foi impedido pelo “Estado Novo” de Getúlio Vargas. Só com a Constituição de 88 e a nova LDB é que a gestão escolar conseguiu maior liberdade democrática, onde passou-se de uma política pública centralizada para uma de participação social. As conquistas das políticas públicas educacionais não foram adquiridas por mérito das classes dominantes, mas pelas classes trabalhadoras, em um processo sofrido, de muita luta e demorado.

Com o final da “Ditadura Militar⁸” e o retorno da democracia ao país, inicia-se um debate para a modernização das políticas públicas voltadas para a educação e surgem, em 1980, as Conferências Brasileiras de Educação - CBE⁹, que rompem com as políticas educacionais anteriores e consolidam-se com as ideias da Gestão Democrática que vinham sendo discutidas na Assembleia Nacional Constituinte – ANC.

⁵Getúlio Dorneles Vargas foi um advogado e político brasileiro, líder civil da Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha, depondo seu 13º e último presidente, Washington Luís. Foi presidente da Brasil em dois períodos. O primeiro período foi de 15 anos ininterruptos, de 1930 até 1945, e dividiu-se em 3 fases: de 1930 a 1934, como chefe do "Governo Provisório"; de 1934 até 1937, como presidente da república do Governo Constitucional, tendo sido eleito presidente da república pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934; e, de 1937 a 1945, como presidente-ditador, durante o Estado Novo implantado após um golpe de Estado.

⁶A Escola Nova, também chamada de Escola Ativa ou Escola Progressiva, foi um movimento de renovação do ensino que surgiu no fim do século XIX e ganhou força na primeira metade do século XX.

⁷LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ou Lei Darcy Ribeiro estabelece, em 92 artigos, as normas para educação pública brasileira, desde o ensino infantil até o ensino superior.

⁸Ditadura militar foi o regime instaurado em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob o comando de sucessivos governos militares. De caráter autoritário e nacionalista, teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, o então presidente democraticamente eleito. O regime acabou quando José Sarney assumiu a presidência, o que deu início ao período conhecido como Nova República (ou Sexta República).

⁹ CBE - Conferências Brasileiras de Educação: foram realizadas cinco, sendo a mais importante a quarta, onde se preparou as diretrizes básicas e as discussões da implantação da Gestão Democrática dentro da Constituinte. A 1ª CBE foi realizada em 1980 em São Paulo, 2ª em 1982 em Belo Horizonte, 3ª em 1984 Niterói, 4ª em 1986 em Goiânia e a 5ª em Brasília em 1988 com o fechamento da nova Constituição.

Com a nova Constituição Federal de 1988, as oportunidades de mudar as políticas públicas educacionais surgiram estabelecidas pelos artigos 205¹⁰ e 206¹¹ e pelos artigos 3º (inciso VIII), 12º, 14º e 64¹² da nova LDB (ou Lei nº 9.394/96). Também, as Leis Estaduais e as Leis Orgânicas Municipais¹³ permitiram às escolas “poder maior de decisão” e estão preparando-as para exercê-lo. Daí a importância das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Cultura (SEDUCs e SEMECs) em dar o respaldo necessário para a gestão participativa funcionar auxiliando e fornecendo subsídios para o desempenho.

Inicia-se, portanto, a implantação da Gestão Democrática, onde os responsáveis pela escola e a equipe pedagógica, juntamente com a comunidade escolar, decidem, através do Conselho, as prioridades escolares, como aplicar os recursos financeiros e como resolver seus próprios problemas. Em 9 de janeiro de 2001, foi sancionada a Lei nº 10.172 dos Planos Nacionais de Educação - PNE¹⁴, que, no artigo 2^o¹⁵, estabelece a gestão democrática como prioritária para a educação. O 2º PNE, estabelecido pela Lei nº 1.305 de 25/06/2014, definiu no Art. 2º, item VI, as normas específicas no prazo de 2 (dois) anos a partir da publicação, para a implantação. Assim, consolida-se a política pública educacional do novo sistema de administração escolar.

Com a nova política pública educacional, a comunidade escolar terá papel fundamental no auxílio da gestão na escola, democratizando as funções pre-estabelecidas na ordem gestora e fortalecendo os vínculos da comunidade estudantil

¹⁰Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família – Constituição Federal de 1988.

¹¹Art. 206. VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei – Constituição Federal de 1988.

¹²Art. 3. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino – LDB 9394/96.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: elaborar e executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros e outras medidas.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino além de outras medidas.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional – LDB 9394/96.

¹³Lei orgânica de um município é a lei maior de competência do próprio processo legislativo dos municípios do Brasil, elaborada e promulgada para reger o município, que pela natureza de república federativa, com a obrigação de respeitar o princípio da simetria constitucional para com a constituição federal e da Constituição estadual.

¹⁴PNE - Plano Nacional da Educação determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos anos aprovado pelo Congresso Nacional.

¹⁵Art. 2. “VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública”. – PNE, 2014.

com os professores, técnicos, pais e responsáveis. Entende-se, então, que há necessidade de envolvimento administrativo maior da equipe pedagógica, e esta deve criar condições favoráveis para que o ensino e a aprendizagem sejam adequados às novas diretrizes. O envolvimento pedagógico terá que evoluir para dar condições ao acadêmico de ficar na escola e sentir-se bem nela, ajudando a eliminar as reprovações e o abandono da escola (HORA, 2007, p. 51).

A escola terá que cativar, não por obrigação, mas para que o estudante tenha prazer de estudar e adquirir conhecimento, criando ambiente saudável e de companheirismo. É o desafio da nova forma de política pública educacional de ensino. Estas propostas já eram realizadas no sistema tradicional, mas, agora, todos os integrantes que atuam na escola, os pais e responsáveis, estarão empenhados em desenvolver o sistema educacional de qualidade, não só para obter conhecimento, mas para ter senso crítico da realidade.

O sistema tradicional de ensino (autoritário) foi transformado no sistema mais adequado para a atualidade, onde as informações são rápidas e de fácil acesso dos jovens através da internet. É claro que tais mudanças não são suficientes, pois não existe liberdade completa para gerir a escola. Estas ainda dependem do Ministério da Educação e Cultura – MEC¹⁶ e das SEDUCs, em relação aos materiais didáticos, contratações de profissionais e recursos financeiros.

Contudo, as mudanças realizadas pelas políticas públicas do MEC “parecem” realizar alterações positivas no sistema de gestão escolar, embora ainda persista a ideia de que os jovens devem apenas demonstrar resultados positivos no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM¹⁷ e em concursos públicos. Aparentemente, um conhecimento histórico acumulado para toda vida e para a cidadania não interessa (PARO, 1998, p.5).

Apesar das desconfianças da classe educacional, o MEC e os responsáveis pela política educacional no Brasil mostram que as reformas realizadas no ensino são

¹⁶MEC - Ministério da Educação e Cultura é um órgão do Governo Federal do Brasil criado pelo Decreto nº 19.402, em 14 de novembro de 1930, pelo Presidente Getúlio Vargas, responsável por todos os assuntos relacionados à educação pública no país. Durante alguns governos seu nome foi mudado para Ministério da Educação.

¹⁷O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) foi criado pela Portaria do MEC nº 438, no dia 28 de maio de 1998, na gestão do ministro da educação Paulo Renato Souza, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Foi utilizado entre 1998 e 2008 para selecionar os alunos para as universidades federais. No governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2009, e com o ministro da educação Fernando Haddad, foi introduzido um novo modelo. Passou a ser realizado em dois dias, contendo 180 questões objetivas e uma redação. A implementação ficou a cargo do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

“modernizadoras e atualizam o sistema de gestão”, valorizam os professores, a comunidade escolar e procuram reaproximar os pais da escola, afastados pelo excesso de trabalho para prover a família. Por isso, querem o apoio da sociedade para que essas mudanças nas políticas públicas educacionais aconteçam de forma democrática e produzam resultados.

No Estado de Rondônia, as políticas educacionais da Gestão Democrática passaram a ser implementadas depois de 30 anos nas escolas públicas estaduais a partir de 2011, com reuniões para conhecimento, preparação dos profissionais para a gestão do novo sistema, processo de eleição dos Conselhos Escolares, eleições diretas para diretores, monitoramento e orientações (SEDUC, 2011a). No entanto, só em 17 de abril de 2013, é que foi criada a Lei Estadual nº 3.018 que estabelece as normas das políticas educacionais da Gestão Democrática na rede pública estadual de ensino.

Em Porto Velho, uma escola da periferia já vinha se destacando das demais nos últimos anos. Tinha um projeto educacional diferenciado voltado para os estudantes de famílias de baixa renda. O “Projeto Terceirão”, elaborado por professores da escola, com o objetivo de preparar os acadêmicos do terceiro ano do ensino médio para obterem boa classificação no ENEM e vaga na Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Tal intuito dos professores acabou também facilitando a entrada dos alunos nas faculdades da rede privada, com a obtenção de boas classificações e aprovações em seus testes de seleção.

Com bons resultados nas aprovações do SISU¹⁸, ENEM e PROUNI¹⁹, houve, como consequência, aumento na demanda das vagas da escola e esta, por sua vez, renunciou ao ensino fundamental e passou a trabalhar exclusivamente com o ensino médio. É a Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio Professor João Bento da Costa, localizada na Zona Sul, no Bairro Jardim Eldorado, no município de Porto Velho, na Rua Camélias, nº 5.301, esquina com a Rua Jatuarana.

¹⁸ O SISU - Sistema de Seleção Unificada foi criado no dia 26 de janeiro de 2010 pela Portaria Normativa Nº 02, no mandato do Ministro Fernando Haddad e no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. É gerenciado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). É um processo seletivo através de pontuação no Enem para entrada de novos alunos em instituições públicas de Ensino Superior.

¹⁹ ProUni - Programa Universidade para Todos foi criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, tendo como ministro do MEC Fernando Haddad e como presidente Luís Inácio Lula da Silva. É um programa do Governo Federal do Brasil para conceder bolsas de estudo integrais ou parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior.

A escola foi criada pelo Decreto Estadual nº 7.812 de 28 de abril de 1997 e sua inauguração ocorreu no dia 26 de maio de 1997, homenageando com o nome, o piauiense que chegou à região Amazônica na década de 50, que prestou excelentes serviços à educação no município (PPP, 2018, p.5) e utilizando as dependências do prédio construído para sediar a Universidade Estadual de Rondônia.

O interesse pela linha de pesquisa e constituição do estudo sobre as políticas públicas educacionais da Gestão Democrática na escola deve-se às experiências já adquiridas do pesquisador na Educação do ensino médio e pelos excelentes resultados obtidos pela escola. O objetivo da pesquisa é verificar se a implementação da gestão democrática está atendendo às reivindicações da comunidade escolar (alunos, professores e técnicos), e se a gestão produz resultados positivos nos índices de desempenho da escola. Além disso, analisar-se-á os efeitos da nova forma de política pública educacional no desempenho dos alunos egressos da escola, no período da implementação em 2011 até 2017.

Para verificar os resultados obtidos pelos alunos egressos da escola, levantou-se o problema: a implementação da política pública da gestão participativa na escola é uma forma de atender às reivindicações dos alunos e professores, e por meio desta, repercute positivamente nos índices de desempenho qualitativo dos estudantes da escola? Para respondê-la, elaboraram-se as seguintes hipóteses: a gestão democrática participativa contribui para melhorar o índice de aproveitamento escolar, contribui para a aprovação dos alunos no ENEM, SISU, PROUNI, tem autonomia em relação à SEDUC e o Conselho Escolar permite que o corpo técnico e discente participe ativamente das decisões.

Para a obtenção das informações solicitadas nas hipóteses, realizaram-se levantamentos metodológicos quantitativos e qualitativos de dados sobre as atividades da escola neste período tais como: reprovações, aprovações no ENEM, SISU e PROUNI, além de questionários (diretos e já estruturados) aplicados ao Conselho Escolar, professores e técnicos (Apêndice "A"), pois, segundo Minayo (2002, p.58), em Ciências Sociais, é possível trabalhar com entrevistas diretas, onde se aborda livremente o tema e com a pesquisa estruturada que propõem perguntas previamente formuladas.

Além dos questionários aplicados ao corpo técnico da escola, utilizou-se também como fonte de pesquisa o Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE²⁰, as informações do Projeto Político Pedagógico - PPP, questionários aplicados aos alunos do terceiro ano, alunos egressos que estão na Universidade Federal, Faculdades particulares além de observações participantes do pesquisador. Minayo (2002, p.59) afirma ainda que o pesquisador pode fazer observações através do contato direto com o fato ou objeto que pesquisa para obter informações mais próximas da realidade dos fenômenos sociais que estão ocorrendo.

A finalidade dos questionários aplicados aos alunos do terceiro ano do ensino médio e dos estudantes egressos da escola está voltada para a verificação de suas respectivas opiniões a respeito do ensino e do sistema de gestão da escola (Apêndice “B e C”).

A metodologia investigativa na escola, como estudo de caso, foi realizada através de embasamento teórico bibliográfico descritivo sobre enfoques dentro da educação voltados para as políticas públicas na Amazônia. Os autores utilizados no embasamento teórico das políticas públicas foram: Arendt (2007 e 2012), Barroso (2018), Boneti (2011), Carmo (2015), Cruz (2003), Demo (1994 e 1999), Fonseca (1998), Gentili (1995), Modesto (1999), Santos (1989, 1996, 2002, 2002b e 2005), Silva (2000 e 2002b) e Souza (2003).

Arendt (2007 e 2012) apresenta concepções a respeito da evolução do sistema totalitarista, analisa os conceitos da política na evolução moderna empreendendo uma investigação histórico-filosófica para compreender melhor o tipo de ação que se deve apresentar na existência política. Apresenta a reafirmação da política como uma referência valiosa da ação humana e os caminhos para se valorizar a sociedade democrática.

Barroso (2018) apresenta as mudanças políticas que ocorreram no mundo no século XX na educação, causadas pelas transformações ocorridas no Estado. Em sua obra, destaca-se a descentralização, a autonomia das escolas, a avaliação e prestação de contas, o aumento da oferta escolar, a prestação de determinados serviços e a oportunidade dos pais da livre escolha escolar. Aprofunda as reflexões

²⁰Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) é um conjunto de programas que visam melhorar a Educação no Brasil, em todas as suas etapas, num prazo de quinze anos. Foi criado pelo Ministério da Educação em 24 de abril de 2007 no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

sobre os diferentes significados da regulação em diversos contextos e em suas diferentes abordagens.

Cruz (2003), Fonseca (1998), Gentilli (1995) e Silva (2005b) apresentam contextos muito próximos entre si. Fonseca (1998) mostra a trajetória da cooperação do Banco Mundial com o setor educacional brasileiro ao longo de vinte anos, assumindo um papel cada vez mais político, mediante a formulação de políticas globais e setoriais além de reduzir e selecionar as políticas sociais do país. Mostra uma visão da realidade que envolve os projetos internacionais, permitindo que as decisões levem em conta os resultados concretos da experiência, como também a retórica que envolve os acordos.

Gentilli (1995) ressalta que as ações e decisões governamentais são orientadas pelo neoliberalismo que constitui, hoje, o marco de referência ideológica, política e econômica nos países do centro e nos países da periferia. Neste contexto, as políticas educacionais são um dos cenários privilegiados para a aplicação das propostas de ajuste neoliberal. O autor discute os efeitos de polarização e exclusão social gerados pela adoção dessas políticas e questiona a solução dos problemas futuros que esses países deverão enfrentar caso o projeto neoliberal continue sendo o único parâmetro orientador das políticas públicas.

Silva (2005b) analisa a intervenção das instituições financeiras na formulação de políticas econômicas, sociais e neoliberais, o consentimento do governo federal e de parte dos estaduais no campo educacional, através da implementação de uma política privatista além do descompromisso da oferta de financiamento público.

Santos (2002 e 2002b) apresenta os impactos do neoliberalismo globalizado nas sociedades semiperiféricas e, especialmente, nas diferentes ciências sociais que produziram a identidade econômica, política, social e cultural dessas sociedades.

Demo (1994 e 1999) apresenta concepções organizadas sobre o contexto capitalista subdesenvolvido e as políticas sociais dentro da educação como forma reflexiva de uma das estratégias mais efetivas de desenvolvimento por parte dos países neoliberais.

Boneti (2011) realiza estudo e uma análise sobre as políticas públicas pela ótica interna sem distinção e separação da sociedade civil, pois as políticas públicas fazem parte deste contexto e envolvem a população. Parte do pressuposto de que estas nascem do contexto da sociedade civil. E, neste caso, a questão é saber quais grupos sociais são mais bem representados por estas políticas públicas.

Modesto (1999), Souza (2002 e 2003) e Carmo (2015) analisam as políticas públicas e a participação popular. Modesto (1999) apresenta a participação popular como problema jurídico-político e os mecanismos de operacionalização da participação popular na Administração Pública. Souza (2002 e 2003) enfoca as políticas públicas restritivas de gastos, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países. As políticas públicas, econômicas e sociais ganharam maior visibilidade com a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e em restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Para o autor, essa agenda passou a dominar a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias, como os da América Latina. Para a educação, no Brasil são empreendidas após a segunda metade da década de 1990, sob um movimento articulado de expansão-focalização.

E, por fim, Carmo (2015) analisa as configurações das políticas educacionais para as populações da Amazônia a partir da estrutura do Estado capitalista. O objetivo é compreender a racionalidade econômica que impera sobre tais políticas no direito à educação.

Para as reflexões sobre a formação do Estado, foram utilizados conceitos dos clássicos da ciência política como Hobbes (1978), Locke (2005), Rousseau (2008) e as contribuições de Gruppi (2001) que analisa a concepção do surgimento e da consolidação do Estado moderno em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. O autor contribui para o estudo sistemático sobre as questões da política e o Estado moderno.

Para o aprofundamento da democracia, foram utilizados os conceitos de Bobbio (1986, 2000a e 2000b), Dahl (2001), Lima (2008) e Santos (2002). Bobbio apresenta os conceitos dos clássicos sobre a política, as origens do Estado liberal clássico, as relações extremamente complexas entre liberalismo e democracia e as transformações da democracia ocorridas nos últimos 40 anos. Discute estas transformações sob a ótica de "promessas não-cumpridas" ou de contraste entre a democracia ideal e a democracia real. Dahl analisa todos os enfoques da democracia, aborda os pontos principais e traz extensa bibliografia para se aprofundar no tema.

Lima e Santos analisam o Estado, a democracia e as mudanças ocorridas no sistema educacional. Acreditam em uma transição através de uma ação não conformista e "rebelde" como caminho para ações transformadoras e democráticas na sociedade. Também realizam estudos em que demonstram, em diferentes países,

os grupos sociais subalternos se organizando para resistir à exclusão social produzida pela globalização neoliberal.

Nos tópicos em que se envolve a educação, apresenta-se os conceitos de Freire (1991), Frigotto (1990), Jacomeli (2017), Libâneo (2005 e 2011), Martins (2007), Ribeiro (2006), Sander (2001 e 2008), Shiroma (2007), Teixeira (1977, 1994, 1997 e 2000) e Vieira (2005). Todos apontam o caminho para a educação pública, gratuita e de qualidade. Ribeiro apresenta análise da gestão escolar produzida no Brasil entre 1952 a 1963 para investigar as raízes dos modelos teóricos. Teixeira analisa várias vertentes, estuda a evolução da educação em relação ao mundo entre o período de 1953 até 1964 e conclui que a educação é o fundamento para o desenvolvimento. Em seu livro “Educação não é um Privilégio”, enfoca o direito do cidadão de ter uma educação gratuita e de qualidade oferecida pelas políticas públicas governamentais. Freire, em sua obra “A Educação na Cidade”, faz uma descrição sobre as limitações que a educação enfrenta no processo de transformação da sociedade.

Shiroma (2007) discute as reformas do ensino, a modernização da administração escolar e as reformas da política educacional de 1930 até 1990. Vieira realiza um estudo sobre a educação e a gestão que a envolve. Frigotto (1990) analisa a educação no Brasil na década de 1990 nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Jacomeli (2017) faz um estudo sobre as políticas educacionais da Nova República: de Collor a Lula. Apresenta reflexões sobre as políticas públicas para a educação brasileira, analisa as políticas educacionais implementadas desde a década de 1990 e sua relação com o desenvolvimento econômico brasileiro.

Libâneo (2005 e 2011) realiza uma análise dos aspectos sociopolíticos, históricos, legais, pedagógicos, curriculares, organizacionais da educação escolar brasileira e da gestão da escola, possibilitando a visão do contexto em que os profissionais da educação exercem suas atividades. Martins apresenta o processo administrativo em educação. Mostra os elementos de planejamento educacional, apresentando noções gerais de planejamento educacional, economia e finanças da educação, metodologia do planejamento educacional, caracterização e organização da unidade escolar. Dedicou estudos sobre a execução e o controle, abordando a direção de sistemas escolares, a direção de unidade escolar e a avaliação na unidade escolar.

Sander (2001 e 2008) estuda e interpreta o fenômeno da globalização e da situação da educação na América Latina no contexto do mundo globalizado. Revela

como a globalização afeta a história latino-americana, especialmente a história da educação, como os valores se socializam, pelos organismos internacionais e, nesse contexto, examina sua contribuição ou intervenção na formulação de políticas públicas e na adoção de práticas educacionais.

Para os estudos da gestão democrática, foram realizadas pesquisas nas obras de Acúrcio (2003), Albuquerque (2011), Azevedo (2004), Bastos (1999 e 2002), Dourado (2006), Freitas (1996), Hora (1994 e 2007), Libâneo (2011), Lück (2006, 2009 e 2010), Oliveira (2008 e 2015), Paro (1998, 2001a e 2016), Saviani (1999), Silva (2005b) e Souza (2002 e 2009). Freitas, defensor das relações cooperativas entre capital e trabalho, faz uma retrospectiva da administração e dos modelos e métodos de viabilização da administração participativa nas empresas.

Souza aborda a evolução do princípio da democracia na história da educação pública brasileira, a fim de contextualizar o processo de gestão democrática para a melhoria da qualidade da educação. Analisa as mudanças a partir da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996 pelo enfoque da gestão democrática, com vistas a compreender os limites e os desafios da democracia no âmbito escolar.

Acúrcio apresenta as competências e as atribuições do novo diretor, gestor e líder, que precisa também estudar para se atualizar e conhecer as mais recentes contribuições dos educadores sobre processos de capacitação de lideranças educacionais. Azevedo investiga as políticas públicas educacionais no Brasil de 1991 a 1997, mostrando as políticas de educação do país como uma categoria que se desdobra nas subcategorias e concepções das políticas de educação, o papel dos partidos políticos e outras entidades sociais.

Albuquerque realiza análise da gestão democrática do ensino público em três produções legislativas fundamentais: Constituição Federal de 1988, a LDB, e pelo Plano Nacional de Educação ou Lei nº 10.172/ 2001. Examina a construção histórica do subcampo teórico da gestão democrática da educação no processo de institucionalização como princípio constitucional no período 1988-2007, norteado pela questão: como se deram as experiências de gestão nas escolas públicas e nos sistemas de ensino; as produções teórico-conceituais; as discussões e tensões no Congresso Nacional durante a institucionalização da gestão democrática e as mobilizações das lutas nas entidades e associações de educadores para construir o subcampo teórico da gestão democrática.

Bastos convida os professores, funcionários, pais, alunos e toda comunidade a participarem do comprometimento político com a construção da escola e da sociedade democrática. Para o autor, a gestão democrática é um exercício de cidadania, fundamental para o avanço da sociedade que planeja ser mais justa e igualitária. Para a sociedade e trabalhadores em educação, a democracia na escola é o único caminho para a reestruturação da escola pública de qualidade.

Dourado busca propiciar a compreensão das condições objetivas em que se insere a instituição educativa, especialmente a escola pública. Desse modo, ao apresentar e analisar os processos de organização, gestão da educação, da escola e sua relação com as relações sociais capitalistas, isso permite a compreensão dos limites e possibilidades para a construção de processos e práticas democráticas na sociedade e na instituição educativa.

Neste seguimento, Hora analisa o processo de democratização das relações administrativas no interior da escola e sua articulação com a comunidade, da forma como é desenvolvida em uma unidade escolar pública de educação básica. Essa construção coletiva, que vem se criando na escola, pressuposto da democracia, se dá com os avanços e os retrocessos próprios de tal processo e está presente nas ações e reflexões cotidianas dos envolvidos, explicitando para todos o fundamento da conquista.

Libâneo desenvolve ideias-chave que orientam o fazer pedagógico-crítico e auxiliam o professor a dimensionar seu trabalho no quadro melancólico da escola pública, permitindo pensar criticamente temas de didática, de psicologia da aprendizagem, de metodologia de ensino.

Lück apresenta os processos de desenvolvimento da gestão participativa nas escolas e sua importância no panorama e na formação humano social. Oliveira trabalha as diferentes formas de abordagens e estimula a enfrentar o desafio de estruturação na realidade brasileira, num momento marcado pela profunda tensão entre mudanças que acontecem nas políticas sociais.

Paro apresenta a gestão democrática como ultrapassando os limites da democracia política, para a construção de uma verdadeira democracia social no âmbito da unidade escolar, assumindo a participação da população nas decisões. Apresenta uma vasta obra sobre a gestão participativa.

Saviani realiza um levantamento histórico pedagógico no Brasil e trata da política educacional brasileira examinando-as pela LDB, PNE, pelo FUNDEB e estuda

os textos legais correspondentes. Silva evidencia o processo de implementação na escola pública de um modelo racional econômico de gestão, consubstanciado no PDE, e analisa os desdobramentos ou consequências desse movimento no âmbito da produção do trabalho escolar e nas formas de participação, relacionando sua lógica ao movimento ampliado de transformação das relações de acumulação capitalista.

Souza traz reflexões sobre as relações entre a política, o poder e a democracia na escola pública como objeto da investigação bibliográfica. Destaca os elementos que caracterizam a gestão escolar como fenômeno político e como lócus para os processos de disputas e de dominação. Aponta para o conceito de gestão escolar democrática como o processo que não se resume às tomadas de decisão e que é sustentado no diálogo e na austeridade, na participação ativa dos sujeitos do universo escolar, na construção coletiva de regras, procedimentos e na constituição de canais de comunicação, de sorte a ampliar o domínio das informações a todas as pessoas que atuam na/sobre a escola.

A pesquisa também menciona os principais fatos históricos relacionados aos temas desenvolvidos para que se possa ter uma compreensão do contexto evolutivo da gestão democrática tanto regional quanto nacional. Os fundamentos históricos de Porto Velho e do bairro Jardim Eldorado são verificados nas obras de Borzacov (2016), Dantas (2010), Gomes (2007) e Teixeira (2003).

Borzacov realiza um trabalho de pesquisa sobre as origens dos bairros da cidade de Porto Velho apresentando os conflitos e problemas de suas implantações; Dantas apresenta as transformações geográficas que ocorreram na região do Estado de Rondônia durante sua formação colonial; Gomes apresenta um trabalho de pesquisa sobre as origens históricas da educação no Território Federal do Guaporé entre 1943 a 1956, enfatizando a implantação, a organização e o desenvolvimento da educação escolar nessa localidade, que viria a ser o estado de Rondônia. Teixeira, por sua vez, produz um trabalho de pesquisa detalhado sobre a história regional de Rondônia desde os primórdios do período colonial até sua emancipação política.

Por fim, as considerações de Minayo corroboram as pesquisas sociais, onde traz os conhecimentos para a continuidade da tarefa de descobrir as questões de pesquisas.

O projeto de pesquisa foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa-CEP das Faculdades Integradas Aparício Carvalho - FIMCA, de acordo com

o Protocolo de Pesquisa da Resolução 196/96, o qual foi registrado na Plataforma Brasil sob o nº 02208218.9.0000.0012 e que se encontra no anexo “F”.

A pesquisa baseou-se também nos dados fornecidos pelo Projeto Político Pedagógico - PPP da escola, em documentos da secretaria da escola, acompanhados de investigação no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP²¹, nos resultados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, QEDU²² e das Secretarias Estaduais de Educação - SEDUC²³ do Estado de Rondônia.

Com as respostas coletadas através dos questionários junto aos acadêmicos do terceiro ano do ensino médio e dos alunos egressos já nas universidades, elaborou-se as tabelas que estão no corpo da pesquisa e no anexo (“A” e “B”) utilizadas para a confecção dos gráficos (05, 06 e 07) onde se responde a problematização e as hipóteses levantadas na pesquisa.

O trabalho está dividido em seis (6) capítulos, sendo o primeiro a introdução. O segundo capítulo levanta questionamentos sobre a formação do Estado e da Democracia, os interesses neoliberais na reestruturação da educação brasileira e as políticas públicas educacionais para a Amazônia e Rondônia. No terceiro capítulo, aborda-se a escola pública, sua autonomia e desafios. No quarto capítulo, levantam-se questionamentos sobre a gestão e sua implementação dentro das políticas públicas educacionais brasileiras e em Rondônia. No quinto capítulo, há uma breve caracterização histórica da formação da cidade de Porto Velho, do Bairro Jardim Eldorado e do surgimento da escola. O sexto capítulo apresenta a política pública educacional da gestão democrática, seus efeitos na escola Professor João Bento da Costa, com a apresentação das entrevistas dos professores (“P”) e técnicos (“T”) sobre a gestão democrática e os resultados obtidos por ela.

²¹INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Trata-se de um órgão federal vinculado ao ME, cujo objetivo principal é a promoção de pesquisas, estudos e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro.

²²QEDU é uma iniciativa inédita desenvolvida pela Meritt e Fundação Lemann. O objetivo é permitir que a sociedade brasileira saiba e acompanhe como está a qualidade do aprendizado dos alunos nas escolas públicas e cidades brasileiras.

²³SEDUC – Secretaria Estadual de Educação é responsável pelas normas e aplicações da educação nos Estados. É subordinada às ações do ME.

2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Entende-se as políticas públicas como um conjunto de medidas aplicadas pelos governantes para garantir os direitos dos cidadãos ou para determinado segmento econômico, social, cultural ou étnico. É através das políticas públicas que o governo decide o que fazer, realiza os programas e ações para conseguir resultados que a sociedade deseja (SOUZA, 2003, p.13). Ao longo dos séculos, as políticas públicas foram confundidas, pelos gestores, com os interesses pessoais do monarca, imperador ou governante. Entre os séculos XVIII e XIX, o papel do Estado estava ligado à segurança contra os inimigos ou a resolver problemas relacionados com catástrofes naturais mediáticas. Só a partir do século XX, é que as funções das políticas públicas se expandem tentar desenvolver a promoção do bem-estar social.

Desse modo, as políticas públicas devem interferir na vida de todos, de qualquer nível de escolaridade, de sexo, raça, religião ou nível social, para estarem voltadas para ações que produzam o desenvolvimento da saúde, educação, meio ambiente, lazer, assistência, habitação, transporte e segurança.

Seu planejamento, criação e execução dependem do trabalho conjunto dos três poderes onde o Executivo propõe as políticas públicas, o Legislativo cria as leis referentes a estas e o Judiciário faz o controle das leis criadas e confirma se são adequadas ao cumprimento destas medidas.

No Brasil, pela sua extensão continental, as políticas públicas são divididas em áreas específicas para facilitar a implementação. Entre as políticas públicas adotadas pelo Estado, surgiu recentemente, influenciada pelas políticas públicas educacionais aplicadas em outros países, a gestão democrática adotada no Brasil pela Constituição de 1988.

Para entender melhor a evolução das políticas públicas educacionais e seu desenvolvimento, é necessário compreender a formação do Estado Liberal²⁴ e as vantagens que tornam a democracia o sistema de governo mais desejado. Também fornecer subsídios para entender alguns aspectos do pensamento político e filosófico

²⁴Liberalismo é uma filosofia política ou ideologia fundada sobre ideais da liberdade individual e do igualitarismo. Defendem uma ampla gama de pontos de vista como: eleições democráticas, liberdade de expressão, direitos civis, liberdade de imprensa, liberdade religiosa, livre-comércio, igualdade de gênero, estado laico, liberdade econômica e propriedade privada.

a respeito do Estado e da democracia sobre os quais se constroem as políticas educacionais da gestão democrática.

2.1 A Formação do Estado e da Democracia

O homem foi o responsável pelas mudanças na história e, ao longo dos séculos, transformou a sociedade do caos para o Estado organizado. Evoluímos da Democracia Grega²⁵, passamos por Impérios autoritários²⁶, Feudalismo²⁷ da Idade Média onde a religião determinava os rumos da humanidade, Monarquias Absolutas²⁸ que centralizavam o poder nas mãos do soberano, Ditaduras autoritárias que impunham ideologias inquestionáveis, Governos Socialistas²⁹ e Comunistas³⁰ tentando criar sistemas utópicos de “bem-estar social³¹” até chegar à democracia plena, mas ainda imperfeita. O processo evolutivo do Estado é longo e doloroso.

Nos Impérios, o Estado era o governante e ao imperador cabia tomar as decisões. Em alguns até existiam legislativos, porém o veredito final ficava com o imperador. No Feudalismo, o Estado era fragmentado e o rei tinha pouco poder. As terras eram divididas entre o rei e seus vassalos, mas quem realmente dominava era a Igreja Católica. A política era vinculada a sua vontade não somente na religião, mas nas instituições palpáveis para provar sua existência mais elevada, por causa de sua legitimação (ARENDRT, 2012). Qualquer opinião contrária, dependendo de seu enfoque, a punição era severa e o Estado fraco e fragmentado só sairá desta latência

²⁵ Democracia grega foi uma forma de governo que surgiu na Grécia em meados do séc. V a.C. A experiência democrática ateniense dava-se em todo território da Ática de forma direta, contudo, envolvia pequena parcela da população. Tinham o direito de participar homens com terras, maiores de 20 anos e filho de pai ateniense, e a partir de 451 a.C., aqueles que fossem filhos de pai e mãe atenienses. Escravos, mulheres e estrangeiros não poderiam participar nas instituições democráticas.

²⁶ Autoritarismo é uma forma de governo que é caracterizada por obediência absoluta ou cega à autoridade, oposição a liberdade individual e expectativa de obediência inquestionável da população.

²⁷ O feudalismo foi um modo de organização social e político baseado nas relações servo-contratuais. Tem suas origens na decadência do Império Romano. Predominou na Europa durante a Idade Média.

²⁸ Monarquia absoluta ou absolutista é a forma de governo monárquico ou monarquia na qual o monarca ou rei exerce o poder absoluto, isto é, independente e superior ao poder de outros órgãos do Estado. O monarca está acima de todos os outros poderes e concentra em si os três poderes do constitucionalismo moderno - legislativo, executivo e judiciário.

²⁹ Socialismo é uma doutrina política e econômica que surgiu no final do século XVIII e se caracteriza pela ideia de transformação da sociedade através da distribuição equilibrada das riquezas e propriedades, diminuindo a distância entre ricos e pobres.

³⁰ Comunismo é uma ideologia política e socioeconômica, que pretende promover o estabelecimento de uma sociedade igualitária, sem classes sociais e apátrida, baseada na propriedade comum dos meios de produção.

³¹ Estado de bem-estar social é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia.

séculos depois. Com a chegada da renascença³², os pensadores passam a questionar o “status quo” vigente. Um desses, Maquiavel³³ revoluciona a forma de pensar a política e estabelece uma nova forma de política através de sua obra “O Príncipe”.

Para Maquiavel, o Estado cria a própria política independente da religião (GRUPPI, 2001). Foi um choque para os ortodoxos de sua época. Mudou totalmente a mentalidade e o conceito de executar a política através da imposição do príncipe (governante) dominador que impõem ordem. Seu objetivo, segundo Maquiavel, é governar, manter-se no poder e utilizá-lo a seu favor. No entanto, os fundamentos do Estado moderno surgirão no século XVII, com os ideais de Thomas Hobbes³⁴, que desenvolveu o conceito de soberania do Estado forte. A soberania seria exercida pelo rei que a exercerá através do poder político em nome de todos (independentemente da Instituição Igreja), para criar ordem no caos do Estado de Natureza. É, portanto, desta instituição chamada Estado que surgem os direitos, com o consentimento do povo reunido, nas mãos do soberano (HOBBS, 2015, p. 61).

Portanto, para ele, o Contrato Social (entre rei e súditos) surge com a finalidade de assegurar as próprias leis e as propriedades privadas. Assim, a teoria de Hobbes apresenta uma importante contribuição para o pensamento democrático, pois quando o povo cede o poder de autoridade para seu representante, ele se faz ser representado por este.

Hobbes tornou-se um dos primeiros cientistas políticos a apresentar elementos para a questão da representatividade, partindo do princípio de que as decisões tomadas pelos representantes na condução do Estado fazem do povo corresponsável pelas atitudes do soberano. Desta forma, é retirada do povo a possibilidade de questionar as atitudes do soberano, visto que este o está representando.

Outro fator importante foi o crescimento na Europa da classe social burguesa, desenvolvendo-se com o comércio nas corporações de ofício³⁵ e fortaleceu-se com o

³² Renascença iniciou-se no século XIV com a formação dos Estados europeus e com a saída do feudalismo para a entrada no capitalismo.

³³ Nicolau Maquiavel foi um funcionário público de Florença, filósofo, historiador, poeta e diplomata que escreveu o livro “O Príncipe” que revolucionou o pensamento da Ciência Política Moderna.

³⁴ Thomas Hobbes foi um matemático, teórico político e filósofo inglês, autor de *Leviatã* (1651) criando a ideia de um Estado forte.

³⁵ Corporações de Ofício ou guildas eram associações que surgiram na Idade Média, a partir do século XII, para regulamentar o processo produtivo artesanal nas cidades. Essas unidades de produção artesanal eram marcadas pela hierarquia (mestres, oficiais e aprendizes) e pelo controle da técnica de produção das mercadorias pelo produtor.

mercantilismo. Possuíam o capital, mas não tinham o “Status”, enquanto que a nobreza tinha o “Status”, mas não o capital. Com o fortalecimento e a centralização do poder real, a nobreza perdeu as terras para os comerciantes capitalistas. A classe social passou a financiar os Estados e passaram a exigir os direitos em relação a ela. Lentamente conseguiram dos monarcas o que queriam em troca de financiamentos. Segundo Huberman (1936, p. 15) o único obstáculo ao crescimento desta classe social era a Igreja Católica, que não fornecia mais aos homens um substituto do sistema anterior em benefício da cidadania. O que surge no final do feudalismo é a classe burguesa que vinha com a revolução comercial do capitalismo mercantil e paulatinamente redefine os aspectos sociais, políticos e históricos da Europa.

A nova classe influenciou a Revolução Gloriosa (Inglaterra)³⁶, a Revolução Francesa (França)³⁷, consolidou seu poder e exigiu reformas no Estado. O Estado que surgiu teve uma evolução lenta, mas gradual, sempre procurando a garantia dos direitos individuais contra o absolutismo (BOBBIO, 2.000a).

Ideias novas relacionadas ao pensamento político do Estado começaram a aparecer como as de John Locke³⁸, Rousseau³⁹ e John Stuart Mill⁴⁰. Estes pensadores liberais apresentaram ideia oposta ao pensamento de Hobbes.

Para Locke (2005, p. 468), os homens iriam abdicar da própria vontade e fariam um contrato de consentimento com o governante, estabelecendo o Estado Civil e a escolha do governo com base no princípio da maioria. O contrato não era vitalício e podia ser rompido quando o governo deixasse de cumprir as leis estabelecidas, ou

³⁶ A Revolução Gloriosa foi um evento político não violento no Reino Unido entre 1688 e 1689, no qual o rei Jaime II, da dinastia Stuart, católico, foi removido do trono da Inglaterra, Escócia e País de Gales, sendo substituído pelo neerlandês Guilherme III de Orange. Suas principais consequências foram o fim do absolutismo monárquico britânico, o aumento do poder do parlamento, a estabilidade política e econômica e surgimento das condições necessárias para a Revolução Industrial.

³⁷Revolução Francesa (1789-1799) foi um período de intensa agitação política e social na França, que teve um impacto duradouro na história do mundo. Antigos ideais da tradição e da hierarquia de monarcas, aristocratas e da Igreja Católica foram abruptamente derrubados pelos novos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade.

³⁸ John Locke (1632 – 1704) foi um filósofo inglês conhecido como o "pai do liberalismo", sendo considerado o principal representante do empirismo britânico por defender a liberdade e a tolerância religiosa. Um dos teóricos do contrato social.

³⁹Jean-Jacques-Rousseau (1712 – 1778) foi um filósofo, teórico político, escritor e compositor suíço que viveu na França. É considerado um dos principais filósofos do iluminismo e um precursor do romantismo.

⁴⁰John Stuart Mill (1806 - 1873) foi um filósofo e economista britânico. É considerado por muitos como o filósofo de língua inglesa mais influente do século XIX. É conhecido, principalmente, pelos seus trabalhos nos campos da filosofia política, ética, economia política e lógica, além de influenciar inúmeros pensadores e áreas do conhecimento. Defendeu o utilitarismo, a teoria ética e foi um dos defensores do liberalismo político, sendo seus livros fontes de discussão e inspiração sobre as liberdades individuais ainda nos tempos atuais.

seja, o fim pelo qual foi destinado: a proteção da propriedade privada. O Estado Liberal de Locke tem os fundamentos na limitação dos poderes e das funções, designadas, respectivamente, o Estado de direito e o Estado mínimo. O Estado não invade os direitos fundamentais, mas tem o dever de protegê-los. As teses de Locke contribuíram na construção das bases conceituais do liberalismo político: valorização do individualismo, destacando o sucesso pessoal ligado ao talento e esforço; garantia da liberdade individual; liberdade de propriedade; igualdade civil perante a lei; segurança para garantir a proteção da pessoa de seus direitos e sua propriedade.

Rousseau vai além de Locke e lança as bases para a democracia burguesa de Estado. Ele partiu da ideia do “Contrato Social” ao afirmar que, mesmo encontrando a sociedade que defendia e protegia as pessoas e os bens de cada um, como um todo, mesmo assim, estariam livres como antes (ROUSSEAU, 2008, p. 29). Para ele, o contrato social é legítimo se tiver a vontade coletiva do povo como princípio. O povo é participante da autoridade, é cidadão soberano quando o legislativo o representa, mas também é súdito e como tal deve obedecer às leis, ou seja, para Rousseau, a liberdade está em obedecer às leis.

As suas contribuições vão da democracia direta ao reconhecimento da liberdade natural dos homens e da valorização pela busca da igualdade. O Estado seria o garantidor da igualdade entre todos, e se conseguia através da assembleia que seria o órgão soberano da representatividade do povo dentro da democracia.

Stuart Mill defendeu o Estado Mínimo, o governo representativo e o liberalismo político. Apesar de ele defender o Estado social e representativo, esclareceu que este governo pode apresentar o perigo de influenciar por interesses contrários ao bem geral do povo, como os interesses dos que detêm o poder e dos que ocupam o poder. Desta forma, os mecanismos constitucionais de defesa dos direitos garantem a liberdade negativa aos indivíduos, pois há liberdade para fazer o que as leis permitem. É a base da liberdade no Estado liberal, a sua limitação em relação aos poderes e em relação às suas funções. É a ideia do Estado com mínima intervenção, denominado de Estado mínimo, que interfere o menos possível na esfera de ação dos indivíduos (BOBBIO, 2000a, p. 21).

Locke e Stuart Mill foram importantes para o fortalecimento da democracia liberal representativa no Estado Democrático de Direito e influenciaram pensadores que vieram posteriormente. Apresentaram o pensamento filosófico oposto ao Estado Absolutista, superado pelas revoluções burguesas e lançaram as bases do

pensamento liberal, mais especificamente do liberalismo político. Apesar de a Revolução Gloriosa na Inglaterra, a Revolução Francesa e a Revolução Americana serem responsáveis pelas bases do Estado Democrático de Direito, de valorizar a liberdade individual, de fortalecer a burguesia e a dominação da sociedade, a Democracia liberal ainda causa muitas injustiças sociais (BOBBIO, 2000a, p. 21).

A igualdade dos direitos, da vontade popular e da preservação da liberdade são as bases da democracia no final do século XIX, no entanto, foram contestadas por outro pensador, Karl Marx⁴¹. Ele via o Estado como o reflexo das relações sociais que impunham as bases econômicas. O Estado não atendia às classes inferiores, mas somente à burguesia. Esta força não tem por finalidade um “estado de bem-estar social”, mas o bem dos que a detêm, conforme resume Bobbio (2000b, p. 121-122):

Para Marx, o Estado não é o reino da razão, mas o reino da força. Não é o reino do bem comum, mas do interesse de uma parte. O Estado não tem por fim o bem-viver de todos, mas o bem viver daqueles que detêm o poder, os quais, além do mais, têm sido até agora, na história da humanidade, uma minoria.

Marx entende que o Estado trabalha para as classes dominantes e que, para existir a sociedade sem classes, era necessário extinguir a ideia de Estado vigente, criando a nova forma de sociedade. Assim, faz a análise crítica ao sistema capitalista moderno e procura compreender o Estado. Acredita que a sociedade civil e a sociedade política são vertentes da mesma moeda, em que a primeira representa as carências individuais e fins particulares e a segunda representa o grupo com a função de gerenciar os interesses do mundo político. Dessa forma, o Estado acaba interferindo nas políticas públicas da gestão da educação, da saúde, da habitação e na infraestrutura dos serviços sociais.

Para Arendt (2012, p.29), o Estado moderno, ao contrário do pensamento de Marx, faz a libertação dos homens para que estes desenvolvam as forças produtivas econômico-sociais para o “bem-estar social” de todos e não somente da elite. Para ela, o Estado é um mal necessário para a liberdade social onde a sociedade presta contas ao Estado de suas atividades.

⁴¹Karl Marx (1818 —1883) foi um filósofo, sociólogo, jornalista, economista e revolucionário socialista alemão que escreveu “O Capital: análise crítica do capitalismo”. Nascido na Prússia, mas viveu grande parte de sua vida em Londres, no Reino Unido.

2.2 A Democracia e sua Representação

A Democracia é tema de debates. Dahl (2001, p. 19) a entende como outras descobertas primitivas do homem, “[...] parece ter sido criada mais de uma vez, em mais de um local”. Afirma que ela pode ter surgido em vários lugares ao mesmo tempo nas tribos antigas, mas que não foram registradas. Isso porque a lógica da igualdade direciona para a participação democrática. Mas a origem da palavra democracia vem do grego: “*Demos*” (povo ou comunidade dos cidadãos) e “*Kratia*” (governo, poder e/ou autoridade), surgindo, assim, a ideia do povo no poder, o exercício do poder pelo povo. O exemplo clássico da democracia grega está na experiência ateniense. A reunião do povo era na “*ágora*” (praça pública) onde se discutia e debatia os assuntos da “*Polis*⁴²” (cidade).

Dahl (2001, p. 118) afirma que era uma democracia primária e não criaram a atual democracia representativa. Bobbio (2000b) apresenta as diferenças entre a democracia antiga e a moderna. Afirma que a antiga seria a democracia direta e a moderna seria a democracia representativa ou indireta.

Nos séculos XIX e XX, espalhou-se sob a influência do pensamento liberal e fundamentada nos aspectos políticos eleitorais, que o cidadão é igual perante a lei e tem liberdade de escolher o seu representante através do voto.

Hoje, a Democracia no Estado moderno não é executada em praça pública, mas é a forma de governo estatal com organização política e que legitima o poder do Estado pela soberania das leis. Fortaleceu-se o que foi criado no passado através do pensamento liberal, fundamentada no processo eleitoral e ganhou força apoiada pelas áreas sociais. É o modelo oposto aos governos autocráticos e determina as normas primárias ou fundamentais que devem decidir coletivamente e de que forma (BOBBIO, 1986, p. 18). Não é suficiente que o país, o povo ou a nação tenha as regras do jogo definidas. Isso todos têm. O que distingue o sistema democrático dos outros é, sobretudo, o fato de que as regras foram amadurecidas ao longo de séculos. São, portanto, mais elaboradas que as regras de outros sistemas e encontram-se, atualmente, quase por toda parte, constitucionalizadas (BOBBIO, 1986, p. 65). O

⁴²As decisões tomadas na Polis eram privilégios dados aos homens, maiores de dezoito anos e filhos de pai e mãe atenienses. Escravos, estrangeiros e mulheres não participavam. Isso deixaria a democracia limitada, desigual e não totalmente participativa.

autor considera, ainda, que a democracia representativa é condição fundamental do Estado liberal, e no Estado não liberal a possibilidade de a democracia funcionar bem é mínima.

Mesmo assim, a teoria marxista afirma que este sistema de democracia representativa, induz ao consumismo e à acumulação de capital, deixando o indivíduo aprisionado ao sistema e o limita no entendimento dos espaços públicos de discussões para a vivência democrática. Sua eliminação seria perigosa, pois a democracia ainda permitiria fazer política nos espaços públicos (LIMA, 2008, p. 117). Outro pressuposto a favor demonstra que os países onde os Estados são democráticos, geralmente, possuem desenvolvimento maior do que países com governos não democráticos. A democracia deve ser entendida na história como um desenvolvimento da sociedade e está presente no atual Estado Democrático de Direito⁴³, o qual reconhece a soberania das leis e do regime de representação, incluindo o poder popular como fonte de legitimidade das ações do Estado.

Na formulação do sistema democrático, Dahl (2001) apresenta cinco critérios para as democracias modernas: participação efetiva, voto igualitário, entendimento esclarecido, inclusão dos adultos e controle do programa de planejamento. O processo democrático e a formulação garantem que os membros tenham oportunidades iguais.

As oportunidades iguais dão a todos o direito de votarem e o voto tem o mesmo peso para todos nas decisões a serem tomadas. Essas oportunidades iguais envolvem ainda muitas questões como: 1) Como seria a oportunidade para todos? 2) Como seria essa participação efetiva? 3) As instituições democráticas podem oportunizar essa participação efetiva? 4) Os mecanismos de fiscalização e controle social oportunizam a participação efetiva? 5) Se cada membro tem oportunidades iguais, quem vai orientá-los? 6) A quem cabe a educação política do cidadão? 7) Como saber se o cidadão possui entendimento político? e 8) Como avaliar esse entendimento político?

O cidadão precisa ser instruído sobre o que é a democracia, como ela funciona, os valores, os pontos positivos e negativos. Pode mudar de opinião dentro do processo democrático sem ser prejudicado, o que seria difícil nos séculos anteriores

⁴³ O Estado democrático de direito é um conceito que se refere a um Estado em que existe o respeito pelos direitos humanos e pelas garantias fundamentais. Deve existir a garantia dos direitos individuais e coletivos, dos direitos sociais e dos direitos políticos.

pois eram cerceados de seu direitos. O interesse público é que determina o critério para o que dizer nas políticas públicas. Deve-se ter formação política, ter clareza nos questionamentos, nas críticas, na participação, nas reivindicações, na filiação partidária para poder discutir ideias e formas de melhorar a sociedade. A formação política poderia servir de orientação para a modelagem e remodelagem das instituições políticas, práticas e arranjos concretos (DAHL, 2001, p. 54).

Nesse contexto, Dahl atribui ao século XX o “Triunfo da Democracia”, sem saber se o triunfo sustentar-se-á no século XXI, uma vez que o capitalismo apresenta consequências contraditórias à democracia. Apresenta, ainda, as principais características da democracia consolidada e pode-se notar que os argumentos de Dahl (2001) sobre a democracia em relação às outras formas de governo são eficazes, inquestionáveis, estruturados nos direitos fundamentais e na liberdade dos cidadãos, inclusive na proteção dos próprios interesses. Ademais, as razões econômicas podem levar a democracia moderna a buscar uma prática de negociações políticas, tratados e alianças pela paz. O quadro 01 apresenta uma síntese das características e consequências da democracia, segundo Dahl.

Quadro 01 – Características de uma Democracia moderna

Característica da Democracia	Consequência
Garante liberdade pessoal mais ampla do que qualquer alternativa viável a ela.	Liberdade Geral
Garante direitos fundamentais mais que outros sistemas não democráticos podem dar.	Direitos Essenciais
Evita governos autocratas, cruéis e corruptos.	Evita a tirania
Promove um grau elevado de igualdade política.	Igualdade Política
Mais prósperos do que sistemas não democráticos	Prosperidade
Sistema moderno que não guerreia um com o outro.	Defendem a paz
Promove o desenvolvimento humano mais pleno do que qualquer opção viável.	Desenvolvimento humano
Proporcionam oportunidades máximas de exercer a responsabilidade moral.	Autonomia moral
Proporcionam oportunidade às pessoas de exercitarem a liberdade, ou seja: viverem sob leis de sua própria escolha.	Autodeterminação

Fonte: Adaptado de Dahl (2001, p. 58-73).

Ao estudar as relações entre a democracia e o liberalismo, Bobbio (2000a) apresenta a ideia de que ambos se aproximam para defender a soberania popular, os direitos políticos e fundamentais da pessoa, mas se afastam uma da outra quando se trata da igualdade. A economia capitalista gera desequilíbrio e diferença entre as classes sociais. Cria desigualdades que vão influenciar na tomada das decisões das políticas públicas. Isso causa a constante tensão entre elas. De fato, o desenvolvimento é a meta de todos os governos democráticos, mas isso só se consegue quando a democracia se une com a economia de mercado. E, quando esta união causa desigualdade social e política, transforma-se em ponto fraco. Para resolver este problema, os governos devem intervir nos atores econômicos através de sanções, normas e leis, quando estes se exacerbarem em sua ganância.

Arendt (2007) debate esta relação entre o público-privado e aponta as ações humanas coletivas como uma atividade pública para valorizar o espaço na sociedade democrática. Aponta três condições básicas de desenvolvimento que representam as atividades da sobrevivência humana: labor, trabalho e ação. Em sua concepção, o homem vai alienando-se da vida pública e centralizando sua energia na vida privada. A superação estaria na possibilidade de desenvolver ações que transformassem os espaços de vivência democrática e para obter êxito dependeria da constante presença de outras pessoas.

Percebe-se que o surgimento do Estado, através do Contrato Social, sempre esteve atrelado às necessidades da humanidade, tanto sociais como econômicas, para garantir a vida e a propriedade privada. Assim, as políticas públicas estão sempre recheadas de interesses particulares e de grupos privados e a disputa do poder está sempre voltada para os interesses econômicos. Na sociedade atual brasileira, as políticas públicas estão ligadas ao capitalismo neoliberal e à manutenção das relações de poder vigente.

2.3 O Neoliberalismo e a Reestruturação da Educação

Em 1929, evidenciou-se no mundo a crise capitalista, quando a bolsa de Nova York teve alta desvalorização das ações. O mundo capitalista viu-se à beira do abismo

e a solução encontrada pelo economista inglês Keynes⁴⁴ foi a intervenção estatal nas políticas públicas gerando empregos e bem-estar para a sociedade. O primeiro país a utilizar este conceito foi os Estados Unidos da América (EUA), que foram o “pivô” da crise, através das políticas públicas do “New Deal⁴⁵”, para recuperar sua economia falida. Tornaram-se, com isso, um exemplo de políticas públicas intervencionistas para os outros Estados.

No Brasil, no governo de Getúlio Vargas⁴⁶, iniciou-se o projeto de criação das empresas estatais para industrializar o país e substituir o setor privado agrário exportador que estava falido. Durante 50 anos, os governos que se sucediam investiram na industrialização brasileira sempre com o enfoque keynesiano para substituir os produtos importados por um nacional. A partir dos anos 70, as políticas públicas Keynesianas não satisfaziam mais o capitalismo moderno e surge nova concepção para “resolver os problemas” da ineficiência das políticas públicas estatais. É o neoliberalismo⁴⁷, que tem os mesmos enfoques econômicos do liberalismo da revolução industrial inglesa, mas com aspectos modernos e desumanos. Evidenciaram-se, através das ideias de Milton Friedman⁴⁸, para substituir o fordismo⁴⁹ que apresentava crises e reformular as políticas públicas mundiais. O neoliberalismo vinha para resolver as crises globalizadas como a taylorista, a fordista, a do “Welfare State”, a ecológica e as intervencionistas estatais (GENTILLI, 1995). Aparecia como “salvador da pátria” e responsabilizava as políticas públicas como as principais causadoras destas crises.

Apresentava-se como a saída para as políticas públicas (desregulamentações, ajustes fiscais, privatizações, Estado mínimo, redução de funcionários e controle

⁴⁴ John Maynard Keynes (1883 – 1946) economista britânico, cujas ideias mudaram fundamentalmente a teoria e prática da macroeconomia, bem como as políticas públicas econômicas instituídas pelos governos.

⁴⁵ O 'New Deal' foi o nome dado à série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, e assistir os prejudicados pela Grande Depressão.

⁴⁶ Getúlio Dornelles Vargas (1882 - 1954) foi um advogado e político brasileiro, líder civil da Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha. Foi presidente do Brasil em dois períodos (de 1930 até 1945).

⁴⁷ Neoliberalismo é uma filosofia política ou ideologia criada nos anos 70, fundamentada sobre ideais da liberdade individual e do igualitarismo liberal. Defende os mesmos princípios liberais do século XVIII como: eleições democráticas, liberdade de expressão, direitos civis, liberdade de imprensa, liberdade religiosa, livre-comércio, igualdade de gênero, estado laico, liberdade econômica, propriedade privada e privatizações das estatais.

⁴⁸ Milton Friedman foi o economista e estatístico americano que reformulou o pensamento liberal para o neoliberalismo. Faleceu em 2006.

⁴⁹ Fordismo é um termo que se refere ao modelo de produção em série de um produto, ou seja, ao sistema de linha de produção. Foi criado pelo norte-americano Henry Ford, em 1914, revolucionando o mercado automobilístico e industrial da época.

inflacionário), econômicas, jurídicas e culturais. As intervenções estatais estariam afetando o equilíbrio, tanto na sociedade como na economia, pois estavam desrespeitando os princípios da liberdade individual. Contudo, o Estado capitalista neoliberal é contraditório, pois é marcado por crises econômicas, sociais e ambientais de magnitude nunca antes registradas (AZEVEDO, 2004, p. 6 e 10). Além disso, as políticas públicas do Estado Neoliberal representam diferentes interesses políticos e um deles corresponde a mudanças na educação, pois dependem de diferentes fatores econômicos, culturais e éticos que limitam a execução, a funcionalidade e os resultados. Dentre eles, destacam-se as questões político-administrativas, as influências dos modelos de Estado, os programas de governo e a relação entre eles, a vontade política, o cenário econômico e o tempo de implementação.

As políticas públicas educativas dentro do neoliberalismo exigiam um conhecimento das mudanças econômicas, políticas, culturais e até geográficas que mudariam o mundo contemporâneo. As transformações que ocorreram na forma de produção capitalista, que passaram do modelo taylorista⁵⁰ e fordista para o modelo flexível em meados da década de 1970, repercutiram na economia, na gestão pública e na gestão escolar.

Os programas de ajuste econômicos criados pelo neoliberalismo apresentaram o Estado como ineficiente, incapaz de incentivar o aumento da produção capitalista, corrupto e, ao mesmo tempo, apresentava o setor privado como símbolo da prosperidade. A redução do Estado era essencial para resolver os problemas sociais e a carga tributária excessiva para que o setor privado pudesse investir mais e gerar empregos.

Divulgava-se pela “Mídia” que a presença do Estado era a causa do nosso atraso econômico e o “terreno” estava preparado para a implantação do neoliberalismo quando houve a instabilidade econômica, desemprego e alto endividamento externo, causados pela inflação, na década de 80. A escola também foi afetada pelas mudanças e, em sua defesa, veio o processo da democratização das políticas públicas educacionais, bandeiras estas que também foram usadas pelos propósitos privados.

⁵⁰ Taylorismo consiste num sistema de organização industrial desenvolvido por Frederick Taylor, economista e engenheiro mecânico estadunidense que se baseia em otimizar as tarefas desempenhadas nas empresas, através da organização e divisão de funções dos trabalhadores.

No governo de Fernando Collor⁵¹, o Banco Mundial⁵², UNICEF⁵³ e a UNESCO⁵⁴ fizeram pressão para o Brasil melhorar os índices de analfabetismo, evasão e repetência para receber empréstimos. Com o *impeachment* de Fernando Collor, assume Itamar Franco⁵⁵ que acelera as discussões sobre um Plano Nacional de Educação – PNE.

Fernando Henrique Cardoso⁵⁶ é eleito com o propósito neoliberal globalizante e privatizador. Desenvolve-se o padrão de políticas públicas educacionais onde novas referências administrativas e pedagógicas são implementadas, apoiadas por organismos internacionais, com a participação da sociedade na comunidade escolar. A escola teria liberdade, mas o controle do Estado ainda estaria presente através dos currículos e avaliações. Poderão fazer seus Projetos Políticos Pedagógicos, mas deverão seguir os procedimentos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP através do Sistema de Avaliação do Ensino Básico - SAEB.

As políticas neoliberais voltadas para a educação a partir dos anos de 1990 intensificaram-se e repercutiram na Amazônia e no Estado de Rondônia com as políticas educacionais da “Educação Básica”. As escolas iniciaram o processo de transformação com a descentralização da gestão, através da “gestão democrática”, onde gerem a pedagogia, os recursos financeiros e as atividades da comunidade escolar. O Estado repassa para a escola as responsabilidades, e os Conselhos Escolares terão que resolver os problemas internos como: escolas em ruínas, carteiras quebradas, bibliotecas defasadas, falta de professores e técnicos.

A reestruturação econômica nos anos de 1990 causou distribuição de renda desigual, apresentando-se claramente na educação. As elites recebem educação de

⁵¹ Fernando Afonso Collor de Mello, político brasileiro, que foi prefeito de Maceió, deputado federal, governador do Ceará e o 32º Presidente do Brasil (de 1990 a 1992). Foi o primeiro presidente da América do Sul a sofrer um impeachment. Apesar de sua renúncia, o processo continuou e seus direitos políticos foram cassados por oito anos. Atualmente é senador.

⁵² O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional que efetua empréstimos a países em desenvolvimento. É o maior e mais conhecido banco de desenvolvimento no mundo, além de possuir o status de observador no Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas e em outros fóruns internacionais.

⁵³ O Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas é um órgão das Nações Unidas que tem como objetivo promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar resposta às suas necessidades e contribuir para o seu desenvolvimento.

⁵⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura é uma agência especializada das Nações Unidas para contribuir com a educação no mundo.

⁵⁵ Itamar Augusto Cautiero Franco foi um político mineiro. Foi prefeito de Juiz de Fora, senador e o 33º Presidente da República substituindo Fernando Collor de Mello (de 1992 a 1995).

⁵⁶ Fernando Henrique Cardoso: sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor, senador, ministro da fazenda de Itamar Franco e o 34º Presidente do Brasil sendo reeleito (de 1995 a 2003).

qualidade, enquanto as classes menos privilegiadas apresentam grande quantidade de evasão, reprovação e desistência.

2.4 Os Interesses Internacionais nas Políticas Públicas Educacionais do Brasil

Procura-se, nesta seção, abordar os elementos da política educacional a partir dos organismos internacionais na reforma educacional, realizada pelo Estado através do Banco Mundial, que foi o articulador financeiro e ideológico das diretrizes educacionais sob a ótica do mercado capitalista liberal.

A educação, porém, é muito ampla e as políticas públicas educacionais devem ter foco específico, como: construção do prédio, contratação de profissionais, formação docente, carreira, valorização profissional, matriz curricular, gestão escolar e outras. O Estado brasileiro tenta estruturar as políticas públicas educacionais, mas não consegue. Atualmente, surgiram avanços na legislação bem como melhorias nas políticas públicas através de seminários e discussões para o aperfeiçoamento da gestão educacional.

Para o Estado Neoliberal, as políticas públicas são importantes para a construção histórica e apresentam diferentes interesses econômicos e políticos. As políticas educacionais necessitam dos fatores culturais, éticos e econômicos que restringem a execução e os resultados. O Estado, com políticas administrativas, com programas governamentais, com vontade política e com a relação dos programas com o cenário econômico também são fatores importantes.

As políticas públicas educacionais necessitam ser compreendidas e se adequarem às transformações que acontecem na economia, na política, na cultura e nas mudanças dos espaços geográficos modernos.

As mudanças ocorridas no sistema de produção econômico atreladas aos avanços científicos e a redução do papel do Estado a partir da década de 70 influenciaram o sistema de gestão público e as políticas educacionais (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2005, p. 34). As reestruturações da economia mundial através de organismos internacionais fizeram com que a educação fosse submetida aos interesses do mercado de trabalho ao invés de uma formação cultural humana. Foram

criados organismos internacionais⁵⁷ para o fomento da globalização e para criar uma nova ordem mundial (SANDER, 2008, p. 159). As instituições internacionais criaram normas para as reformas dos Estados aos quais passaram a exigir mudanças para obterem empréstimos financeiros ou obterem apoio político.

Os países em dificuldades aceitaram as condições e pressionados a modernizarem a gestão para obterem melhor desenvolvimento econômico e redução da desigualdade pelo aumento da produtividade. Os princípios educacionais voltaram-se para a formação básica de trabalhadores e o Banco Mundial passou a fomentar a educação básica como estratégia neoliberal. O Brasil em meados de 1970 recebeu empréstimos para investir na reformulação do ensino primário e médio, transformando estudantes em mão de obra qualificada para a indústria. O trabalhador torna-se acrítico ao sistema mantendo apenas seu foco na dimensão da produção (SILVA, 2002b).

Para as políticas públicas educacionais, os empréstimos são estabelecidos com regras, procedimentos e metas a serem atingidas que condicionam os projetos educacionais a favorecerem a ideologia neoliberal. As diretrizes para as reformas nos países tinham como objetivos melhorar a gestão, a qualidade do serviço público, a redução das despesas e o aumento da produtividade na gestão do Estado (SOUZA, 2002, p.90). Os financiamentos antes limitados à área de infraestrutura passaram a incluir o setor social (a educação, a saúde e o setor agrícola). Assim, a educação passa a ser alinhada com o desenvolvimento econômico do país.

A partir da década de 80, o Banco Mundial realiza acordos com os países para promoverem reformas educacionais em diferentes níveis de ensino, principalmente na privatização dos níveis educacionais mais elevados, privilegiando o fator material no lugar do humano, além de fortalecer o setor educacional privado reduzindo o papel do Estado (OLIVEIRA, 2015, p. 56).

A política pública da gestão escolar brasileira teve forte interferência do Banco Mundial após a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia (FONSECA, 1998). A conferência fortaleceu os conceitos neoliberais nas políticas públicas educacionais no Brasil e estabeleceu compromisso para apresentar a educação de qualidade às crianças, jovens e adultos focando nas

⁵⁷ Esses organismos são: Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Necessidades Básicas de Aprendizagem - NEBA. Estabeleceram-se as prioridades para a universalização da educação como: as necessidades básicas de aprendizagem; educação das meninas e mulheres; atenção especial aos desamparados e aos portadores de necessidades especiais; avaliação de resultados; valorização do ambiente de aprendizagem e compartilhamento das responsabilidades com a sociedade; envolvimento da sociedade na educação; reconhecimento da validade dos saberes tradicionais e patrimônio cultural do povo (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007). Determinou-se a descentralização da educação, a autonomia na gestão escolar, o envolvimento dos pais e da comunidade escolar nas atividades da escola e até parcerias com o setor privado e Organizações Não Governamentais - ONGs. As políticas descentralizadoras obrigam as escolas a executarem ações que eram de responsabilidade das SEDUCs como as reformas dentro da escola, contratando a mão-de-obra, fazendo as licitações e as compras dos materiais (CRUZ, 2003, p. 17). Isso requer volume grande de recursos e quantidade razoável de documentos para prestar contas, de acordo com o Banco Mundial.

O Brasil, no início do Governo de Fernando Collor de Mello, intensifica as relações com o Banco Mundial por meio de empréstimos para a educação brasileira e, assim, aproximando-se das propostas e dos ideais do Consenso de Washington⁵⁸. Com a aprovação da nova LDB, as reformas e emendas constitucionais subsidiaram as mudanças nas políticas públicas da educação. Foram criados o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF⁵⁹; a reforma curricular por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs; os mecanismos de avaliação; a ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD; o Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE; o Programa TV Escola; Programa Nacional de Informática na Educação - PROINFO, Programa de Formação de Professores em Exercício - PROFORMAÇÃO; e a aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE (JACOMELI, 2011).

Fernando Henrique Cardoso adota as diretrizes internacionais e o pensamento pedagógico empresarial (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2003). Cria os Planos Nacionais

⁵⁸O Consenso de Washington foi uma recomendação internacional elaborada em 1989, para divulgar a conduta econômica neoliberal no mundo, com a intenção de combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina.

⁵⁹ FUNDEF é um conjunto de fundos contábeis formado por recursos dos três níveis da administração pública do Brasil para promover o financiamento da educação básica pública.

para a Educação, surgindo aí os pilares para a política educacional da gestão democrática na escola.

Para os organismos internacionais, os problemas da escola estavam no modelo de gestão centralizador que a tornava ineficaz. Para a solução do problema, só havia a solução da Gestão Democrática. A educação passa a ser compreendida como serviço com ênfase em resultados e indicadores de desempenho, na lógica da descentralização entre as instâncias governamentais (GANDINI E RISCAL, 2002). O aumento da responsabilidade da escola tira do Estado a responsabilidade pelo fracasso dos resultados e a este cabe o papel de regulador e avaliador das políticas públicas educacionais (BARROSO, 2005, p. 728).

O processo regulador das políticas públicas na administração do Estado brasileiro, entrelaçado com as normas para a educação mundial das conferências internacionais de educação, fortalece a lógica de modernização da estrutura, organização e gestão das escolas. Um exemplo claro é o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) que envolve meta, desempenho, controle e eficiência. O PDE força a comunidade escolar a se reunir, planejar e estabelecer metas de ação fragmentando o trabalho dos professores, centralizando as decisões e cria um modelo centrado na ótica da economia (SILVA, 2005b, p. 274, 279). A crítica de Silva ao PDE está na imposição de normas que este impõe à escola para utilização dos recursos, o que dificulta o fortalecimento da autonomia da escola na execução dos recursos.

2.5 As Políticas Públicas Educacionais na Amazônia.

Como pensar as políticas públicas educacionais para a Amazônia? Como pensar as políticas públicas educacionais para uma área que abrange 5,1 milhões de quilômetros quadrados? É maior que muitos países europeus juntos. Possui 2/5 da América do Sul, 3/5 do Brasil, contém 1/5 da água doce do mundo, mais de 1/3 das reservas mundiais de florestas tropicais e população heterogênea, diversificada e espalhada por territórios imensos.

Realizar políticas públicas educacionais nesta imensidão é um desafio, pois elas sempre estiveram nos discursos políticos, são estratégicas para o Estado brasileiro, tanto para o desenvolvimento econômico como para o desenvolvimento social, mas são complexas de serem implementadas.

Com as novas premissas neoliberais, o papel da educação acentuou-se para os interesses capitalistas e as “pressões” internacionais ainda repercutem no Brasil. Novas leis e recursos são criados para o financiamento da educação por meio da política de fundos, iniciada pelo FUNDEF, no governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC; concentraram-se no ensino fundamental e, posteriormente, pelo FUNDEB⁶⁰ no governo Luís Inácio Lula da Silva (OLIVEIRA e FERREIRA, 2008, p.37). As medidas tomadas pelo Estado representaram as estratégias para reformular as políticas públicas e a opção do Estado mínimo para as políticas públicas educacionais. A justificativa era modernizar o Estado e torná-lo eficiente. No entanto, as políticas públicas educacionais dos fundos (FUNDEF/FUNDEB) não mostraram aumento financeiro, mas apenas o jogo contábil, pois apenas centralizaram a arrecadação dos impostos da educação junto à União e está redistribuída de acordo com o número de matrículas no ensino fundamental de cada município (CARMO e PRAZERES, 2015, p.526). Nota-se que o Estado brasileiro centralizou os recursos da educação e posicionou-se no controle das políticas públicas educacionais, deixando aos estados e municípios apenas a aplicação sem debate franco da sociedade sobre as mudanças.

Para a implantação das novas políticas públicas educacionais na Amazônia, os desafios do Estado brasileiro são maiores, já que as peculiaridades do espaço geográfico, as distâncias e a cultura local são diferenciadas do resto do país. Enquanto no Sul as cidades são próximas e as áreas municipais são relativamente pequenas, na Amazônia elas se amplificam. As localidades são longínquas envolvendo uma logística planejada com antecedência. Há cidades que não possuem estradas ou aeroportos e o único meio de acesso são os rios. As viagens demoram horas ou dias e, no período das chuvas (outubro a maio), as dificuldades aumentam.

Além disso, por estas cidades e vilas estarem isoladas e terem acesso às comunidades indígenas, adquirem uma miscigenação cultural própria que não existe no resto do país. A cultura amazônica envolve uma população com sócio-diversidade imensa, com características próprias, com 81 etnias indígenas diferentes, costumes

⁶⁰FUNDEB é um conjunto de fundos contábeis formado por recursos dos três níveis da administração pública do Brasil para promover o financiamento da educação básica pública. Foi criado em janeiro de 2007 e substituiu o FUNDEF, sendo que a principal diferença é atender, além do ensino fundamental, a educação infantil, o ensino médio e a educação de jovens e adultos.

caboclos e principalmente ribeirinhos, além dos migrantes do Nordeste e do Sul. Nesse “caldeirão” cultural destaca-se o ribeirinho que se fixou próximo dos rios. Gonçalves (2006, p.154) o define como:

[...] o mais característico personagem amazônico. Em suas práticas, estão presentes as culturas mais diversas que vêm dos mais diferentes povos indígenas, do imigrante português, de migrantes nordestinos e de populações negras. Habitando as várzeas, desenvolveu todo um saber na convivência com os rios e com a floresta. A agricultura, a pesca e o extrativismo são uma das atividades de seu complexo cultural. [...] têm uma visão e uma prática na qual solo, floresta e rio se apresentam como interligados, um dependendo do outro, dos quais todo um modo de vida e de produção foi sendo tecido, combinando essas diferentes partes dos ecossistemas.

As características de seu povo já demonstram a necessidade de política educacional diferenciada principalmente por estarem espalhados pelos rios e igarapés. Mas, as políticas educacionais governamentais estão longe da realidade destas comunidades, principalmente porque são desenvolvidas por técnicos que não vivenciam esta cultura (BONETI, 2011, p. 2). A região é um “caldeirão” de culturas envolvidas nas políticas públicas educacionais já estruturadas pelo Estado. Desta forma, Corrêa (2007, p. 18) salienta que existem,

[...] outras temporalidades e territorialidades, que são produzidas por diversos sujeitos como forma de expressar e manifestar seus modos de vida próprios. [...] Por isso, é importante reconhecer e afirmar a existência na região amazônica, no campo, no terreno dessa diversidade, temporalidades e territorialidades ou multiterritorialidades.

Deste modo, as políticas públicas educacionais são apresentadas à sociedade amazônica, já planejadas pelo MEC e que não atendem às diferenças culturais regionais. A cultura do centro sobrepõe-se à cultura da periferia. Muitas comunidades na Amazônia não possuem ensino regular, mas multisseriadas (que são formas de garantir o direito à educação às populações), devido à baixa incidência de alunos e não há nenhuma política pública educacional voltada para este tipo de estudante. Outros viajam de canoas, barcos e “voadeiras⁶¹” para chegar às escolas.

⁶¹ Voadeiras são pequenos barcos de alumínio com motor de popa que navegam rapidamente.

É necessário aprimoramento das políticas públicas educacionais voltadas para a Amazônia. Debater, discutir, dialogar com as populações para que estas participem do processo e ajudem a apresentar uma solução promissora e que alcance maiores êxitos. Os interesses dos centros prevaleçam na elaboração das políticas públicas educacionais voltadas para a periferia, principalmente para esta região do Brasil. Só quem convive com esta realidade no dia a dia tem noção das dificuldades que a Amazônia apresenta.

Para que as mudanças das políticas públicas afetem as comunidades amazônicas é necessário que haja um reconhecimento da sociedade, das experiências socioculturais produzidas na Amazônia, protagonizadas pelas diversas populações e dos movimentos sociais da região. Nesse processo, a participação social das comunidades se torna mais efetiva na construção de políticas públicas que tenham mais oportunidades de materializar e enfrentar a vulnerabilidade da educação e das escolas que, muitas vezes, se encontram à mercê dos interesses dos grupos dominantes de poder local.

Infelizmente, os interesses econômicos da iniciativa privada têm forte hegemonia na orientação do Estado junto à Amazônia, reproduzindo uma cultura política conservadora, clientelista e assistencialista, fragilizando a relação com a sociedade civil e prejudicando os direitos das populações interioranas. Seguindo este raciocínio, as políticas públicas educacionais da região têm restringido o processo de aprendizagem e de formação dos valores do indivíduo, prejudicando o papel da escola. É necessário a ampliação da esfera pública com o objetivo de fortalecer o espaço democrático-participativo de interação entre Estado e Sociedade Civil. Nesse processo, as políticas públicas educacionais do Estado têm papel fundamental para a construção de uma cultura política cidadã que garanta a ampliação dos direitos humanos e sociais destas comunidades. Devem assumir a responsabilidade com a formação desse novo processo crítico e, a partir de seu lugar, interagir com outros espaços sócio-políticos e culturais, em escala local e global.

2.6 Políticas Públicas Educacionais em Rondônia – Retrospectiva.

As políticas educacionais na região do Estado de Rondônia iniciaram-se pelas mãos da Igreja Católica em 1913, na localidade de Santo Antônio, a sete quilômetros de onde surgiria Porto Velho, com 67 alunos filhos de operários da Estrada de Ferro

Madeira Mamoré - EFMM (LIMA, 1987). As classes, média e alta, mandavam os filhos estudarem nos grandes centros do país ou na Europa. A educação ficava nas mãos da iniciativa privada e da Igreja Católica. As escolas ofereciam aos meninos, além de leitura e da matemática, conhecimentos de oleiro, pedreiro, carpinteiro e ferreiro. As meninas estudavam separadas e aprendiam as prendas domésticas e o catecismo (GOMES, 2007, p.52). O poder público dos Estados de Mato Grosso e Amazonas estava completamente alheio a tal aspecto. Em 1928, é fundada, em Guajará Mirim, a primeira escola municipal pelo governo de Mato Grosso, mas com poucas perspectivas de desenvolvimento.

Em 1943, foi criado o Território Federal do Guaporé pelo Decreto nº 5.812, pelo presidente Getúlio Vargas⁶², com desmembramento de terras do Estado do Amazonas e do Mato Grosso. Já, na constituição administrativa⁶³ do novo território, apresentava-se pela primeira vez o departamento relacionado à educação que tinha como objetivo melhorar a qualidade do ensino e manter o ensino já existente nas vilas e comunidades (GOMES, 2007, p.43). O número de estudantes crescia com a migração de famílias para extrair o látex na produção de borracha. As políticas públicas educacionais teriam que desenvolver a rede escolar no território, constituída de primário (estatal e particular), normal e profissionalizante nas duas cidades existentes (Porto Velho e Guajará-Mirim) à medida que as comunidades se desenvolviam.

Em 1950, a política educacional melhora com as metas do governador Paulo Nunes Leal⁶⁴ que melhora os setores educacionais das Escolas Normais (Carmela Dutra em Porto Velho), Ginásios e Jardim de Infância (GOMES, 2007, p.46).

Na década de 1960, cresce a migração para o Território Federal de Rondônia⁶⁵ com o início da abertura da BR-364, a descoberta de cassiterita e a busca por novas terras férteis. Em 1964, os militares passam a governar o Brasil e incentivam a migração e colonização da Amazônia. Pequenas vilas começam a despontar como futuras cidades (Vilhena, Pimenta Bueno, Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes e Rolim de

⁶² Getúlio Vargas passa a valorizar a educação com a criação do Ministério da Educação e Saúde.

⁶³ A Estrutura Administrativa do Território Federal do Guaporé foi delineada através da Lei 5.839, de 21 de setembro de 1943, que viria a ser normatizada através do Decreto territorial n. 2, de 25 de fevereiro de 1944, estabelecendo os seguintes órgãos: I – Secretaria Geral (S.G.); II – Departamento de Saúde (D.S.); III – Departamento de Educação (D.E.); IV – Departamento de Produção (D.P.); e V – Departamento de Obras (D.O.)

⁶⁴ Paulo Nunes Leal foi o oitavo governador do Território Federal do Guaporé, nascido em Carangola - MG.

⁶⁵ O Território Federal do Guaporé foi renomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1956, como Território Federal de Rondônia em homenagem a Cândido Mariano Rondon.

Moura); entretanto, a carência de profissionais da educação tornou-se crítica e a política educacional do governo oferecia excelentes salários aos professores que viessem trabalhar no território. Com isso, centenas atenderam a este chamado, vindos do Nordeste e do Centro-Sul. O contrato pelo Estado era feito através de entrevista, convite de amigos, autoridades e por teste de seleção. Muitos eram professores-leigos e não possuíam qualquer habilidade profissional na educação e as contratações ocorriam principalmente nos municípios recém-criados (BORGES, 2011, p.44). O objetivo era atender à demanda escolar de qualquer forma. A estrutura do ensino exigia a política pública emergencial para atender às necessidades básicas dos estudantes.

Em 1982, já como Estado de Rondônia⁶⁶, foi criada a Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR pela lei nº 7.011 de 08 de julho, onde os primeiros cursos são para atender e qualificar a demanda dos profissionais necessitados. São criados os bacharelados e licenciaturas (Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, História, Letras, Geografia, Pedagogia, Matemática e Educação Física).

Com a implantação da gestão democrática escolar no território brasileiro (amparada pela Constituição Federal e pela LDB), Rondônia tornou-se retardatária neste processo, pois iniciou a implementação somente em 2011, ou seja, com 30 de atraso. A SEDUC assumiu o compromisso de divulgar a todas as instituições de ensino estaduais as concepções da gestão pública democrática para a educação, tendo como objetivo principal a redução do fracasso impingido às classes populares nas gestões anteriores. De imediato, iniciaram-se os preparativos para as eleições diretas dos diretores e dos Conselhos Escolares, monitorados e orientados pela SEDUC (SEDUC, 2011a). Cabe ressaltar aqui que esta política já estava sendo implantada por outros Estados da Federação e em alguns os resultados eram excelentes.

No entanto, só em 17 de abril de 2013, no governo de Confúcio Moura⁶⁷, criou a Lei Estadual nº 3.018, que estabelecia as normas das políticas educacionais da

⁶⁶ O Estado de Rondônia foi criado pelo presidente da República, João Batista Figueiredo, através do Projeto de Lei Complementar nº 41 em 22/12/81.

⁶⁷ Confúcio Aires Moura, médico e político rondoniense. Foi prefeito de Ariquemes, duas vezes governador (2011 a 2018) e atualmente é senador por Rondônia.

Gestão Democrática na rede pública estadual de ensino em Rondônia já debatidas no governo de Ivo Cassol⁶⁸.

Assim, a lei, em seu artigo 9º, estabelece como se manifestará a gestão democrática nas escolas públicas do Estado e aponta a criação de mecanismos de participação⁶⁹. As escolas terão como mecanismos principais da política pública educacional em sua gestão o Conselho Escolar, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Grêmio Estudantil⁷⁰.

As eleições para diretores e vice-diretores deveriam ser feitas antes da implantação da gestão democrática, pelo Conselho Escolar já escolhido no início do ano, visto que este é um dos fatores mais importantes da política pública educacional.

Para que a gestão democrática escolar atue de forma concreta e possa produzir dentro dos objetivos específicos os interesses da política pública educacional, precisará ter o respaldo documental elaborado pela Comunidade Escolar. Esta, por sua vez, será o órgão máximo deliberativo dentro da instituição escolar, de acordo com o artigo 10º da lei estadual nº 3.018, acompanhando as diretrizes do MEC.

Os mecanismos e os objetivos principais da gestão democrática escolar pública do Estado de Rondônia estão estabelecidos sistematicamente no quadro 02:

Quadro 02 – Objetivos específicos dos mecanismos escolares

Mecanismo	Objetivos
Conselho Escolar	Órgão máximo de tomada de decisões da escola
Projeto Político Pedagógico	Miniconstituição da escola. É a sua identidade. Serve como roteiro para os professores, técnicos e gestores no dia a dia da escola.
Grêmio Estudantil	Representa os estudantes na gestão da escola e não possui fins lucrativos. Organiza eventos, campeonatos, palestras, projetos e discussões de temas importantes para sua formação dentro da comunidade escolar.
Regimento Escolar	Define a organização administrativa, didática, pedagógica, a disciplina da escola, os direitos e os deveres de todos dentro da escola. Explica seus

⁶⁸Ivo Narciso Cassol foi prefeito de Rolim de Moura (duas gestões de 1996 a 2002), governador (por duas gestões de 2002 a 2010) e atualmente é Senador por Rondônia (de 2011 a 2018).

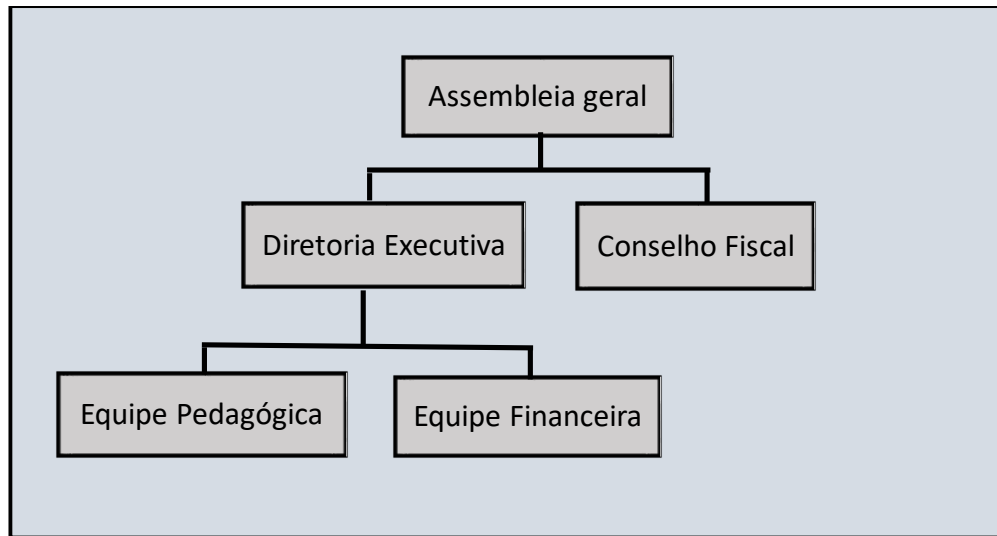
⁶⁹Art. 9º. A Gestão Democrática será efetivada por intermédio dos seguintes mecanismos de participação: I - Conselho Escolar; II - Eleição Direta para Diretor e Vice-Diretor; III - Projeto Político Pedagógico - PPP; e IV - Grêmio Estudantil.

⁷⁰Grêmio Estudantil é uma organização dos estudantes dentro da escola, sem fins lucrativos e que representa os interesses dos estudantes. Sua finalidade é cívica, cultural, educacional, desportiva e social. O grêmio é o órgão máximo de representação dos estudantes da escola. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. É também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.

	objetivos, níveis de ensino que oferece e como trabalha para alcançar suas metas. Distribui as atribuições de cada um e suas responsabilidades. É fundamentado na legislação do País, dos Estados e dos Municípios, além da LDB, nas normas das Gestões Democráticas e nos princípios das SEDUCs.
Plano de Gestão Escolar	Registra todas as atividades e informações da escola durante o ano como: quadro de alunos, calendário, horário das aulas, planejamento financeiro e escolar, eventos previstos e outros. Pode ser alterado e corrigido se necessário. Deve estar interligado como o PPP, com o Plano de Ensino e ser sempre consultado.

Fonte: Compilados pelo pesquisador em 03/2016.

O Conselho Escolar administrará a escola na forma de colegiado democrático, tendo funções consultiva, deliberativa, mobilizadora e fiscalizadora das questões pedagógicas, administrativas e financeiras. As principais funções do Conselho estão estabelecidas no artigo 11º da Lei nº 3.018/17 do Estado de Rondônia (Anexo “E”). Também acompanhará a evolução dos resultados conseguidos pelos alunos da escola através de avaliações externas como ENEM, concursos e vestibulares; promoverá e apoiará círculos de estudos e debates para melhorar a formação intelectual dos alunos; proporá uma sindicância, caso necessite, para destituir o diretor em casos específicos e outras funções deliberativas. Na composição do Conselho Escolar, terão cadeiras cativas representantes dos professores e técnicos (50%), alunos, pais e membros da comunidade (50%) eleitos por voto direto e terá um número ímpar de membros para que não haja empate nas decisões e votações, de acordo com o art.12 da lei nº 3.018. Não poderá ter número inferior a oito (08) membros. A Assembleia Geral do Conselho Escolar terá estrutura organizacional composta pelas equipes pedagógicas e financeiras subordinadas à diretoria executiva que, junto com o conselho fiscal, serão subordinadas à assembleia geral, conforme a estrutura estabelecida no quadro 03.

Quadro 03: Estrutura organizacional do Conselho Escolar

Fonte: Adaptado da Lei nº 3.018 de 17/04/2013.

O Conselho Escolar, segundo a lei estadual nº 3.018, órgão máximo da gestão participativa da escola, terá como membros de acordo com as normas pré-estabelecidas os seguintes componentes, conforme quadro 04.

Quadro 04 – Composição das equipes do Conselho Escolar

Diretoria	Função	Representatividade	
		Conselheiro	Suplente
Diretoria Executiva	Presidente	Diretor	Vice-Diretor
	1º Secretário	Professor	Professor
	2º Secretário	Aluno/Pai	Aluno/Pai
Equipe Pedagógica	Presidente	Diretor	Vice-Diretor
	Conselheiro	Supervisor	Sem representante
	Conselheiro	Orientador	Sem representante
	Conselheiro	Psicólogo	Sem representante
	Conselheiro	Professor	Professor
	Conselheiro	Funcionário	Funcionário
	Conselheiro	Aluno	Aluno
	Conselheiro	Pai/Responsável	Pai/Responsável
Equipe Financeira	Tesoureiro	Pai/Responsável	Pai/Responsável
	Conselheiro	Professor	Professor
	Conselheiro	Funcionário	Funcionário
	Conselheiro	Aluno	Aluno
Conselho Fiscal	Conselheiro	Professor	Professor
	Conselheiro	Funcionário	Funcionário
	Conselheiro	Pai/Responsável	Pai/Responsável
	Conselheiro	Aluno	Aluno

Fonte: Lei nº 3.018/2013

De acordo com as normas pré-estabelecidas pela lei da gestão democrática, o Diretor da Escola será sempre membro vitalício do Conselho e sempre presidirá as reuniões. Caso não possa estar presente na reunião, assumirá a presidência o vice-diretor ou a vice-diretora. Todas as decisões tomadas em consenso pelo conselho serão executadas pelo diretor ou o responsável que estiver no exercício da gestão escolar, à medida que forem possíveis de serem realizadas ou estiverem ao alcance no momento. O diretor não tomará decisões solitárias. Reunirá o Conselho Escolar e consultará seus membros. Mas ele gerencia a escola e relaciona-se com as instâncias superiores como Secretaria de Educação – SEED⁷¹, Conselho Tutelar e Juiz da Infância e Juventude para repassar as decisões ao conselho.

A Diretoria Executiva do conselho será eleita em assembleia geral ordinária internamente no conselho, ressalvado o cargo de presidente, nos termos do artigo 14⁷² desta Lei nº 3.018, para proteger as decisões e cuidar do funcionamento perfeito do Conselho Escolar.

O Conselho Fiscal será eleito dentro da Assembleia Geral e terá como incumbência a fiscalização e o controle das finanças do colegiado. Será composto por 4 (quatro) membros, sendo um representante dos professores ou dos funcionários, um dos estudantes com mais de 18 (dezoito) anos e um dos pais ou responsável legal conforme está descrito no quadro 04.

A Equipe Pedagógica será composta por membros eleitos em assembleia geral do Conselho Escolar além dos professores que são responsáveis pela pedagogia. A equipe se reunirá uma vez por mês, ou quando se fizer necessário, para solucionar problemas ou imprevistos que aconteçam dentro do cotidiano escolar. A reunião poderá ser na sala do Conselho Escolar (se houver) e, caso não tenha, em uma sala à disposição. O quadro 05 apresenta as principais funções e deliberações da equipe pedagógica.

⁷¹ As Secretarias de Educação também são conhecidas em alguns lugares como Núcleo de Educação, Núcleos Regionais ou Delegacias de Ensino.

⁷²Art. 14. O Diretor da Unidade Escolar integrará o Conselho Escolar na função de Presidente, como membro nato e será substituído, em seu impedimento, pelo Vice-Diretor, na qualidade de Vice-Presidente.

Quadro 05 – Funções da Equipe Pedagógica

Equipe Pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar o Projeto Político Pedagógico, - Criar condições para o desenvolvimento dos alunos, - Assessorar os docentes no processo ensino-aprendizagem, - Coordenar ações que integram o currículo escolar, - Orientar, coordenar e acompanhar os planos de ensino, - Organizar e presidir os conselhos de classe, - Assegurar o cumprimento dos dias letivos, horas-aulas e do calendário escolar, - Zelar pelo cumprimento das normas do Regimento Escolar.
--------------------------	--

Fonte: PPP da escola

A equipe pedagógica é essencial para as políticas educacionais, pois terá como objetivo zelar pela organização e acompanhamento da gestão dos trabalhos pedagógicos e administrativos por meio de postura crítica-reflexiva. Dentro da equipe pedagógica ainda existe o orientador pedagógico que acompanha o aluno no rendimento escolar além de atender seus familiares e a comunidade.

Os estudantes, que se candidatarem ao Conselho Escolar ou à suplência de vaga, terão que ser matriculados na escola, ter idade mínima igual ou superior a 14 (catorze) anos e, para assumir a Comissão de Execução Financeira, os alunos deverão ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos.

Os estudantes que exercerem qualquer função ou atos relativos ao cargo para o qual foram eleitos deverão ser maiores de 18 anos ou ser assistidos pelos pais ou responsável legal, de acordo com o Código Civil/2002. O mandato dos membros do Conselho Escolar serão de 3 (três) anos, sendo permitida apenas uma reeleição sucessiva e reunirão ordinariamente 1 (uma) vez por mês, uma vez por semestre ou extraordinariamente, quando for necessário, por convocação do presidente e da metade mais um de seus membros. As decisões tomadas pelo conselho só são válidas quando aprovadas pela metade mais um de seus membros presentes na reunião.

Os acompanhamentos da gestão democrática das unidades escolares da rede pública estadual de ensino em Rondônia serão realizados de forma contínua, sistemática e regular pela Secretaria de Estado da Educação - SEDUC por meio das diretorias, gerências, coordenadorias regionais de educação (CRE) e pela comunidade escolar representada pelo Conselho Escolar no cumprimento das atribuições. Além disso, a lei nº 3.018 criou a Ouvidoria da Gestão (OG) para avaliar, anualmente, os resultados da política pública educacional nas escolas e o aperfeiçoamento quando necessário.

A cada final de ano, o Conselho Escolar juntamente com a Equipe Pedagógica analisa as atividades executadas durante o período letivo que está findando e procuram, de forma sistemática, averiguar todos os pontos, fortes e as falhas, para que, no exercício do ano seguinte, elas sejam melhoradas. Os pontos positivos são apresentados para toda a comunidade escolar, visando sempre melhorar e os pontos falhos são analisados, descobrindo-se onde e por que falharam para que, nos próximos anos, se possa corrigi-los ou reduzi-los ao mínimo possível dentro das condições da escola.

3 A ESCOLA

Sabe-se que adquirir conhecimento sempre esteve presente na humanidade. Educar era viver a vida no seu cotidiano. Não há dúvida de que a educação é o ponto básico para estruturar a sociedade e transformar qualquer comunidade. Portanto, as responsabilidades das escolas e dos educadores são imensas. O objetivo deve estar centrado no desenvolvimento da inteligência crítica, da capacidade intelectual do indivíduo e quem dela se apropriar, além de promovê-lo para poder adaptar-se ao contexto social que viver. Piaget (1970, p. 30) afirmava que “*conhecer algo é agir sobre e transformá-lo, aprendendo os mecanismos dessa transformação atrelada às ações transformadoras*”.

Ao agir e adquirir habilidades específicas, o homem sente a necessidade de repassar para os seus, como forma de aprendizagem, o conhecimento e, assim, perpetuá-lo. Não existia escola. O ensinar era a transmissão do conhecimento adquirido pela experiência, pelas habilidades, pela observação dos mais velhos e pelas tradições orais dentro das comunidades. Os conhecimentos eram bem definidos entre os gêneros e cada um aprendia as experiências necessárias às suas atividades dentro do “Clã”. As festas e as tradições passavam naturalmente entre os membros da comunidade e não havia necessidade de uma instituição específica para fazê-lo. Portanto, nestas comunidades primitivas antigas todos os adultos (principalmente os mais velhos) eram professores (LOMBARDO, 2008).

O “ensinar” mudou quando surgiram as divisões sociais e passou a ter dois propósitos bem distintos. O ensino para os senhores e a elite era voltado para pensar, comandar e dominar, enquanto o ensino para os plebeus e o trabalhador estava voltado para a obediência, para serem comandados e trabalharem para os senhores.

Com a escrita⁷³, o conhecimento não ficou restrito à memória e aos mais velhos, mas poderia ser acessado em qualquer época por qualquer pessoa que soubesse o significado daquela escrita. Com o aumento populacional, o ensino

⁷³Por volta de 4000 a.C., os sumérios desenvolveram a escrita cuneiforme. O saber escrever era ensinado em casa, de pai para filho.

adquiriu complexidade e passou para as mãos de mentores⁷⁴, sofistas⁷⁵, filósofos⁷⁶, sábios e os pedagogos⁷⁷. Não havia local específico para se ensinar. Poderia ser a própria casa da família do estudante, a residência do mestre ou qualquer lugar que este achasse adequado para transmitir ensinamento, como acontecia na Grécia⁷⁸. No século 4 a.C., surgem as primeiras “escolas” (CRUZ, 2007) que eram locais onde os mestres ensinavam gramática, excelência física, música, poesia e eloquência.

Na Idade Média, na Europa, o conhecimento ficou restrito a poucas pessoas. A maioria da população, principalmente a camponesa, não possuía qualquer conhecimento e aprendiam-se apenas os ensinamentos religiosos. Os afortunados que estudavam estavam ligados ao sacerdócio ou a famílias abastadas. Com o renascimento dos centros urbanos, começam as mudanças e surgia a necessidade de um administrador da cidade e este deveria ter conhecimentos de matemática, contabilidade e administração. No século XII, a Igreja inicia as primeiras “escolas” como conhecemos hoje. Eram obras de instituições de caridade onde as crianças sentavam-se em bancos onde os professores (sacerdotes) ensinam o catecismo junto com algum conhecimento de ler, escrever e contar (AGUIAR).

A escola adquire estrutura no século XVIII com o Iluminismo⁷⁹, o uso da razão e os ideais da Revolução Francesa (Liberdade, Igualdade e Fraternidade). Novos grupos sociais surgem e o processo educativo divide-se de acordo com os interesses econômicos e sociais. A escola nasce por necessidades sociais, mas com finalidade diferente para as classes. Passou a atender os interesses de cada grupo, embora a

⁷⁴Mentor é alguém com mais experiência na área de interesse do Mentee (alguém que está iniciando) e disposto a repassar o que aprendeu através da prática ou do estudo.

⁷⁵ Os sofistas se compunham de grupos de pensadores na Grécia Antiga que viajavam de cidade em cidade realizando discursos públicos para atrair estudantes, de quem cobravam taxas para oferecer-lhes educação.

⁷⁶ Um filósofo (amante da sabedoria) é alguém que pratica a investigação racional em áreas que estão fora da teologia ou da ciência.

⁷⁷ O pedagogo surgiu na Grécia Clássica, que era o preceptor, mestre, guia, aquele que conduz. Ele era uma forma de pai do jovem, quem o guiava até o local de ensino e, metaforicamente, em direção ao saber. Hoje, são os profissionais da pedagogia, ciência que tem como objetos de estudo a educação, o processo de ensino e a aprendizagem.

⁷⁸A palavra escola vem do grego “*scholé*”, que significa “lugar do ócio”. Era o local aonde as pessoas iam para refletir em seu tempo livre. As escolas eram levadas adiante pelos discípulos do filósofo-fundador e cada uma valorizava uma área do conhecimento. A escola de Sócrates (um exímio orador) era muito forte no ensino da eloquência.

⁷⁹ Iluminismo foi um movimento intelectual do século XVIII na Europa, que defendia o uso da razão (luz) contra o antigo regime (trevas) e pregava maior liberdade econômica e política. Promoveu mudanças políticas, econômicas e sociais, baseadas nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade: Locke, Voltaire, Kant e Montesquieu.

divisão imposta pelo capitalismo ainda persista hoje, a escola representa o fator social que transforma a sociedade e continua com os fundamentos do iluminismo.

Segundo Peixoto (2013, p.2) na Revolução Industrial, o “ensinar” era apenas o necessário para sua profissão e o seu trabalho na indústria. Apesar das diferenças e dos interesses de cada classe (elite e trabalhadores), as instituições políticas foram influenciadas pelas discussões do século XIX, que expandiu as formas de instrução para as camadas menos favorecidas. Com isso, a escola se torna educadora dos valores, hábitos e normas da burguesia e mostra a cada um o lugar que deve ocupar na sociedade. Em outras palavras, a escola tornou-se o aparelho ideológico do Estado. Inicia-se, neste período, a escola que se conhece hoje.

Emanuel Kant afirma que “*Esclarecimento é a saída do homem de sua minoridade e que minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de outro e que, para isso, é preciso coragem*” (Klein, 2009, p. 211). Se o esclarecimento vem pela razão, então, a educação deve ser o caminho da razão e ser o fundamento de qualquer autonomia. Nesse sentido, as escolas devem introduzir nos jovens o uso correto da razão para a descoberta da autonomia pessoal do pensamento, do comportamento e da autonomia ético-política.

Na visão de Émile Durkheim⁸⁰, a escola deve ter a postura social coletiva, pois é fundamental para a evolução da sociedade. Deve adequar as metas e objetivos de acordo com a evolução da sociedade. Isso envolve toda a experiência do processo como o relacionamento, aspectos culturais, afetivos, sociais, cognitivos e históricos que estão inseridos dentro dos segmentos sociais. Tem que eliminar a desigualdade histórica acumulada de determinados grupos sociais socializando o saber sistematizado. Sobre isso, Linhares (1986) salienta que,

[...] da escola, espera-se que ela promova a capacidade de discernir, de distinguir, de pensar que supõe assumir o mundo, a realidade histórica como matéria perceptível e com objetividade que nos permita sua maior compreensão e intervenções deliberadas. Da escola se espera o fortalecimento de sujeitos que, capazes de elaborar conhecimentos, contingências e estruturas, possam imaginar outros mundos ainda não concretizados e neles investir com paixão para construir tempos e lugares que ampliem as alternativas da realização humana e social (LINHARES, 1986, p.16).

⁸⁰ David Émile Durkheim foi um sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo francês. É um dos arquitetos da ciência social moderna e pai da sociologia.

A escola, desta forma, assume funções essenciais para o desenvolvimento intelectual dos educandos. Passa a ser um dos atores decisivos na condução e interpretação dos fenômenos científicos. É a mediadora do conhecimento e deve provocar, fazer desafios, orientar, coordenar as ações, dar autonomia e autocontrole ao aluno levando este a trabalhar mais e independente. Deve proporcionar a socialização dos valores partilhados na comunidade, contextualizar o ensino e, pouco a pouco, integrar os saberes necessários às funções sociais. Conduzirá a visão de mundo dos estudantes para as visões sociais para fazerem a escolha correta e transformarem-se. Não deve controlar o pensamento do aluno, mas buscar com ele e nele o conhecimento que este tem sobre o tema estudado e aperfeiçoá-lo.

Mas, para o Estado, a escola é o agente dos interesses da classe dominante (PIRES, 2003) e deve educar para os interesses desta. Apesar de não poder evitar que a educação seja manipulada para o bem de alguns e a massificação de outros, a escola pode mostrar o que acontece, ir transformando a educação e, quem sabe, contribuir para a formação de novos cidadãos e uma sociedade mais justa.

Portanto, a administração da escola deve ser diferenciada. Deve possuir um enfoque diferente do empresariado. Paro (1998, p.7) afirma que:

A administração escolar é portadora de uma especificidade que a diferencia da administração especificamente capitalista, cujo objetivo é o lucro, mesmo em prejuízo da realização humana implícita no ato educativo. Se administrar é utilizar racionalmente os recursos para a realização dos fins determinados, administrar a escola exige a permanente impregnação de seus fins pedagógicos e na forma de alcançá-los.

Dessa forma, desenvolve-se a ideia da educação comprometida com as transformações sociais onde a exclusão, as desigualdades (políticas, econômicas e sociais) e o predomínio de determinadas classes sociais são estudados, debatidos e avaliados.

3.1 Escola Pública

O termo “Escola Pública” surgiu quando o Estado passou a se responsabilizar pela educação da população. A primeira escola pública surgiu na Prússia com o decreto do rei Frederico Guilherme I, obrigando as crianças de 5 a 12 anos a estarem

na escola, proibindo a contratação de crianças de qualquer idade que não tivessem concluído os ensinamentos obrigatórios (CELETI, 2012, p. 30). A escola seguia o “regime espartano” com disciplina, obediência e forte divisão das classes. O objetivo não era formar um cidadão culto, mas ter um povo obediente, dócil e preparado para a guerra. Desta forma, o ensino passou a tutela e determinação do Estado com currículo, planos de ensino e leis educacionais que todas as escolas públicas deveriam seguir. Passou a ser um bem da coletividade e deveria ser gratuita, universal, laica com seus custos pagos pelos cidadãos através dos impostos.

As alterações do conhecimento e do saber não deveriam ser um privilégio para alguns, mas tornar-se uma necessidade de todos. Não poderia ser um instrumento segregador, pois é função da Escola Pública transformar-se em educadora de trabalhadores comuns, trabalhadores qualificados, especializados ou técnicos de qualquer profissão e até preparar cientistas e pesquisadores (TEIXEIRA, 1994, p.45). Segundo Freire (1991, p.16), a participação da comunidade rompe com a tradição de que somente a elite é capaz de ver as necessidades da sociedade.

É um local por excelência que transborda e recria a cultura popular. Deve ser o centro das reflexões, dos debates e das soluções onde a cultura popular vai se organizando e mostrando as próprias experiências. É formada desde a constituição física até a equipe pedagógica passando pelos professores e técnicos de pensamento político, pois é também espaço de organização política, apesar de ter visão do mantenedor da escola aqui representado pelo governo. Os jovens das famílias de baixa renda terão, na escola, os meios para se desenvolverem intelectualmente e tornarem-se independentes dos valores da classe dominante.

No Brasil, tivemos reformadores que, com insistência, convenceram a sociedade local da necessidade de investimento maior na formação intelectual da população e que lutaram para o desenvolvimento das políticas públicas educacionais como Antônio Carneiro Leão⁸¹, José Quirino Ribeiro⁸², Lourenço Filho⁸³ e Anísio

⁸¹Antônio Carneiro de Arruda Leão foi um professor que fez a reforma do ensino de Pernambuco na década de 30 e escreveu “*Introdução à administração escolar*”, pela editora Melhoramentos, em 1939, baseando-se nas teorias de Henri Fayol.

⁸²José Quirino Ribeiro foi um educador no Estado de São Paulo que escreveu o livro “*Fayolismo na administração das escolas públicas*”. São Paulo: Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1938.

⁸³Manoel Bergström Lourenço Filho foi um educador e pedagogista brasileiro conhecido, sobretudo, por sua participação no movimento dos pioneiros da Escola Nova. Foi duramente criticado por ter colaborado com o Estado Novo de Getúlio Vargas. Escreveu o livro: “*Organização e administração escolar*”. São Paulo: Melhoramentos, 1963. Obra originalmente publicada em 1941.

Teixeira⁸⁴ que foram os primeiros a falar de uma modernização da administração pública escolar. Anísio Teixeira se preocupou com a educação pública e seu livro “*Educação não é um privilégio*” torna-se um pilar da atuação das políticas educacionais. Sempre enfrentou obstáculos das forças dominantes que contrapunham às transformações que visavam superar as desigualdades da sociedade brasileira (SAVIANI 2008, p. 222). Hoje, as propostas do Estado para as políticas sociais estão voltadas para o enfrentamento das desigualdades, a busca pela redução dos privilegiados que controlam a ordem estabelecida e a maioria marginalizada que os sustentam (DEMO, 1994, p. 12).

Segundo Teixeira (1994, p.60-61), o dever do Estado é oferecer aos brasileiros a escola que possa lhes dar a formação indispensável, capaz de atender às aptidões e dar-lhes a boa cultura. É necessário, e com urgência, a mobilização dos vários atores para transformar a realidade social da escola. Foi vista no passado como assistencialista, voltada para atender aos carentes sem a preocupação da qualidade, mas está gradualmente acompanhando as necessidades da sociedade expressas nos saberes úteis. A estrutura é complexa e, para mudar a escola pública, teria que ouvir os delegados de ensino, diretores, supervisores, professores comunidade científica, alunos, pais, mães, a sociedade, zeladoras e merendeiras para montar o quadro do problema educacional (FREIRE, 1991, p. 35 e 75).

As mudanças da escola estão sendo feitas desde o “*Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*”, de 1932, para garantir os direitos à educação em igualdade de condições no ensino público gratuito (dever do Estado e direito do cidadão), de qualidade (tenham o padrão de excelência no ensino), obrigatória (para todos poderem acessar a ela) e laica (não deve estar presa à religião específica) a todos.

A função social da escola pública é o resultado do contexto histórico-social, pois é a única dentro desta sociedade que é fruto dela, pode ao mesmo tempo questionar e intervir na formação das novas gerações. Socializa o conhecimento, sistematizando-o ao longo dos séculos para apresentá-lo aos estudantes. Porém, não se aprende todo o conhecimento adquirido na escola em 20 anos de estudos. O que se faz é apresentar o resumo deste conhecimento e este define que tipo de sujeito irá formar.

⁸⁴Anísio Spínola Teixeira foi um jurista, intelectual educador e escritor brasileiro. Personagem central na história da educação no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Escreveu vários livros sobre educação, entre eles: “*Educação não é um privilégio*” e “*Educação pública: administração e desenvolvimento*”. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Instituição Pública, 1935.

Assim, a escola deve refletir sobre a função social, pois deve estar ciente dela. Formará sujeitos que terão de adaptar-se à situação social posta, mas há fatores que acabam emperrando estas propostas. Um deles é a burocracia educacional que acaba atrapalhando como exemplifica Freire (1991, p. 35 e 75),

[...]. É claro que não é fácil! Há obstáculos de toda ordem retardando a ação transformadora. O amontoado de papéis tomando o nosso tempo, os mecanismos administrativos emperrando a marcha dos projetos, os prazos para isto, para aquilo, um deus nos acuda.

Para que isso não ocorra e a escola possa exercer a função social, terá que ter o Projeto Político Pedagógico – PPP, que demonstre a identidade da escola, que execute as ações definidas pelo Conselho Escolar, que ajude a realizar o processo da construção do conhecimento com visão global, que busque alternativas para o aprender e possibilite o desenvolvimento dos alunos na compreensão do mundo social (analfabetismo, aquecimento global, corrupção, desigualdade social, globalização, falta de solidariedade e violência). É o maior desafio da educação atual.

A escola dá oportunidades iguais para todas as classes sociais. Dentro de suas instalações, todos são iguais, não existem distinções entre pobres e ricos, brancos ou negros, deficientes e não deficientes. O Estado não deve ter o monopólio da educação, mas, por ela, todos possam ter o direito à boa escola pública de qualidade. Só assim as classes inferiores poderão ter acesso à boa educação sem preconceitos (TEIXEIRA, 1994, p. 99).

O fator que beneficia a educação no Brasil é o currículo escolar. Tanto as escolas públicas como as privadas utilizam o mesmo. Essa característica favorece a transferência dos alunos da escola particular para as públicas e vice-versa sem que haja prejuízo nos conhecimentos adquiridos. Outro benefício é a multiplicidade de escolas públicas pelo interior, pois a maioria das cidades brasileiras possui mais de uma escola pública ou várias, o que facilita as matrículas mais próximas das residências. Assim, a escola irá conhecer a realidade do bairro em que se situa e poderá trabalhar esta realidade social no aprendizado, além de favorecer as famílias que evitarão o deslocamento dos filhos para outras escolas distantes.

3.2 Autonomia da Escola Pública.

A luta pela autonomia da escola pública é longa. De um lado, o Estado querendo manter seus interesses, os privilégios da classe dominante e, do outro, os educadores querendo a escola libertária para todos. Segundo Libâneo (2011, p. 61), as lutas em favor da escola pública podem ser divididas em quatro fases. A primeira foi de 1931 a 1937, onde houve o conflito entre católicos e liberais-escolanovistas sobre que linha deveria assumir a política educacional; a segunda foi de 1956 a 1961, onde surgiu o conflito entre escola pública e escola particular de onde se fez surgir a primeira LDB⁸⁵ ou Lei 4.024; a terceira, de 1960 até 1964, com o movimento da educação popular e, a partir de 1980, com o movimento de universalização e autonomia democrática da escola, objeto desta pesquisa.

O Estado está longe da escola, é omissos aos problemas que a cercam e não conhece suas necessidades. Os membros que atuam na escola pública são os que sabem quais os problemas mais cruciais e, poucas vezes, são consultados sobre estes. A classe educacional vivencia a escola no cotidiano e, por isso, devem ser os governantes e que este governo deve ser democrático e claro, caso contrário, não formará para a democracia (TEIXEIRA, 1977, p.210). Diretores, professores e a comunidade escolar devem organizar-se para que a participação democrática prevaleça. Só agora, com a constituição de 1988 em seus artigos (de 205 a 214) e com a nova LDB, ficaram explícitos a descentralização das decisões e o compartilhamento das responsabilidades. Anísio Teixeira enfatizou que a “escola não podia ficar estagnada no destino de perpetuadora da vida social presente. Ela precisava transformar-se no instrumento consciente e inteligente do aperfeiçoamento social” (TEIXEIRA, 2000, p.113).

Ao buscar a qualidade com equidade e o fortalecimento, passou a ter maior responsabilidade parcial ou total na administração, no financeiro, no jurídico e no pedagógico. O processo democrático da educação necessitou de mudanças na escola onde pudessem existir condições reais de experiências formadoras que não fossem somente informações e disciplinas, pois isso apenas adentra e ensina, mas não educa (TEIXEIRA, 1977, p.218).

⁸⁵A primeira LDF foi considerada um retrocesso pelos setores comprometidos com as camadas mais pobres e populares. Surge, neste contexto político, a educação com fundamentos na Pedagogia Libertadora, influenciada por Paulo Freire.

Outros fatores importantes para a escola foram determinados pelas responsabilidades adquiridas. A escola passou a elaborar seus projetos possibilitando que a comunidade escolar participasse democraticamente da tomada de decisões administrativas, pedagógicas e financeira. A escola pode adequar as necessidades aos recursos repassados pelo Estado; na jurídica, ela pode elaborar as normas escolares baseadas na legislação educacional como o Estatuto da Escola e, no pedagógico, pode elaborar o seu PPP onde apresenta a função social.

Desta forma, quando há autonomia na escola, a gestão democrática participativa e a prática presente abandonam as práticas autoritárias, constrói-se a identidade institucional, capacita a organização escolar, gerencia os próprios recursos, desloca o processo decisório do centro para os níveis executivos mais próximos dos alunos e o Governo Federal deixa de executar os programas educacionais para dar responsabilidades aos Estados. Neste sentido, Demo (1999, p. 13) enfatiza que é

[...] através da participação que a promoção se torna autopromoção, projeto próprio, cogestão e autogestão, e possibilidade de auto sustentação. Trata-se do processo histórico infundável, que faz da participação um processo de conquista de si mesma. Não existe participação acabada ou suficiente. Não existe como dádiva ou como espaço pré-existente. Existe somente na medida de sua própria conquista.

Contudo, é necessário que toda a comunidade escolar aceite os princípios democráticos onde os participantes têm seus méritos e voz (TEIXEIRA, 1977, p. 218). O objetivo é atender rapidamente às demandas que vão surgindo. O empenho em reduzir os custos e os investimentos públicos da educação é a forma de retirar das responsabilidades do Estado o dever que lhe impõe a constituição. A solução dos problemas educacionais brasileiros foi deixada a cargo da boa vontade da população ao invés de dever estatal (SAVIANI, 1997, p. 200).

Todavia, a escola tem autonomia em determinadas atividades e em outras não. As normas do MEC, da SEDUC e das leis que regem a educação determinam que na administração escolar, pode-se definir horários de funcionamento, oferecendo atividades extraclases, marcar reuniões com os pais aos sábados ou outros dias, permitir, por parte das famílias, o uso do espaço da escola, flexibilizar as folgas dos professores e técnicos, mas não podem desprezar a carga horária de 200 dias

letivos, contratar ou demitir profissionais e alugar o espaço da escola para outras atividades que não atrapalhem as atividades escolares. Ou seja, a escola é submetida as normas superiores que a impedem de desenvolver melhor sua própria pedagogia regional.

No âmbito financeiro, podem definir a utilização da aplicação das verbas escolares na escola, elaborar projetos e solicitar verbas para a aplicação, solicitar verbas para compra de materiais, equipamentos, reparos e reformas, organizar eventos para arrecadar fundos para a escola, mas não podem fazer gastos sem a devida comprovação em documentos para a SEDUC, mudar a destinação das verbas aprovadas e solicitar empréstimos em bancos.

No setor pedagógico, a escola pode definir como serão executadas as aulas, a forma de avaliação dos alunos, as prioridades no ensino da escola, a elaboração do PPP; porém, não podem abandonar as formas de avaliações tradicionais, descumprirem o currículo obrigatório e deixar de elaborar seu PPP.

Cabe ainda ressaltar que, apesar da gestão democrática tornar-se praticamente unanimidade em todos os discursos sobre a gestão escolar a partir deste novo ordenamento, em cada escola, cidade e estado apresentam diferenças entre si. Os caminhos para sua implementação foram diferenciados de acordo com as propostas e necessidades de cada perfil escolar regional.

3.3 Desafios da Escola Pública.

As políticas públicas educacionais brasileiras têm como função específica promover a igualdade e o desenvolvimento da educação no país. Segundo Gadotti (1998, p.28),

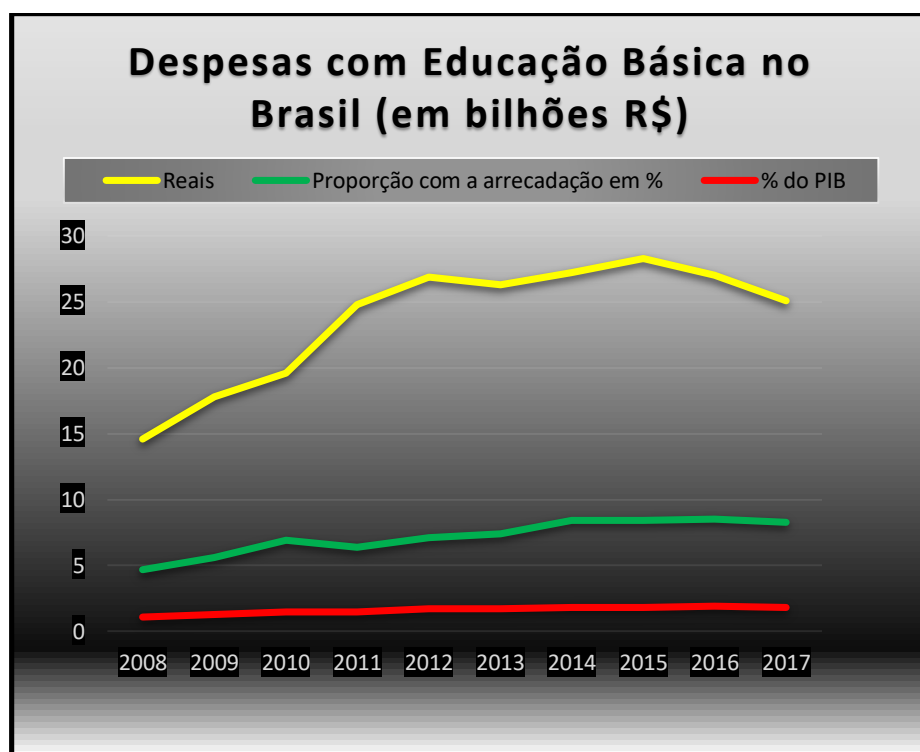
O grande desafio da escola pública está em garantir um padrão de qualidade (para todos) e, ao mesmo tempo, respeitar a diversidade local, étnica, social e cultural. Portanto, o nosso desafio educacional continua sendo educar e ser educado. [...] Num sistema fechado, os usuários - pais e alunos - e os prestadores de serviços - professores e funcionários - não se sentem responsáveis. Esta é uma das principais questões da não participação. Num sistema aberto, o locus fundamental da educação é a escola e a sala de aula.

O desafio para os profissionais da educação não é apenas conhecer o processo histórico educacional, mas entender e analisar as mazelas sociais que cercam a

escola e ser um agente da história em sala de aula para promover debates e discussões em prol da formação.

Mas não se pode negar que os problemas surgem por todos os lados e o descaso com as políticas educacionais vem se acumulando ao longo dos anos. Um dos problemas é o pouco investimento em políticas públicas educacionais no Brasil em relação ao PIB, como mostra o gráfico 01, que apresenta a evolução dos gastos públicos federais em educação, para o período de 2008-2017. A evolução dos gastos primários da União em educação dobrou passando de 4,7% para 8,3% neste período. Mas, em proporção ao PIB deste mesmo período, a expansão foi pequena, passando de 1,1% para 1,8% conforme tabela do Tesouro Nacional (2018, p. 5). Ao analisar os dados em relação ao PIB, percebe-se que este valor é pequeno e a quantidade de estudantes cresce constantemente.

Gráfico 01 – Despesas com a Educação



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Percebe-se que os investimentos em políticas públicas educacionais entre 2008 e 2017 tiveram um aumento de 71,9%, ou seja, de 14,6 bilhões para 25,1 bilhões. Estes valores não são investimentos significativos, pois o número de escolas e estudantes aumentou também no país. Percebe-se claramente que o aumento dos

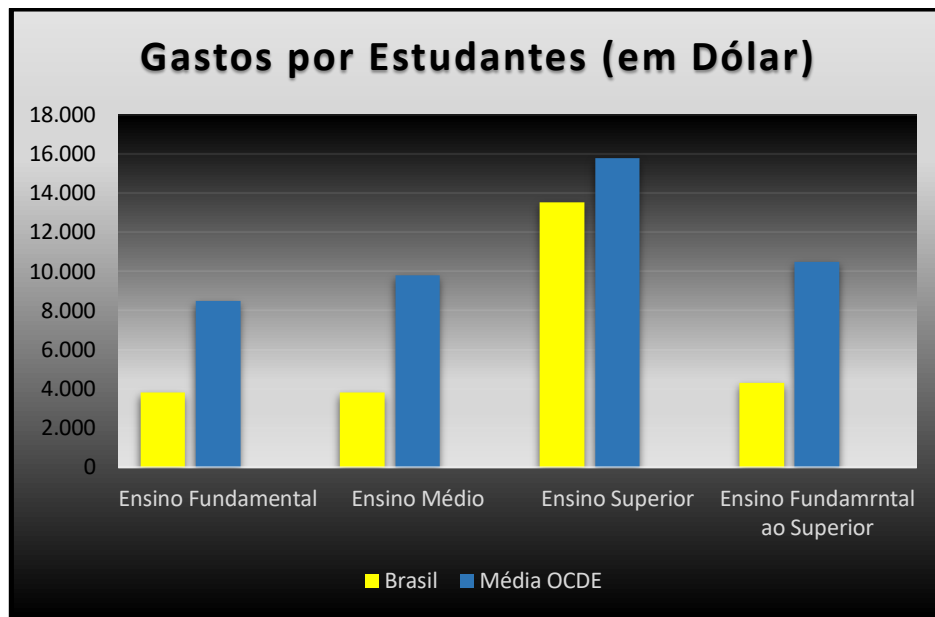
investimentos em políticas públicas educacionais dos 10 anos apresentados são valores pequenos em percentagem comparativa do PIB e também é pequeno em relação às arrecadações de tributos que o Estado recebe.

Também não se pode negar que os valores aplicados pelo Brasil nas políticas públicas educacionais são maiores que a média dos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁸⁶. No entanto, o Brasil está nas últimas posições em avaliações internacionais de desempenho escolar, ainda que haja casos de sucesso nas esferas estadual e municipal. De acordo com o relatório do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, os gastos em políticas educacionais brasileiros superam países como a Argentina (5,3%), Colômbia (4,7%), o Chile (4,8%), México (5,3%) e até os Estados Unidos (5,4%). Ainda segundo estes relatórios, 80% dos países, incluindo vários países desenvolvidos, gastam menos que o Brasil em educação relativamente ao PIB.

Observa-se que, apesar dos gastos brasileiros, em percentual ao PIB, serem relativamente altos, sendo bastante superior ao mínimo constitucional, é comparável ao de países com elevado nível educacional. Isso poderia levar a uma conclusão de que o Brasil já investe o suficiente nas políticas públicas educacionais. Mas é um engano, pois nosso país, devido a nossa pirâmide populacional, tem grande número de estudantes (crianças, jovens e adultos). Assim, deve-se analisar o investimento das políticas públicas educacionais por estudante individualmente e os resultados mostrarão outra realidade.

Ao realizar uma comparação com os investimentos educacionais feitos no exterior, pode-se notar que o Brasil investe pouco e mal nas políticas públicas educacionais. O gráfico 02 apresenta a média das aplicações em dólar nas políticas públicas educacionais entre o Brasil e outros países, de acordo com a OCDE.

⁸⁶OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional com 36 países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de mercado, que procura fornecer uma plataforma para comparar políticas econômicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais

Gráfico 02 – Gastos anuais por estudantes por etapa – 2013

Fonte: OCDE

Percebe-se que nossos investimentos estão aquém do desejado e os setores educacionais mais necessitados estão no ensino fundamental e no ensino médio. No ensino universitário, os investimentos são muito próximos das outras nações. Mas, quando analisamos os investimentos médios das políticas públicas educacionais no Brasil desde o ensino fundamental até a universidade, o resultado muda. Segundo a OCDE, o que o Brasil investe no total da formação educacional do estudante desde o primário até a universidade é a metade do que o resto do mundo investe. Isso é lamentável e preocupante se queremos o país desenvolvido.

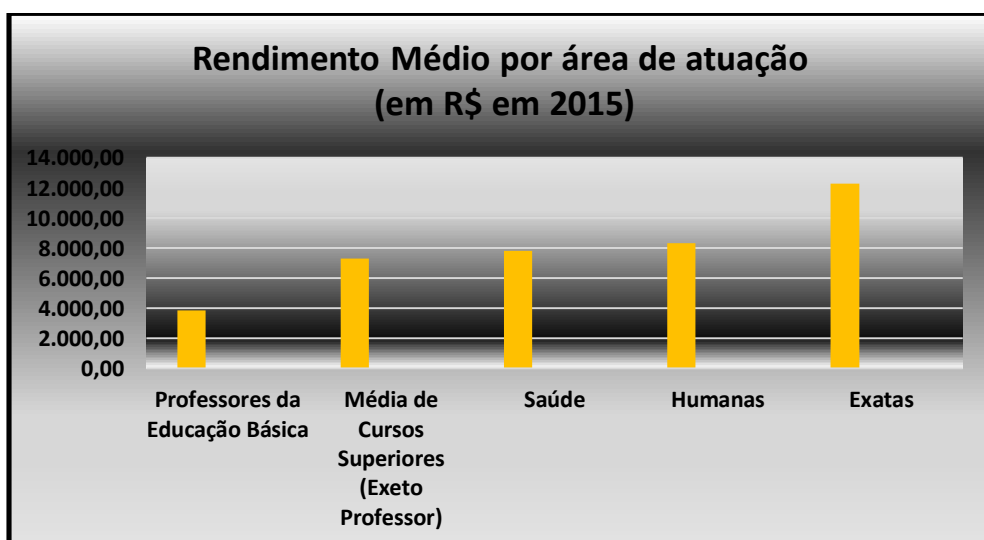
Ademais, o nível educacional não melhora. Embora o número de vagas nas escolas tenha aumentado, a qualidade da educação brasileira ainda é muito precária comparada a que se aplica na comunidade educacional internacional. Na principal avaliação internacional de desempenho escolar, do Programme for International Student Assessment - PISA, o Brasil figura nas últimas posições com uma educação “ineficiente”, mas com investimento acima da média. É evidente que a baixa qualidade da educação no Brasil não se deve somente à insuficiência de recursos, mas também a outros fatores.

O principal desafio que se impõe é a melhoria da qualidade da educação através do aprimoramento de políticas públicas educacionais. Entre 1980 e 1990, o

país começou a reverter a deficiência educacional da população. Porém, o processo trouxe consigo novos problemas. Até esse período, somente a elite frequentava a escola e à docência ficava sob a responsabilidade das mulheres de classe média, que ensinavam. Mas, com o aumento da oferta de vagas para as classes mais baixas, surgiu a necessidade da contratação de novos professores. Ao mesmo tempo, as mulheres da classe média que se dedicavam ao magistério ingressaram em outras profissões como advocacia, administração, medicina, economia e contabilidade. Estavam em busca de melhores condições de trabalho e de maiores salários (FERREIRA, 1998, p.52).

Diante da maior demanda por vagas e da redução de professores, a solução das políticas públicas educacionais foi a contratação de professores de classes sociais inferiores, já que os salários eram o maior “gargalo” da educação. Cabe ressaltar aqui que grande parte dos municípios pequenos não estava em condições de arcar com o aumento das despesas salariais da educação, já que o orçamento seria comprometido. A solução foi pagar salários menores aos profissionais da educação. Assim, o perfil do profissional da educação também mudou. Os jovens de classe baixa viram nesta oportunidade a ascensão social. Como consequência desta política pública, os profissionais da educação são os que possuem menor remuneração entre outras áreas, como mostra o gráfico 03.

Gráfico 03 – Rendimento Médio por área de atuação profissional



Fonte: IBGE/PNAD⁸⁷

⁸⁷PNAD - A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio é feita em todo o território nacional pelo IBGE em uma amostra de domicílios brasileiros que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas

Pela posição da remuneração dos profissionais da educação, pode-se notar que possuem rendimento que equivale à metade do valor dos profissionais da saúde e humanas. Quando se compara com os profissionais de exatas, a remuneração é três vezes menor, o que desestimula a formação para o magistério.

Outro fator problemático a ser considerado é o Nível Sócio Econômico - NSE muito baixo dos estudantes e das famílias (com renda mensal de 1 salário mínimo ou menor) que também influenciam na qualidade do ensino. Silva (2.000) salienta que a desnutrição que vem de casa, mesmo sendo pequena, é uma das causas da alteração no desenvolvimento intelectual que repercutirá no desempenho escolar. O estudante desnutrido torna-se apático e invisível dentro da escola prejudicando sua estimulação para se desenvolver.

Então, pela gestão democrática, o Conselho Escolar fica responsável por adquirir os alimentos oferecidos na escola através de licitações e oferecer uma alimentação de qualidade. Desta forma, a gestão escolar procura amenizar o problema da nutrição dentro da comunidade escolar, mas o problema ainda persiste, pois a alimentação familiar não se pode controlar e nem saber o nível de qualidade.

Junto com estes fatores também temos o tempo de permanência na escola. O estudante brasileiro passa pouco tempo na escola. Em qualquer período que estiver matriculado passará, no máximo, quatro horas na escola. Dois turnos diários de cinco horas é sonho para algumas regiões e a escola de tempo integral ainda é utópica na maior parte do país.

O estudante deve sentir-se bem na escola e ficar nas dependências para aprender, mas o que vemos é o contrário. O estudante, geralmente, não vê a hora de sair das instalações escolares. Há, em muitos momentos, desinteresse total pela estadia na escola, desrespeito aos profissionais da educação, agressões verbais e físicas, bullying, violência e drogas. O estudante precisa entender que deve participar do processo coletivo para executar ideias, opiniões, ouvir, debater, querer aprender e ser motivado a estudar. Hoje, para o estudante, a escola está atrasada em relação à evolução tecnológica e ele se sente deslocado da pedagogia escolar. Outros fatores que prejudicam o andamento das atividades escolares são o grande número de feriados e a prática de “emendar”, ou seja, de prolongar o feriado com dias úteis

características socioeconômicas da sociedade como população, educação, trabalho, rendimento, habitação, previdência social, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição etc., entre outros temas que são incluídos na pesquisa de acordo com as necessidades de informação para o Brasil.

dificultando, assim, o cumprimento dos dias letivos obrigatórios, previsto em legislação educacional.

O desafio da qualidade do ensino é complexo, e não há consenso sobre os fatores que afetam negativamente a qualidade da educação na escola pública, pois a educação no Brasil melhorou e atualmente tem-se mais professores capacitados do que anos atrás, já que as políticas públicas obrigaram “leigos” a se formarem para continuarem na educação. A sociedade se desenvolveu as necessidades atuais são diferentes de anos atrás. Passou-se por um processo de globalização, mudanças de hábitos e revoluções tecnológicas que transformaram o cotidiano, vivendo-se num mundo onde as informações são rápidas. Daí, a necessidade da escola se adaptar e, a partir das legislações estabelecidas desenvolver novos critérios educacionais.

Há necessidade de fortalecimento da escola pública e de maior participação dos pais na vida escolar dos filhos. Os pais estão se desinteressando pelos conteúdos, atividades escolares e tarefas dos filhos. Há necessidade de um apoio maior aos filhos, auxiliando-os nas dificuldades e soluções das tarefas, mas isso não está acontecendo. Quem educa é a família. A escola ensina conteúdos e atividades em sociedade.

Pouca parceria entre escola-comunidade e gestores que pouco ouvem as opiniões e sugestões também são fatores preponderantes. Sem o envolvimento e o respeito às opiniões da comunidade não se conhecem os problemas sociais e familiares dos estudantes. Uma forma de trabalhar este problema seria introduzir na grade curricular experiências de aprendizagem de dentro da comunidade escolar para que proporcionassem a participação dos alunos e houvesse um crescimento coletivo.

Há necessidade de profissionais especializados para a educação e os professores atuantes estão sobrecarregados. A educação tornou-se um “bico” para outras profissões que aprendem os conteúdos que ensinam, mas não aprendem a didática e a pedagógica. O professor tem a obrigação de aprender a dar aulas, pois trabalhará com alunos de várias camadas sociais e deverá levar em conta as diversidades culturais, sociais e econômicas nas quais os alunos estão inseridos. É necessário criar institutos dedicados à formação de professores, programas de educação continuada, certificada, com avaliações constantes destes aprendizados e novo currículo dos docentes.

As instalações escolares dão desiguais. Algumas escolas possuem equipamentos de última geração e outras não possuem nem o básico (carteiras,

banheiros, professores). Os problemas sociais das regiões brasileiras levam à desigualdade dentro das próprias políticas públicas educacionais ou por interesses escusos dos gestores ou por falta de conhecimento. Faltam recursos financeiros, os profissionais são mal remunerados e, muitas vezes, são obrigados a usarem do recurso da “greve” como forma de reivindicarem os seus direitos. Isto acaba afetando o ensino e o aluno.

O corpo docente decide como ensinar, mas o conteúdo a ser aprendido já foi estipulado pelo Estado. O preocupante é que a educação está sendo pensada de forma a beneficiar o privado e não o público. O ensino está se tornando inferior ao particular, a escola pública está privatizando-se e os problemas são resolvidos de forma superficial. É o efeito do neoliberalismo. A sociedade atual prioriza a quantidade e não a qualidade. Quando se quer qualidade ou procura-se a escola pública boa ou, quando podem, vão para as escolas particulares. É uma contradição brasileira. As escolas particulares possuem formação melhor que as públicas, mas as universidades públicas são melhores que as faculdades particulares. Por isso, os alunos das escolas públicas procuram obter boas pontuações no ENEM para ingressarem na universidade pública. E uma das formas criadas pelo Governo Federal para esse ingresso foi o estabelecimento de “cotas” nas universidades públicas.

O compartilhamento do ensino também está se tornando desafiador para as escolas e para os profissionais da educação. A internet tornou-se aliada da escola e dos conteúdos curriculares, mas também se tornou fator dispersivo do jovem junto com os programas de aplicativos de mídias sociais. Há constante falta de atenção e desinteresse. Os professores diversificam os métodos de ensino através de jogos, dramatizações, trabalhos em grupo, discussões, conflitos culturais, no entanto, sem resultados. Os conteúdos que deveriam favorecer a visão crítica do aluno já não estão respondendo satisfatoriamente.

4 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO

A gestão democrática escolar tem como princípio norteador a participação coletiva de todos nas ações tomadas no âmbito da escola. Desta forma, gestores, professores, funcionários, familiares, alunos e os colegiados se envolvam para o benefício da escola. Neste processo, todos os envolvidos na comunidade escolar podem dialogar e opinar nas decisões.

O objetivo desta forma de política pública educacional é tornar a escola um espaço mais aberto ao diálogo, além de buscar um relacionamento melhor com a própria comunidade escolar e com os envolvidos no ensino aprendizagem para apresentar uma educação de qualidade, tornando-a um espaço atraente para o estudante.

Para se entender as várias faces da gestão democrática, levantou-se a análise histórica sobre a gestão e a diferença entre esta e a gestão democrática, a fim de entender a importância que ela adquire para o processo de desenvolvimento das escolas.

4.1 Gestão

Os registros facilitam o controle das atividades em sociedade e, através de erros e acertos, são aprimorados. Hoje, não se executa nada sem um bom planejamento e uma boa gestão. Mesmo as sociedades mais primitivas possuíam sistemas de registros, tinham necessidade de gerir e controlar suas atividades (MARTINS, 2007, p.212). O objetivo era facilitar o comércio, evitar a desconfiança dos vizinhos ou de serem enganados em suas transações.

O gerenciamento iniciou-se pequeno e tornou-se importante setor dentro de uma organização política ou empresarial. Surgiu durante a revolução industrial, onde procuravam solução para problemas administrativos que até aquele momento não existia. Utilizaram-se vários métodos de ciências para administrar os negócios da época, o que iniciou a ciência da administração atual. Além das técnicas específicas, utiliza-se de outros ramos como o direito, a contabilidade, economia, psicologia, matemática, estatística, sociologia, informática e outras para atingir seus objetivos.

Através dele (gerenciamento), pode-se ter conhecimento melhor dos problemas, das fraquezas e das fortalezas que existiam na empresa ou no Estado,

mas só passaram a ser organizadas no início do século XX, quando Henri Fayol⁸⁸ cria a “*Teoria da gestão administrativa*” aplicável às empresas, ao setor público e complementando estes princípios. Max Weber⁸⁹ expande os princípios da gestão criando a burocracia, que será muito usada dentro das políticas públicas e que determinarão a hierarquia de poder dentro da gestão (MARTINS, 2007, p.22).

No entanto, as normas de uma gestão baseada em regras científicas só vão aparecer quando o americano Frederick W. Taylor⁹⁰ publica seu livro sobre as etapas de uma gestão científica, com métodos cartesianos (RIBEIRO, 2006, p.80). Estes princípios da gestão científica formarão a base para que todos os processos administrativos funcionem corretamente dentro da gestão moderna. Apesar de suas qualidades, é muito burocrático, hierárquico dentro do setor público e a gestão moderna necessita de mais agilidade e menos burocracia.

O termo “Administração” era usado como sinônimo de “Gestão⁹¹”. Mas expressam conceitos diferentes. De acordo com Duarte (2011), a “administração” significa planejar, controlar e dirigir os recursos tanto humanos e materiais como financeiros. É responsável pela condução das instituições para obterem vantagens. Sendo assim, visam atingir lucro.

Já a “gestão” se fundamenta nos princípios da iniciativa, da participação, do estímulo à autonomia e da responsabilidade dos funcionários. Tem o foco no gerenciamento direcionado para as políticas administrativas. Sendo assim, visam atingir objetivos de maneira eficaz com valorização dos conhecimentos e das habilidades das equipes. Desta forma, os termos “gestão e gestores” são mais apropriados para as políticas públicas educacionais. Isso porque, na escola, o modelo

⁸⁸Jules Henri Fayol (1841 – 1925) foi engenheiro de minas francês que criou a Teoria Clássica da Administração.

⁸⁹Karl Emil Maximilian Weber (1864 – 1920) jurista e economista alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia.

⁹⁰ Frederick Winslow Taylor (1856 – 1915) engenheiro mecânico americano considerado o pai da administração científica. Publicou seu livro “Os Princípios da Administração Científica”, em 1911.

⁹¹O termo “gestão ou administração”, segundo o dicionário de administração (2011), a “gestão” é derivada da palavra latina “*gestio*” que significa “aquele que faz gestos ou gesticula” com as mãos o que deve ser feito. Também vem do verbo latino “*gerere*” que significa “gerir ou conduzir” e a administração vem do termo latino “*minus*” que significa “menos”. Este termo evoluiu para “*minor*” que significa “menor”. Com o tempo, se transformou em “*minister*” para designar “servo ou criado”. Depois, passou a ser usado como “aquele que serve ou desempenha um cargo importante. Para agregar o sentido de “desempenho de uma atividade”, foi incorporado o prefixo “Ad”, que significa “junto”. Assim “*administer*” significa “servir ou ajudar junto a” (uma instituição, governo, empresa e etc.). Em outras palavras, aquele que organiza ou administra algo. O termo entrou para o dicionário da língua portuguesa através do latim *administratio*, evoluindo depois para *admenistraçom* e *administraçom* no século XIV.

técnico científico da administração torna-se autoritário. Se alguém administra outro alguém se torna autoritário. Assim, para que a escola trabalhe e produza resultados, o gestor tem que ser um mediador entre todas as equipes e não centralizador de decisões. A gestão é o ato de utilizar racionalmente os recursos para que se consigam determinados fins (PARO, 1998, p. 4).

4.2 Gestão Democrática.

No mundo atual, onde as rápidas mudanças tecnológicas e as relações econômicas e sociais tornam-se cada vez mais complexas, as instituições e as políticas públicas têm que acompanhar estas mudanças. Caso contrário, se tornam obsoletas. Nessa direção, o Estado e a sociedade civil como instituições políticas que atuam na democracia moderna assumem novos papéis e novas maneiras de se interagirem aperfeiçoando a democracia. O objetivo destas mudanças é melhorar a capacidade do Estado, fortalecendo-o para produzir governos democráticos responsáveis, fortalecer, proteger os direitos civis promovendo justiça social e combater a corrupção.

A nova gestão pública que se forma possui funcionários públicos graduados e que estão reconhecendo o caráter público de seu trabalho ao invés de se conformarem com a burocracia neutra ou apenas respondendo a interesses de políticos eleitos. Pereira (2009, p. 205) salienta que “A reforma da gestão pública pretende criar novas instituições jurídicas e organizacionais que permitam transformar os burocratas profissionais em administradores públicos”.

As transformações surgem de dentro e de fora do Estado-nação. De dentro, quando a democracia e o crescimento econômico avançam, os cidadãos tornam-se mais exigentes; e surgem de fora, quando aparecem experiências bem-sucedidas em outros países podendo ser adaptadas e aplicadas.

As mudanças que ocorreram na gestão pública a partir dos anos 1980, quando alguns países membros da OCDE se comprometeram a realizar a reforma da gestão pública, fazem parte do neoliberalismo orientado para o mercado como a liberalização do comércio e as privatizações. Outras se preocuparam com a modernização e capacitação do Estado como as reformas da gestão pública e os ajustes fiscais, apoderando-se de vários conceitos da administração empresarial para serem eficazes, como saliente Pereira (2009, p. 179),

O aparelho do estado não deve ser somente eficaz: deve ser eficiente. Tendo em vista os limitados recursos fiscais com que pode contar, quanto mais eficiente ele for, mais eficaz poderá ser, porque será capaz de fornecer uma maior qualidade de serviços pelo menor custo.

Construir uma gestão democrática forte é construir um Estado forte, capaz de se proteger de interesses de corporações e que garanta os direitos individuais contra seu próprio poder. Reformar o aparelho do Estado moderno é um desafio que envolve virtudes republicanas e competência técnica. Além disso, nas democracias modernas, os cidadãos devem ter um comprometimento maior com a participação para o desenvolvimento da gestão pública.

A gestão democrática é a transição da administração burocrática para o gerenciamento público que exige como objetivos tornar o aparelho do Estado mais eficiente. As democracias modernas buscam liberdade, bem-estar, ordem social e justiça social. Desta forma, a gestão democrática participativa torna-se o processo onde o povo é incluído nas decisões. É preservar a democracia e proporcionar o direito de conhecer as informações.

Portanto, a Gestão Democrática é baseada na participação, diálogo e discussões de todos no processo administrativo. É dar opiniões, apontar as falhas, os erros e procurar, através do trabalho em equipe, melhorar o sistema, sem que possam ser advertidos ou ter a atenção desprezada pelos que coordenam os trabalhos. Ao contrário, a opinião de todos é importante. Neste sentido, Modesto (1999) afirma que esta participação deve intervir nas decisões da gestão de todas as formas possíveis, a fim de que possa ter a realização plena da função administrativa, ou seja, ela aplica métodos contrários ao sistema centralizador da gestão anterior.

Também Teixeira (2002) fortalece o conceito da gestão participativa dizendo que a contribuição da sociedade, nesta forma de administração, traz dentro de si conflito entre sociedade civil, Estado e mercado, onde as atuações mostram-se pelo fortalecimento da sociedade civil diante dos indivíduos, grupos e associações. Assim, a gestão democrática, além de mais transparente, produz, tanto nos setores privados como públicos, transformações que deixam as instituições fortes para desempenhar melhor suas funções.

Os conflitos de realizações plenas causam problemas na sociedade moderna, que pensa de forma oposta, pois dessa prerrogativa de participação que domina o

mundo atual, surge o pensamento egoísta do individualismo atrelado ao crescimento das ideias neoliberais que levam a humanidade a crises (SANTO, 2002, p.553). Se a participação na gestão causa crises, é melhor não compactuar. O autor esclarece que a reflexão é pensamento equivocado, pois a gestão democrática atua na concepção de melhorar as políticas públicas e os padrões vigentes na sociedade. Então, a gestão deve estar sempre em construção, mudando num dinamismo que contagia membros a atuar na desconstrução criadora internamente, como num processo Schumpeteriano para se modernizar e adaptar-se às contingências do momento. Ou melhor, na gestão democrática não existe o processo acabado. Deve estar sempre se reciclando. Ortsman (1984) esclarece ainda que as atitudes das pessoas envolvidas nesta nova gestão são mais importantes do que tomar parte neste processo. Não ficar estático dentro do processo, que é dinâmico, mas deve-se agir constantemente para que os mesmos se perpetuem. Então, é importante que cada um dos membros das equipes tenha a clareza e o conhecimento do papel que exerce dentro da comunidade.

A gestão participativa representa nova forma de utilizar os recursos dentro da filosofia dinâmica. Aplicada com técnica, será utilizada na pequena organização, na grande e nas políticas públicas do Estado. É possível conseguir mudanças nas relações humanas dentro do trabalho, destruir os tabus que parecem eternos, que surgiram nos conflitos de interesses entre os membros da atividade, e agora poder atingir as metas desejadas. A gestão participativa melhora as relações humanas dentro das atividades exercidas; rompe os vícios adquiridos com o tempo; as decisões são eficientes; a criatividade aflora dentro das pequenas equipes e o medo de expor o pensamento desaparece, a burocracia hierárquica é substituída pelos grupos que passam a ter maior responsabilidade no objetivo geral e o custo no processo é reduzido (FREITAS, 1996, p. 45). Seguindo as premissas de Freitas, pode-se concluir que todos os fenômenos causam efeitos psicológicos positivos dentro das relações de trabalho, os resultados aparecerão e, por terem maior confiança entre os membros, facilita analisar os problemas que aparecerem.

4.3 Gestão Democrática da Escola Pública.

No início dos anos 70 até os anos 80, iniciou-se no Brasil o debate para a democratização da escola. As entidades ligadas à educação movimentaram-se em torno desta ideia como a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), a Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED), a Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE), a Conferência Brasileira de Educação (CBE) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2007; SANDER, 2001).

Entre as discussões debatidas, estavam a qualidade das políticas públicas educacionais, a democratização da gestão escolar, o financiamento público educacional, a valorização e a qualificação dos profissionais da educação. Paro (2001a, p. 16) afirma que, das políticas públicas educacionais discutidas, surgiram as normatizações do sistema de ensino estabelecidas no sentido de dividir o poder de todos os envolvidos em tomadas de decisões.

Nessa direção, Medeiros (2003, p.61) entende que a gestão democrática da educação,

[...] está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Também a democratização do acesso e estratégias que garantam a permanência na escola, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, bem como o debate sobre a qualidade social dessa educação.

Dessas medidas, surgiram nas escolas o Conselho Escolar, Conselho de Classe e o Grêmio Estudantil, que já existia, mas havia perdido a funcionalidade e a força durante o regime militar. Todos interligados e envolvendo a comunidade escolar no controle social da educação.

Ao mesmo tempo em que os educadores se mobilizam em torno da legislação nacional, alguns governadores (São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) iniciaram a democratização da educação com a eleição de diretores e a implantação dos conselhos, importantes mecanismos para a

consolidação da gestão democrática da escola. Tudo amparado pela Constituição de 1988 em seu Art. 206, inciso VI do capítulo III e pela LDB 9394/96.

Ao longo da década de 90, os educadores reúnem-se nas Conferências nacionais, agora denominadas CONED (Congresso Nacional de Educação), articuladas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, para elaborar proposta da sociedade civil para o Plano Nacional de Educação.

Para alcançar estes objetivos e melhorar a escola pública, é necessário que a comunidade escolar se aproprie dela. A comunidade escolar, baseada no projeto pedagógico da escola, determinará os rumos que tomarão. É a forma de coordenar as atitudes e ações das equipes envolvidas (professores, alunos, pais, diretores, equipe pedagógica e demais funcionários) em uma participação social dentro da escola, ou seja, a comunidade escolar é sujeita ativa no processo da gestão, participando de todas as decisões (LUCK, 2006, p. 21). Pretende-se, com isso, ser local democrático onde as ideias expressem esses sentimentos e espalhem-se entre a comunidade.

A escola deve aceitar a participação dos pais e responsáveis nas tomadas de decisões sobre a política educacional de seus filhos, e a escola procurará formas para que aconteçam. É importante não deixar os pais ou responsáveis fora do processo (PARO, 2016, p. 19). Ressaltando este parecer Gadotti (2004, p. 16) afirma que:

[...] Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade todos os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida.

Além disso, a política da gestão democrática é conquista dos educadores brasileiros que a esperavam para trazer melhoria na qualidade do ensino para as classes de baixa renda, pois ela faz parte da luta histórica dos trabalhadores da educação e dos movimentos sociais que defendem uma política pública educacional de qualidade, laica e democrática (DOURADO, 2006, p.48-52). As lutas deram maior participação dos trabalhadores educacionais na vida gerencial e política da escola, fortaleceram os projetos políticos pedagógicos, os conselhos escolares, as eleições democráticas dos diretores e a autonomia para fazer as mudanças necessárias dentro de suas instalações. O ponto inicial para a implantação da gestão democrática nas escolas estaduais é a eleição direta para diretores e a criação dos Conselhos

Escolares que serão responsáveis pela gestão com mecanismos onde a sociedade participaria na elaboração das políticas educacionais.

A gestão causa mudanças internas onde os alunos, técnicos e professores, através dos conflitos de ideias, desenvolvem o senso crítico da realidade. A nova forma de política educacional emancipa, potencializa a indignação e a rebeldia para que seja uma aprendizagem de conhecimentos, produza imagens radicais e desequilibre os conflitos sociais do passado para potencializar a indignação. É a educação para o inconformismo (SANTOS, 1996, p. 17). Deve voltar-se para a compreensão do mundo, utilizando o processo de ensino-aprendizagem para compreender os conflitos que existem entre o modelo alternativo e o modelo dominante neoliberal da sociedade que mantém a hegemonia ocultando o caráter social e político dos problemas criados e solucionados. Ou seja, o projeto de política educacional emancipador do jovem colocará os conflitos culturais na ordem do dia e nos currículos. O aluno aprenderá na escola a ter senso crítico, questionar tudo, compreender o processo e a busca do conhecimento continuará em casa. Porém, o problema atual de nossa sociedade neoliberal moderna é desviar a atenção dos jovens para o consumismo.

Os jovens não são estimulados a adquirirem os conhecimentos, pois são atraídos para outros objetos, como: celulares, tablets, tênis de marca e outros. Além do desinteresse, os pais transferem para os professores e a escola os objetivos de incentivarem seus filhos a estudarem (SAVIANI, 1999, p. 60). A liberdade adquirida pelos estudantes na política educacional está sendo confundida com libertinagem dentro da escola. O aluno tem o direito de opinar no que aprenderá, mas não fará o que bem quiser quanto à disciplina estudantil. Tudo está relacionado à gestão e ao aprendizado, mas não à indisciplina e ao desrespeito com profissionais da educação. Aí está um inconformismo que poderia ser utilizado, para que os jovens busquem através do conhecimento e o senso crítico o crescimento moral, intelectual e cultural, independentemente da profissão que seguirem. O inconformismo será utilizado pela escola de forma positiva, causando nos estudantes o interesse pelo crescimento.

Outro inconveniente que a escola está encontrando diz respeito às mudanças que aconteceram nas novas estruturas familiares. Os modelos de famílias que surgiram, diferentes do patriarcalismo familiar, são responsáveis pela direção que a sociedade está seguindo. Muitas famílias são constituídas só pela mãe e os filhos, outras os filhos são criados pelo pai ou pelos avós. A configuração familiar mudou

também a sociedade, já que os valores e modelos introduzidos mudaram o jeito de pensar e agir influenciados pelas tecnologias que ocupam espaço especial maior. Aliadas ao contexto, as crises econômicas oriundas do sistema neoliberal causam problemas sociais constantes como o desemprego, baixos salários e a exploração da mão de obra.

Na política, acompanhamos a total descrença dos homens públicos pela população causada pela corrupção e falta de compromisso sério em gerir os bens públicos. A sociedade procura, através dos movimentos sociais, articular-se, modificar o pensamento político ou procurar modelos novos que ampliem seu espaço para ser valorizada perante a elite. A gestão descentralizada agora é importante para as políticas públicas educacionais e necessária em função da incompetência do Estado com uma “máquina inchada e inoperante” que não se moderniza.

Com essa autonomia, a escola inibirá o risco de perturbações indesejadas ao sistema, já que a participação do coletivo na escola aumenta à medida que aumentam as responsabilidades (BRUNO, 1997). Esse processo não fica só na tomada de decisões, mas no diálogo e na participação de todos inseridos na escola para criar caminhos que aumentem as informações agindo dentro da escola e não seja usada para a politicagem ou políticas públicas “tolas” (SOUZA, 2009, p. 123). Dar autonomia à escola é dar poder à classe trabalhadora e isso jamais aconteceria com o consentimento das elites dominantes. O diretor continuará realizando os interesses das políticas públicas dos dominadores e não dos dominados, mesmo que tenha um grau de autonomia administrativa aparente e isso será controlado pelos poucos recursos que as escolas receberem. Desta forma, sua autonomia sempre será controlada (PARO, 2016, p.16).

Salienta-se, ainda, que a nova forma de administrar traz consigo o resgate público do controle escolar pela comunidade, estabelecendo, assim, fiscalização da sociedade civil sobre as políticas públicas implantadas na escola pública e fiscalização maior dos programas educacionais. A escola deverá constituir-se como um núcleo que exija a participação das camadas mais pobres e tê-la do seu lado (PARO, 2016, p.17). Deste modo, garante a liberdade de expressão, a criação, o pensamento e a organização da coletividade. Facilitará a luta para se adquirir equipamentos escolares e salário mais justo para os profissionais da educação (BASTOS, 2002).

A escola ajudará a conscientizar alunos pela prática da democracia e pela participação popular nas decisões em prol da sociedade. Contribuirá para o entendimento da democracia na sociedade e no mundo atual, o dinamismo, pois é difícil para que a direção assuma sozinha as responsabilidades agora maiores. O diretor precisará ter clareza de seus atos e estar rodeado de equipes competentes e ter a cumplicidade para gerir em colegiado, sempre com planejamento estratégico aberto às mudanças necessárias, com objetivos pautados no sucesso dos alunos. A gestão dentro do ensino terá uma dimensão que mobilize a organização e dirija as ações para promover as mudanças nas estruturas (funcionais, materiais e humanas) para obter avanço no processo educacional (LUCK, 2010, p. 26).

A escola, tendo essa autonomia, reestruturará o reconhecimento e a própria identidade institucional; em outras palavras, terá a capacidade, a competência de construir e executar o projeto único de política educacional para a clientela específica, com participação de todos os representantes e direcionando os objetivos para a comunidade. O novo formato de gestão vai devolver à sociedade civil o controle da escola pública, realizando eleições diretas para os dirigentes escolares sem a intervenção do Estado. Sem os “conluíus e as maracutaias” políticas, a sociedade elegerá quem confia para administrar a escola (BASTOS, 1999, p. 7-8).

Neste sentido, Santos (1989 e 2005) acrescenta que as práticas educacionais da nova escola serão diferenciadas dos modelos que predominaram no ocidente. Propõe uma educação questionadora e que debata, pois a educação do futuro basear-se-á na emancipação, na crítica, na cidadania; e criará alternativas ao modelo neoliberal transformador das bases constitucionais e da vida pessoal em meras mercadorias.

Para transformar a sociedade, é preciso atitude diante do novo modelo de política pública educacional para enfrentar o surto de globalização e de mercantilização do conhecimento. A proposta é realizar diversidade de projetos discutidos com a sociedade, com pedagogia de conflito, onde as ideias são discutidas pela diversidade cultural, o conhecimento das classes populares e a construção das identidades individuais e coletivas no contexto local e global. É um rompimento com a pregação da política educacional tradicional. Deverá focar a eficácia da política de gestão e dependerá da força das lideranças, da participação e empenho de todas as equipes no processo de gerir a escola. A nova política terá como objetividade a união de todos bem como o desenvolvimento da escola. O diretor deverá imprimir

confiança nas equipes, simplicidade no que fala para que todos entendam, ser objetivo, mostrar clareza, transparência e ser a pessoa que ouça mais e fale menos (ACÚRCIO, 2003, p.11).

Deve ter como fundamento principal o reconhecimento, a importância da participação consciente de todas as pessoas envolvidas e que tenham clareza das decisões e orientações do trabalho. É o fortalecimento da democratização do processo pedagógico na participação de todos para a efetivação e os gestores devem sempre preservar a lisura do processo administrativo da instituição. No quadro 06, o diretor democrático terá, segundo Martins (2007, p. 182), os seguintes pressupostos:

Quadro 06 – Pressupostos do gestor

Função	Objetivo
Democrata	Ser democrático no processo de ensino e no PPP.
Compreensivo	Compreender a dinâmica e os conflitos das equipes da organização.
Entendedor	Entender a organização, a dinâmica, as mudanças do PPP e as alterações nas relações das equipes.
Consciente	Saber que a rotina pode ser mudada à medida que as equipes tenham noção e façam a diferença no trabalho.
Saber	Saber da responsabilidade em gerir a escola sem imposição, mas com diálogo entre todos.
Delegar	Distribuir as funções de todos que agem na escola para a tomada de decisões planejadas.

Fonte: Copilado de Martins (2007, p.182)

O processo é automático no qual cada membro das equipes onde os eventos estão acontecendo faz todo esforço para obter sucesso a curto, médio e longo prazo. É imprescindível que o Diretor tenha papel fundamental de liderar o desenvolvimento da superação do modelo administrativo anterior construindo o modelo de gestão participativa e tornando-se a “ponte” que liga todas as equipes entre si. É característica recente que os gestores das unidades escolares modernas devem estar atentos aos seguintes aspectos do planejamento da gestão (MARTINS, 2007, p. 183), conforme quadro 07:

Quadro 07 – Objetos dos Planos de Ação

Aspectos	Objetivo
Regimento Escolar	Determinar as relações da instituição com outras instituições escolares e as formas de gerenciamento pedagógico.
Projeto Político Pedagógico	Determinar como serão executadas as propostas para o ensino baseado na realidade da escola e como ela executará esta proposta. Determinar também os procedimentos e as decisões que a escola assume dentro de seu regimento
Plano de gestão	Contém todas as informações como: as decisões tomadas no planejamento, no regimento escolar, calendário das aulas, grade curricular, horário de funcionamento, quadro de funcionários e qualquer outro tipo de informação.

Fonte: Martins (2007, p.183)

Com essas informações, a escola será gerenciada com competência, criatividade, entusiasmo e agilidade. A direção deverá estar aberta às necessidades da comunidade, às atualizações dos professores, conectando-se às novidades científicas, tecnológicas; comprometida com a formação integral e o sucesso dos alunos, sempre atenta a tudo. Para aprofundar a cultura da política participativa e da solidariedade nesta comunidade, a escola terá um projeto político pedagógico que envolva toda a comunidade escolar (SANTOS, 2002b, p.553). O PPP deve ser o principal viés da nova política educacional. É o “cérebro” e o centro de todo o processo educacional. Será elaborado de acordo com a realidade político-social que vive a escola e os arredores. Atuará na formação crítica dos alunos, preparando-os para a cidadania, que participem e atuem com dignidade.

Baseado no PPP, as principais decisões da escola são tomadas através do Conselho Escolar. A elaboração e a execução das propostas do projeto político pedagógico têm que ser a bússola da escola, orientando a direção do caminho a tomar, baseado nas necessidades de sua comunidade acadêmica e, principalmente, zelando pelo ensino-aprendizagem (VIEIRA, 2005, p. 7).

O Conselho Escolar junto com as equipes, seguindo o PPP, administrarão a escola seguindo as normas da política pública educacional da gestão democrática, de acordo com as características de cada lugar estabelecidas no artigo 14º da LDB.

É importante salientar que o dia a dia da gestão democrática na escola requer um trabalho coletivo, exigindo que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional tenham voz e vez e que seus líderes realmente atuem. É necessário

também oportunizar qualificação aos profissionais sem distinção, promovendo formações e oferecendo espaço para a geração de conhecimentos através de iniciativas facilitadoras do ato educativo. Deve haver planejamento e avaliação do tempo escolar em todas as suas dimensões em razão da existência da multiplicidade de acontecimentos que ocorrem em seu interior, da reestruturação do PPP constantemente e da escola, pois, através destas, busca-se conseguir informações úteis que permitirão ao Conselho Escolar tomar decisões acertadas para alcançar resultados satisfatórios.

Outro fator a salientar na gestão democrática da educação pública participativa é a “*autonomia*”. O termo “autonomia” tem similaridade com a gestão democrática, no entanto, é uma questão complexa, visto que a educação pública no Brasil é organizada a partir de vários agentes, elementos e repartições. Ela dá uma falsa interpretação de “liberdade ilimitada”, mas sua autonomia restringe-se à esfera do que é predeterminado pelas instâncias superiores. Portanto, esta “autonomia” deve ser constantemente negociada entre os diferentes atores; e pensar a gestão pública democrática e participativa da educação envolve vários fatores e condicionantes. Estes influenciarão na tomada de decisões para que as reformas realmente se concretizem e produzam resultados.

5 A ESCOLA JOÃO BENTO DA COSTA

Para se compreender o contexto da criação, formação e implementação da gestão democrática participativa nas escolas públicas estaduais e sua adequação na Escola João Bento da Costa, necessita-se entender as peculiaridades da evolução histórica da cidade de Porto Velho, o surgimento do Bairro Eldorado e a implantação da escola neste setor da cidade. Esses fatores históricos indiretamente influenciaram no surgimento do bairro essencialmente de classe baixa que encontra na escola os anseios para obterem educação de qualidade.

5.1 Características históricas da cidade de Porto Velho

A capital do Estado de Rondônia tem muitas histórias para contar. Faz parte da evolução histórica da região amazônica. É como as outras capitais da região norte que surgiram de vários ciclos migratórios populacionais durante séculos em busca de qualidade de vida para os seus. Foi designada capital do Território Federal do Guaporé (que desmembrava terras do Estado do Mato Grosso e do Estado do Amazonas, com uma área geográfica de 238.512,8 km², que representa 6,19% da Região da Norte e 2,80% do território brasileiro), criada pelo presidente Getúlio Vargas, em 1943, pelo Decreto nº 5.812 de 13 de setembro, conforme mapa 01.

Mapa 01 – Localização de Rondônia no Brasil e na América do Sul



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rond%C3%B4nia>

Passou a capital do Território Federal de Rondônia (em homenagem ao Marechal Cândido Mariano Rondon⁹²), pela Lei nº 2.731, do dia 17 de fevereiro de 1956, estabelecida pelo presidente Juscelino Kubitschek⁹³ e, hoje, é a atual capital do 27º Estado do Brasil, criado pelo presidente João Batista Figueiredo⁹⁴, pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, conforme mapa 02.

Mapa 02 – Localização de Porto Velho/RO



Fonte: <http://www.baixarmapas.com.br/mapa-de-rondonia>.

Sua história é anterior à criação do Território Federal do Guaporé. A região oeste da Amazônia, próxima do Rio Madeira, onde se formaria a cidade, era um “sertão” inóspito, pantanosa, com muitas doenças endêmicas, mas que possuía uma vocação econômica muito importante para os interesses internacionais e do país: a exploração do látex da seringueira⁹⁵ (*Hevea brasiliensis*) para a indústria do pneu. Seu fator econômico, de interesse internacional e de muita importância para as

⁹²Cândido Mariano da Silva Rondon foi um marechal mato-grossense do Exército Brasileiro responsável pela implantação da linha telegráfica de Mato Grosso-Goiás, Porto Velho-Cuiabá e outras.

⁹³Juscelino Kubitschek foi um médico e político brasileiro que ocupou a Presidência da República como 21º Presidente entre 1956 e 1961. Responsável pela construção de Brasília.

⁹⁴João Batista Figueiredo, geógrafo, político e militar brasileiro. Foi o 30º Presidente do Brasil, de 1979 a 1985, e o último presidente do período da ditadura militar no Brasil.

⁹⁵*Hevea brasiliensis*, conhecida pelos nomes comuns de seringueira e árvore-da-borracha, é uma árvore da família das Euphorbiaceae originária da floresta amazônica. Seu látex é usado para a fabricação de pneus e outros acessórios.

políticas públicas nacionais de exportação do Brasil, forçou a migração de mão de obra, principalmente do nordeste empobrecido pela seca, para esta região da Amazônia. Os migrantes vieram em busca de vida melhor sem conhecerem ou serem orientados sobre a realidade que encontrariam.

A primeira vila a surgir na região foi Santo Antônio do Alto Madeira, fundada pelo padre jesuíta João Sampaio⁹⁶, em 1728, na margem direita do Rio Madeira que era um entreposto avançado de comércio entre as vilas de Mato Grosso e o litoral.

Em 1907, baseado no Tratado de Petrópolis⁹⁷, inicia-se a construção da estrada de ferro para desviar das cachoeiras do rio o transporte da borracha. A estrada de ferro ficou conhecida como Estrada de Ferro Madeira-Mamoré - EFMM⁹⁸ ou Ferrovia do Diabo (pelo sofrimento e mortes causadas durante sua construção), inaugurada em 1912. A empresa contratada para a execução da obra, a Madeira-Mamoré Railway Company⁹⁹, em 1907, contrariando o item VII do Tratado de Petrópolis, que dizia que a ferrovia deveria começar em Santo Antônio do Alto Madeira, onde se situava a última cachoeira do rio, resolveu fazer seu porto particular a 7 km mais abaixo em um remanso, onde era mais fácil o desembarque dos equipamentos. O porto principal estava em Santo Antônio do Alto Madeira, mas as dificuldades de embarque e desembarque no porto fluvial próximo das pedras da cachoeira fizeram com que os construtores decidissem pelo remanso (TEIXEIRA, 2003, p. 142).

O remanso ficava no Estado do Amazonas. Construíram no local as infraestruturas da empresa, ou seja: pátio (para as máquinas a vapor, trilhos e dormentes), oficinas, armazéns, usina de energia elétrica a vapor, escritório, lavanderia, enfermaria, farmácia, sistema de telefonia, água encanada para abastecer as oficinas e casas dos trabalhadores mais importantes (engenheiros, topógrafos, médicos e funcionários do alto escalão que vinham do exterior). Com o tempo, o porto

⁹⁶Padre jesuíta de origem espanhola que liderava uma importante missão no século XVIII, na margem direita do Rio Madeira, onde se localizava a cachoeira de Santo Antônio.

⁹⁷O Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903, na cidade brasileira Petrópolis, formalizou a permuta de territórios entre Brasil e Bolívia. Uma faixa de terra entre os rios Madeira, o rio Abunã do Brasil para a Bolívia que formaria o território do atual Acre da Bolívia para o Brasil.

⁹⁸Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi a 15ª construída no Brasil e teria 366 km de extensão, desviando-se dos perigos das cachoeiras do rio, ligando dois pontos extremos dentro da selva (Porto Velho-Guajará Mirim) com objetivo de escoar a produção de borracha do sudoeste da Amazônia e da Bolívia.

⁹⁹Madeira-Mamoré Railway Company foi o nome dado à estrada de ferro pela empreiteira americana P&T Collins que assumiria a obra, continuando a partir de Santo Antônio localizada a 7 quilômetros de Porto Velho até Guajará Mirim.

provisório tornou-se o porto principal e a classe operária de baixa renda passou a construir suas casas nas proximidades das instalações (para facilitar o acesso ao trabalho). Lentamente, surge uma nova vila nos arredores da empresa, que depois se tornará cidade (DANTAS, 2010).

A cidade, portanto, surgiu através de um empreendimento industrial financiado pelas políticas públicas do governo central brasileiro, para a exploração de produto tipicamente amazônico e que demandava mão de obra que não existia na região.

A vila foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 757, de 2 de outubro de 1907, criada pelo governador do Amazonas Jonathas de Freitas Pedroza¹⁰⁰, juntamente com a cidade e o município de Guajará Mirim que ficava no outro extremo da estrada de ferro.

Não havia estradas e todo o comércio da região era feito pelo rio ou girava em torno das atividades da estrada de ferro (de seus trabalhadores) e da exploração da borracha. Houve tentativa de construir uma estrada (também chamada de “Estrada das Onças”) até Ariquemes pelo primeiro governador do território, Aluizio Pinheiro Ferreira¹⁰¹, em 1943, mas não conseguiu chegar. Com o declínio nos preços da borracha (causado pela concorrência da exploração na Malásia) e o surgimento da borracha sintética, a economia do município entra em declínio e sem políticas públicas adequadas, para no tempo.

A cidade começa a se modificar novamente em 1955 com a descoberta de cassiterita (estanho) e o estímulo das políticas públicas do governo federal, através da “Marcha para o Oeste¹⁰²”, de Getúlio Vargas, que terá uma pequena atividade econômica voltada para a mineração. Todavia, somente em 1960, quando o governador do Território Federal de Rondônia, Paulo Nunes Leal¹⁰³, convence o então presidente Juscelino Kubistchek a construir a BR – 029, ligando Cuiabá-Porto Velho, que ficou pronta em 13 de janeiro de 1961, onde se abriu uma nova rota para o desenvolvimento da região. A migração volta a ter pequeno crescimento, mas

¹⁰⁰Jônatas de Freitas Pedrosa, mais conhecido como Jônatas Pedrosa, foi um médico, militar e político baiano que atuou como senador (1898 a 1913) e governador do Estado do Amazonas de 1913 a 1917.

¹⁰¹Aluizio Pinheiro Ferreira foi um militar e político brasileiro que nacionalizou a Ferrovia Madeira-Mamoré e atuou para a criação do então Território Federal do Guaporé, sendo seu primeiro governador entre 1943 e 1946.

¹⁰²Marcha para o Oeste foi um projeto desenvolvido pelo governo de Getúlio Vargas durante a ditadura do Estado Novo. Esse projeto foi criado com o intuito de promover a integração econômica e o crescimento populacional das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

¹⁰³Paulo Nunes Leal foi coronel do Exército, engenheiro militar e político mineiro. Foi nomeado governador do então território de Rondônia, no período de 13 de setembro de 1954 a 5 de abril de 1955.

constante até 1970. Ainda havia empecilho para o desenvolvimento da região: a estrada não era asfaltada e dificultava as viagens durante o período das chuvas amazônicas (outubro a maio) com “atoleiros”.

Em 1970, já na Ditadura Militar, o governo resolve encerrar as atividades da estrada de ferro, pois não dava lucro. Ao encerrar as atividades da estrada de ferro, as comunidades, ao longo da ferrovia, ficaram desassistidas e sem transportes. Resolveram, então, asfaltar a BR-029, que rebatizaram como BR-364 (que acompanhava a linha telegráfica construída por Rondon). Agora, a estrada teria trecho maior, ligando Limeira em São Paulo, passando por Cuiabá, Porto Velho até o município de Manuel Urbano no Acre (financiada com verbas do Polonoroeste¹⁰⁴).

Em plena ditadura militar, o mundo estava vivendo a “Guerra Fria¹⁰⁵” entre as ideologias capitalistas e as socialistas. Havia tensão no ar e o medo da invasão da Amazônia por outras nações em busca de nossas riquezas; isso fez com que os governos militares implantassem uma política pública de colonização na região. Eram os projetos “megalomaníacos” de “Integrar para não Entregar¹⁰⁶”.

Além do asfaltamento da BR 364, o governo federal estimulou os agricultores do sul, sudeste e nordeste a migrarem para a Amazônia em busca de terras novas, baratas e férteis. Era um engodo, pois as terras não eram tão férteis como se dizia, além de serem muito ácidas. O problema real era a migração do campo e o inchaço das cidades no sul do país. Para “resolverem” o problema, os governos incentivaram as famílias a migrarem para a Amazônia, onde as terras eram doadas. O fluxo migratório foi coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA¹⁰⁷, que passou a distribuir terras dissolutas do governo. Inicia-se uma nova fase para o município de Porto Velho. A cidade passou lentamente a ter uma melhor infraestrutura (pelo menos na região central), mas o crescimento continuava a ser

¹⁰⁴O Polonoroeste: Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, financiado pelo Banco Mundial para asfaltar a BR-364. Também se propunha a assentar comunidades de pequenos agricultores embasada na agricultura autossustentada, com atendimento básico nas áreas de saúde, educação, escoamento da produção, protegendo a floresta e garantindo a manutenção das terras e das culturas das comunidades indígenas.

¹⁰⁵Guerra Fria é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial e a extinção da União Soviética (1947 – 1991).

¹⁰⁶“Integrar para não entregar” foi o lema do governo militar que deu asas à megalomania e projetou a Transamazônica que, interligando o país de ponta a ponta, abriria caminho para o povoamento dessas áreas com baixíssima densidade populacional.

¹⁰⁷INCRA é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira, criado pelo decreto nº 1 110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

desordenado. O fluxo migratório tomou proporções gigantescas para o município quando, na década de 80, foi divulgada a notícia da descoberta de ouro no Rio Madeira.

Pessoas de todas as partes do Brasil migraram para Porto Velho em busca de riqueza. Entretanto, na cidade, os governantes não implementaram nenhuma política pública para acolher os migrantes. Surgiram bairros desordenados, sem estrutura, através de invasões das periferias. Com a redução do “ouro de aluvião¹⁰⁸” do fundo do rio, o município volta a ter economia baseada no comércio varejista, na agricultura de subsistência, criação de gado e dependendo dos ganhos do funcionalismo público federal, estadual e municipal (Economia do Contracheque¹⁰⁹) para gerar renda. Em Porto Velho a pecuária extensiva desenvolveu-se com o gado de corte (o clima muito quente dificultava a criação do gado leiteiro) e a acidez do solo dificultou a agricultura inicial (DANTAS, 2010, p.12 e 75).

Nos anos 2.000, a cidade volta a ter explosão em sua economia com a notícia da construção de duas hidrelétricas no município: a usina de Jirau¹¹⁰ e a usina de Santo Antônio¹¹¹ (onde era a vila de Santo Antônio do Alto Madeira, que não existe mais). As obras impulsionaram a economia da cidade e a demanda por moradias causou alta de preços nos aluguéis. Iniciou-se a construção de vários conjuntos habitacionais e loteamentos. Mais uma vez, o município não estava preparado para o acontecimento e as políticas públicas para os projetos foram pífias.

Com a conclusão das obras, grande parte dos operários especializados foi para a usina de Belo Monte¹¹² no Estado do Pará; a cidade de Porto Velho voltou ao seu ritmo de antes. Porém, com novos problemas, como os preços dos imóveis que caíram pelo excesso de oferta e aumento do número de desempregados e da criminalidade.

¹⁰⁸Ouro de aluvião é uma expressão para designar o ouro encontrado nas margens ou encostas de rios e lagos, resultado de erosão ou transportados pela água (alúvio).

¹⁰⁹ Contracheque é conhecido também como Holerite, que é um comprovante de rendimentos recebido pelo empregado no final do mês.

¹¹⁰A Usina Hidrelétrica de Jirau, construída no Rio Madeira, a 120 km de Porto Velho, com um reservatório de 361,6 km² e com capacidade instalada de 3.750 MW e com 50 turbinas. Foi inaugurada no fim de 2016.

¹¹¹A Hidrelétrica Santo Antônio está localizada no Rio Madeira, a 7 km da cidade de Porto Velho, e gera 3.568,3 MW de energia. É a quarta maior hidrelétrica em operação no Brasil. Concluída em 2016.

¹¹²A Usina de Belo Monte na bacia do Rio Xingu, próximo ao município de Altamira, no sudoeste do estado Pará. Sua potência instalada será de 11.233 megawatt. É a terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás apenas da chinesa Três Gargantas e da brasileira/paraguaia Itaipu. Será a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira.

A cidade atualmente possui uma população de 511.219 habitantes, onde só 2,7% possuem saneamento básico e 15% água tratada. A área do município é de 34.068,5 km², tornando-se o maior do Estado de Rondônia (IBGE – 2016). Em 2004, na gestão do prefeito Roberto Sobrinho, acompanhando a política pública do governo central, foi implementada na administração municipal a gestão democrática, impulsionada pelo sucesso conseguido por outros municípios do Brasil. A gestão democrática nos outros municípios do Estado será implantada oficialmente nos outros municípios do estado mais tarde.

A ideia de aperfeiçoar a administração pública e ter melhor fiscalização dos cidadãos conseguia bons resultados. Com o fortalecimento da democracia, também houve crescimento da população pelo interesse em participar, fiscalizar e fazer parte do processo político, já que a população brasileira ficou anos ausente da vida pública durante a ditadura militar (SANTOS, 2002, p. 56).

O governo do Estado passou a interessar-se pela implementação da política pública da gestão democrática nas prefeituras. Iniciaria, em 2011, com regimentos, leis e normas específicas. Todas as autarquias estaduais, incluindo as escolas, passaram a utilizar a gestão democrática. Nas escolas estaduais, a política pública da gestão democrática está conseguindo algum sucesso, porque os gestores junto com a comunidade escolar estão esforçando-se para mudar e conscientizar os alunos dos seus direitos e prerrogativas de cidadão.

5.2 A contextualização da Escola Professor João Bento da Costa no bairro Eldorado.

O bairro Jardim Eldorado localiza-se na zona sul de Porto Velho e abrange vários conjuntos habitacionais e invasões desordenadas. É limitado pelos bairros Castanheira, COHAB, Floresta, Lagoa, Aeroclub e pela BR-364. Possui população estimada, atualmente, de 3.362 habitantes segundo dados do censo do IBGE de 2010.

Surgiu, segundo Borzacov (2016, p. 143), no início da década de 80, com a alta migração de famílias para Porto Velho causada pela distribuição de terras pelo INCRA e pela transformação do Território Federal de Rondônia em um novo Estado da Federação, em 1981. O processo migratório intensificou-se com a descoberta de ouro no Rio Madeira. Inúmeras famílias oriundas do interior de Rondônia como de

outras regiões do País, sobretudo do centro-sul, atraídos pela riqueza fácil, chegaram à capital. Vinham em busca de vida melhor e não sabiam o que iriam encontrar (BORZACOV, 2016, P.133).

Com o “inchaço” da cidade, passaram a ocupar propriedades particulares ou áreas do Estado próximas da zona urbana (pois a cidade não tinha condições de abrigar a todos). A solução mais viável para os migrantes foi a ocupação das terras na periferia da cidade incentivada por Ernandes Índio¹¹³, Raquel Cândido e Silva¹¹⁴ e membros da Igreja Católica, ligados à Pastoral da Terra. Os conflitos logo surgiram, pois os que se diziam donos das terras também não possuíam documentação e eram posseiros. Os bairros começaram a surgir sem a organização pública. Os próprios ocupantes delimitavam os terrenos, onde seriam as ruas e, só mais tarde, as máquinas da prefeitura abririam as ruas. A foto 01 apresenta uma ocupação como as que aconteceram no Jardim Eldorado na década de 80.

Foto 01 – Ocupação dos bairros



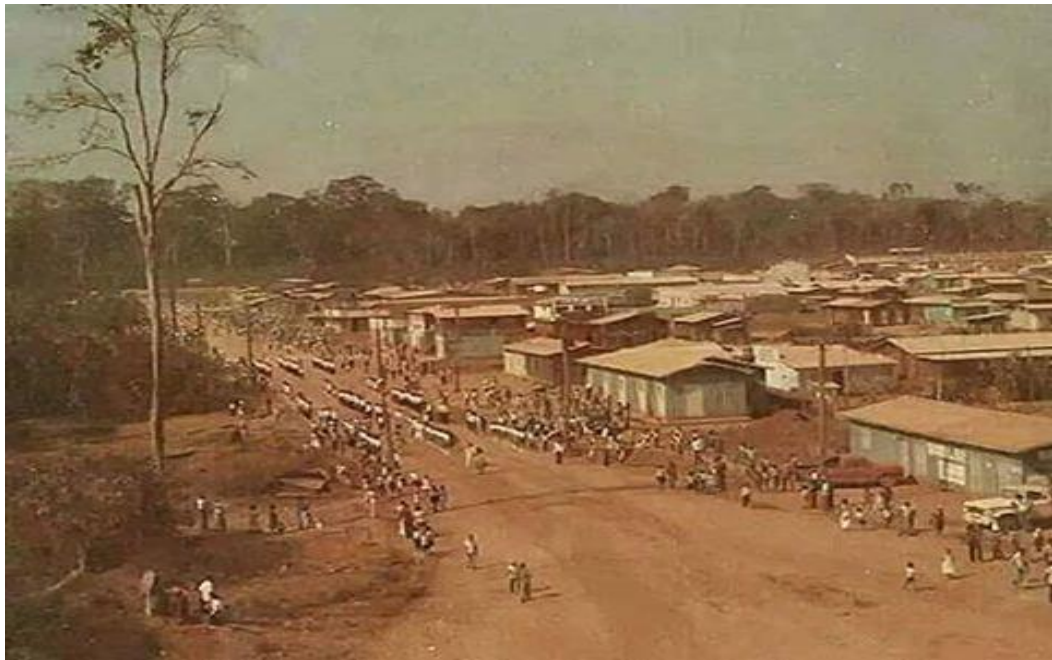
Fonte: <http://www.regionalmt.com.br/noticia.php?id=6341>

¹¹³Ernandes Índio Correia Coutinho foi Deputado Estadual entre 1991 a 1994. Organizou, através de invasões, alguns bairros de Porto Velho como Risoleta Neves e Bairro União.

¹¹⁴Raquel Cândido e Silva foi eleita vereadora em Porto Velho em 1982, Deputada Federal em 1986 e reeleita em 1990. Envolvida na “Máfia do Orçamento” foi cassado seu mandato em 19/04/1994.

A foto 02 mostra a segunda fase da ocupação com as primeiras construções de madeira onde é a zona sul especificamente na rua sucupira. Em primeiro plano, aparece o desfile escolar do dia 07 de setembro, nos anos 80. Pode-se perceber que as únicas estruturas públicas que se apresentam neste momento são as poucas ruas vicinais ainda de terra batida e a iluminação pública com postes de madeira. No início do surgimento do bairro, as casas eram de madeira. Ao fundo, nota-se a floresta onde futuramente será o conjunto habitacional COHAB¹¹⁵. A rua Jatuarana que será a principal via de acesso aos conjuntos habitacionais ainda não existe.

Foto 02 – Avenida Jatuarana em 07/09/1985



Fonte: Autor desconhecido

Na região norte do futuro bairro Eldorado, existia a fazenda chamada Santa Helena¹¹⁶ de propriedade do Sr. Adalberto Pinto de Barros. Este, por sua vez, influenciado pela alta migração, a proximidade da cidade e o medo de “perder suas terras”, criou dois loteamentos, Jardim Eldorado I e Jardim Eldorado II. Os dois loteamentos se fundiram num único e chamado simplesmente de Jardim Eldorado. O

¹¹⁵ COHAB - Companhia de Habitação, empresa com capital misto, que foi idealizada após a formação do Banco Nacional da Habitação (BNH) com a finalidade de produzir casas populares para a população pobre das cidades pelo Brasil.

¹¹⁶ A referida fazenda é uma incógnita. Muitos migrantes afirmavam que os donos não possuíam documentação das terras e que eles próprios eram grileiros de terras do Estado.

empreendimento foi gerenciado pela Imobiliária Barros (de propriedade da família) que vendia os lotes aos interessados.

Os nomes dos loteamentos foram influenciados pela descoberta do ouro no rio e pela lenda espanhola do “El Dorado” na busca de Manoa, cidade indígena que se acreditava ser de ouro. Parte do bairro foi invadida por 600 famílias, movimento liderado pela deputada federal Raquel Cândido, conforme Borzacov (2016, p.143). Nos anos de 1982 e 1983, a prefeitura abriu ruas e, em maio de 1984, os “proprietários” foram indenizados.

A zona sul da cidade, apesar da distância do centro, foi urbanizando-se e os espaços vazios foram ocupados, como mostra a foto 03. Com exceção dos conjuntos habitacionais (COHAB I, II e III, Odacir Soares I e II, Chagas Neto I e II), os outros bairros que foram surgindo são ocupações e invasões, como: Risoleta Neves, Conceição, Cidade Nova, Cidade do Lobo, Caladinho e Gurgel. Todos não possuíam água tratada, drenagem, esgoto, energia e linha de ônibus urbano.

Os bairros que surgiram pela ocupação dos moradores não possuem documentação dos imóveis. Isso tornou-se um problema para a arrecadação de impostos municipais. Por isso, na gestão municipal do prefeito Roberto Sobrinho (2005 a 2012), foi criada uma secretaria municipal especialmente só para legalizar os terrenos da periferia urbana da cidade fornecendo escrituras, mas, mesmo assim, ainda há grande quantidade de imóveis ilegalizados.

Segundo Borzacov (2016, p. 143), atualmente, a zona sul é o segundo centro comercial da cidade, possuindo bancos, lojas, supermercados, várias escolas estaduais e municipais, além de bons conjuntos habitacionais, porém, necessita de políticas públicas de base, como água encanada, drenagem, rede de esgoto (que a cidade inteira não tem) e asfalto. Por ser uma zona residencial de baixa renda, foi negligenciada pelas políticas públicas municipais por anos. Como possui hoje o segundo centro comercial da cidade, os gestores públicos recentes estão atuando melhor nos bairros. Isso não quer dizer que os problemas foram resolvidos. Por estar em plena floresta amazônica, a cidade sofre com os ciclos climáticos. No período das chuvas, os buracos nas ruas aumentam e, no período da seca, surge a poeira. A foto 03 mostra a Avenida Jatuarana com o seu desenvolvimento hoje. Suas vias vicinais são asfaltadas, mas nos bairros mais distantes a situação é precária.

Foto 03 - Av. Jatuarana 2018.

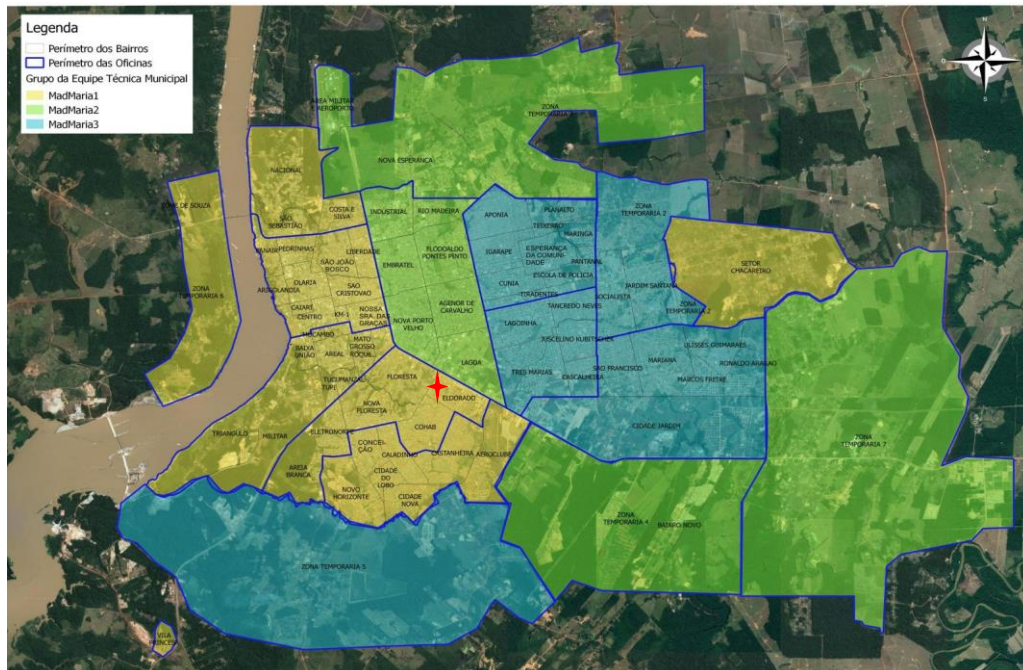


Fonte: Autor desconhecido

Com o crescimento populacional, a necessidade de política pública educacional se intensificou. Surgiram várias escolas em pontos estratégicos e o bairro Eldorado necessitava de uma escola com ensino médio, mas não havia área específica. O prédio onde se encontra a escola estava pronto, mas foi construído para abrigar a futura Universidade Estadual de Rondônia – UERO, criada através da Lei nº 543, de 28 de dezembro de 1993, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 2.930, de 29 de dezembro de 1993, na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017. As dificuldades burocráticas adiaram a implantação da universidade e o prédio ficou fechado por três anos. Deste modo, o Governo Estadual criou a Escola Estadual de Ensino Médio Professor João Bento da Costa, pelo Decreto Estadual nº 7.812 de 28 de abril de 1997, inaugurando-a no dia 26 de maio de 1997 para utilizar as instalações do prédio, já que a Universidade Estadual, até hoje, não saiu do papel.

A escola está localizada no Bairro Jardim Eldorado, na Zona Sul do município de Porto Velho, na Rua das Camélias, 5.301, esquina com a Rua Jatuarana, próxima à BR – 364, saída da cidade no sentido interior do Estado, conforme mapa 03.

Mapa 03 – Localização da Escola em Porto Velho/RO



Fonte: <https://planodiretor.portovelho.ro.gov.br/artigo/21953/19102018-a-17112018-2a-rodada-de-oficinas-de-leitura-comunitaria-distrito-sede-porto-velho>

É de fácil acesso para os estudantes, com parada de ônibus bem próxima e ruas asfaltadas. A escola homenageia com seu nome um piauiense que chegou à região Amazônica na década de 50. Foi um dos grandes pioneiros da Educação no Estado de Rondônia e que prestou relevantes serviços na educação e na política municipal. A Escola está localizada bem ao sul do antigo loteamento, no meio dos bairros residenciais, o que facilita aos alunos sua locomoção. Atende aos filhos de trabalhadores de classe média baixa, baixa, funcionários públicos municipais e de migrantes. Todavia, devido à crise econômica e às demissões das usinas, o índice de desemprego é grande (ESCOLA JOÃO BENTO, PPP-2018, p.7).

A Escola ocupa área de dois mil e quinhentos e trinta metros quadrados, possui três pavimentos com uma área construída de seis mil e setenta metros quadrados, pátio coberto nos três pavimentos, jardim interno, um estacionamento para sessenta carros e outro para trezentas e cinquenta bicicletas. O terreno interno da escola e o estacionamento são revestidos de cimento e está sempre limpo. A escola é cercada em todo seu perímetro por muro de três metros de altura e o acesso às dependências da escola é feito por um grande portão de ferro. O primeiro módulo a que se tem acesso, logo após a entrada, abriga as dependências administrativas da escola. Pelo

lado direito, tem-se o estacionamento (coberto) das bicicletas, a secretaria e um pequeno corredor que dá acesso à biblioteca, ao laboratório e ao jardim interno ligado ao pátio central; pelo lado esquerdo, tem-se a continuação do corredor, onde se localizam as salas da direção, sala dos professores (com banheiro privativo), supervisão e a cantina. A cantina está alugada e atende às necessidades dos alunos que compram lanches. Pelo lado esquerdo, nos fundos do terreno da escola, encontra-se o estacionamento dos carros (com uma pequena parte coberta), a piscina olímpica, a quadra poliesportiva (coberta), que se liga ao pátio central por uma calçada (coberta), passando pelos vestiários (masculinos e femininos) até o refeitório (com capacidade para 180 alunos sentados), que serve o lanche fornecido pela escola; este foi adquirido pelo Conselho Escolar através de licitação. Ainda no refeitório, inicia-se um corredor onde está a cozinha, as dependências do depósito de alimentos, o almoxarifado, os banheiros (masculinos e femininos), sala da xérox, Conselho Escolar, Orientação Educacional, Rádio Escola, Psicologia e auditório (com capacidade para 200 alunos).

As salas de aula ocupam o segundo e o terceiro pisos, ambos com vinte salas de aula e um pátio central que liga os ambientes. No terceiro piso, encontram-se também as salas de línguas (inglês e espanhol). A foto 04 apresenta a fachada da escola.

Foto 04 – Escola João Bento da Costa



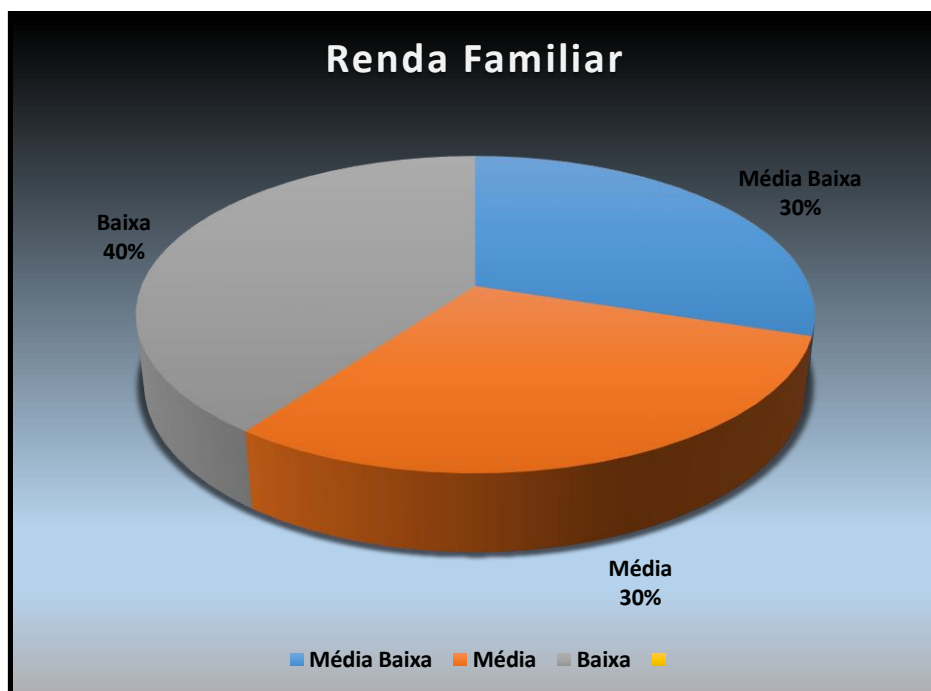
Fonte: Do autor/2019

Os alunos recebem livros fornecidos pelo Estado em todas as disciplinas e os professores possuem todo material didático necessário ao planejamento e execução das aulas (computadores, Datashow, aparelhos de som, caixa amplificada, microfones, filmes, documentários, livros didáticos e aparelhos de DVD).

O projeto principal da escola é fornecer aos jovens condições de terem futuro melhor através do ensino gratuito e de qualidade, mesmo com poucos recursos. O projeto da escola atraiu também jovens de outros bairros, de outras cidades e até do sul do Estado do Amazonas. Para conhecer o perfil de seus acadêmicos, a escola realiza todo ano, internamente, pesquisa para verificar a situação econômica e social das famílias, o grau de pobreza e o nível educacional dos pais.

O gráfico 04 apresenta, em termos percentuais, os números referentes à situação financeira das famílias dos alunos, que frequentam a escola e que residem na zona sul, através de questionários aplicados em sala de aula. Por viverem em região periférica da cidade e terem condição familiar de baixa renda, os estudantes procuram, através dos estudos, conseguir bons resultados no ENEM para ingressarem na universidade pública.

Gráfico 04- Renda Familiar dos alunos



Fonte: PPP (2018, p. 10)

Pode-se perceber que as famílias de baixa renda correspondem a 40% do total dos alunos que frequentam a escola e os alunos de classe média baixa são 30%. Então, 70% das famílias dos estudantes são de trabalhadores de baixa renda e apenas 30% são de classe média (que correspondem a negociantes dos bairros próximos e de funcionários públicos). Do total de alunos, 84% das famílias possuem suas residências próprias, mas sem documentação legal, e 16% residem em casas alugadas ou cedidas.

A composição da estrutura familiar dos estudantes dentro do bairro e seus arredores também está mudando. Há grande percentagem de pais separados e mães solteiras. Do total de alunos da escola, 56% moram com os pais, 31% somente com a mãe e 13% moram com o pai, padrasto, avós ou outros. Isso é reflexo da nova situação familiar moderna, pois 46% destes jovens estão convivendo somente com um dos pais, o que pode refletir no seu desempenho estudantil (ESCOLA JOÃO BENTO, PPP-2018, p. 9).

O lazer estudantil e de suas famílias também é um problema. As políticas públicas voltadas para áreas de lazer são poucas e a maioria participa de um lazer comunitário, geralmente em Associações de Bairros, quadras de esportes das escolas próximas, campos de futebol improvisados, passeios no shopping e balneários próximos da cidade. As praças estão abandonadas e muitas tomadas pelo mato. Quem possui carro desloca-se para as áreas de lazer distantes, mas a maioria procura se divertir como pode nos próprios bairros.

Do total de estudantes da escola, 67% de suas famílias participam de algumas atividades sociais, que, na maioria das vezes, estão ligadas a movimentos religiosos e às igrejas¹¹⁷, algumas em clubes esportivos, associações ou em outros movimentos não especificados. Contudo, 43% das famílias não participam de nenhuma atividade social e não possuem condições financeiras para propiciarem algum lazer aos seus (ESCOLA JOÃO BENTO, PPP-2018, p.10).

O não acompanhamento dos estudos também se faz presente, pois se detectou que 15% dos pais possuem o Ensino Superior, 35% o Ensino Médio, 31% o Ensino Fundamental e 19% o Ensino Fundamental incompleto, o que é pouco. Portanto, 54% dos pais possuem o Ensino Fundamental (completo ou incompleto), o que traz consequências para a orientação dos filhos com relação aos estudos. Do

¹¹⁷Rondônia é o Estado brasileiro que possui maior número de evangélicos do Brasil.

total pesquisado, 55% dos pais trabalham em empresas privadas com salário baixo, 24% são funcionários públicos e 21% são autônomos. Ou seja, metade dos pais dos alunos possui renda baixa e isso reflete na situação econômica, social e no lazer familiar. Como a renda familiar baixa, ocupando seu tempo com o trabalho e não podendo ajudar os filhos nos estudos, os pais procuram escola que possa oferecer educação de qualidade no bairro.

Como a escola João Bento da Costa possui ensino público de qualidade e apresenta resultados nas provas do ENEM, suas vagas são concorridas e, apesar das boas pontuações conseguidas, infelizmente, nem sempre a Universidade Federal dispõe de cursos pretendidos pelos alunos. As mensalidades das faculdades particulares dificultam seu ingresso no ensino superior e o financiamento dos estudos está aquém das possibilidades das famílias. Desmotivados, alguns desistem da carreira acadêmica e procuram emprego para ajudar suas famílias e outros acabam ingressando em cursos que não os satisfazem plenamente como profissionais. A Universidade Federal e as faculdades particulares são jovens e necessitam de maior investimento em áreas acadêmicas que favoreçam a região Amazônica e os filhos da terra. Há muito espaço acadêmico para o crescimento e o fortalecimento da pesquisa.

Outro fator que prejudica os estudantes é o transporte urbano. A cidade é servida apenas por uma empresa de transporte coletivo, o que causa muita demora na locomoção e consequentes atrasos. Muitos estudantes vão para a escola de bicicleta para cumprir os horários. No bairro, apenas 30% da população utiliza o transporte urbano. Há grande concentração de carros, motocicletas e bicicletas no bairro que correspondem a 55% do tráfego das pessoas. Os 15% restantes se locomovem caminhando (ESCOLA JOÃO BENTO, PPP-2018, p.11). Vale ressaltar que o problema do transporte urbano se acentuou com a migração das famílias para as obras das usinas, a qual causou transtornos nas áreas de habitação, saúde e no trânsito. A situação voltou à normalidade com o fim dessas obras.

O acompanhamento das atividades escolares executadas pelos filhos em relação aos estudos é outro problema da escola. Do total dos estudantes, apenas 35% dos pais acompanham as atividades dos filhos em casa e 65% não acompanham tais estudos. O que é preocupante, pois os pais não estão participando da vida social escolar de seus filhos e, nas reuniões feitas pela escola, apenas 46% dos pais participam, 35% vão algumas vezes e 19% não participam de nenhuma reunião (ESCOLA JOÃO BENTO, PPP-2018, p. 11). A desculpa é sempre a mesma: “não

tenho tempo”. Os pais ou responsáveis desdobram-se para satisfazerem as necessidades econômicas familiares e deixam a educação para a escola. O que é uma pena, pois se os pais tiverem maior participação terão condições de pressionar os gestores públicos para conseguirem uma educação crítica de melhor qualidade aos filhos (PARO, 2016, p. 17).

Com a pouca participação dos pais e responsáveis, que está intensificando-se, a escola procura, através de seus projetos e do “Terceirão”, dar continuidade a sua proposta pedagógica. Para isso, eliminou de seu quadro de ensino o fundamental, especializando-se no Ensino Médio. Chegou a ter 4.200 alunos, mas, atualmente, mantém seu quadro anual de estudantes em 3.200 alunos junto com o Ensino de Jovens e Adultos (EJA). As séries da escola são distribuídas da seguinte forma, conforme quadro 08:

Quadro 08 - Quantidade de turmas de cada ano

Série	Matutino	Vespertino	Noturno	EJA	Total de turmas
1ª Série	12	12	4	4	32
2ª Série	10	6	2	5	23
3ª Série	7	7	2	6	22
Total de turmas	32	25	8	15	88

Fonte: Secretaria da Escola João Bento da Costa 2018

Para atender a demanda de estudantes, a escola possui uma infraestrutura adequada às suas necessidades, com um corpo técnico de quarenta e um funcionários distribuídos nos seus respectivos setores e setenta e oito professores, sendo sessenta e três com pós-graduação, sete com pós-graduação incompleta e oito com mestrado, atuando nas várias áreas específicas do ensino médio. (ESCOLA JOÃO BENTO, PPP-2018 p.12, 15 e17).

O diferencial da escola foi criado em 2001, com a implantação do “Projeto Terceirão” (ESCOLA JOÃO BENTO, PPP-2018, p. 33), fundado por vários professores¹¹⁸. O objetivo do “Projeto Terceirão” continua sendo o mesmo: melhorar o conhecimento dos alunos através de atividades escolares com carga horária maior a fim de prepará-los para terem melhor chance de ingresso nas universidades

¹¹⁸ José do Nazareno, José de Arimatéia, Walfredo Tadeu e a professora Suamy Vivecananda.

federais e estaduais pelos programas SISU e PROUNI, através da nota obtida no ENEM. É dedicado, exclusivamente, a colocar alunos carentes na universidade.

O projeto inicia no 1º ano do ensino médio com simulados e “aulões” com carga horária de 800 horas. Já, para o 3º ano (matutino e vespertino), a carga horária aumenta para 1.200 horas, contando os sábados e, algumas vezes, os domingos e feriados. Para o 3º ano noturno, como a maioria dos alunos trabalha durante o dia, existe apenas a carga horária normal. A Escola não possui nenhuma regalia diferenciada por parte das políticas públicas educacionais estaduais em relação às outras escolas públicas e os professores que se dedicam ao “Terceirão” (dezoito) comprometem-se a não fazer greve; também não possuem diferença salarial maior.

O referido Projeto é realizado em salas com adequação a uma metodologia diferenciada às demais séries (1ª série e 2ª série), seguindo normas do Conselho Estadual de Educação, além da orientação da SEDUC, da Representação de Ensino, Direção e Coordenação Pedagógica (ESCOLA JOÃO BENTO, PPP-2018, p.35).

Além do “Terceirão”, a Coordenação Pedagógica da escola oferece aos acadêmicos, dentro da política educacional, outras atividades complementares à prática de sala de aula como: discussões de temas relacionados às profissões a se escolher; Seminário de palestras, exibição de vídeos, filmes, documentários que possam ajudar a formação; carga horária flexível aos professores e realização de simulados no decorrer do ano para observar os pontos mais fracos do ensino e melhorá-los (ESCOLA JOÃO BENTO, PPP-2018, p. 36).

Outras atividades realizadas pela escola buscam a construção da cidadania, através de política educacional prática, especialmente, para a compreensão da realidade social, dos direitos, das obrigações em relação à vida pessoal, coletiva, ambiental e profissional, possibilitando o desenvolvimento integral dos alunos. Ademais, a escola está estudando novas formas de atrair os acadêmicos para a vivência escolar mais agradável.

Atualmente, as propostas educativas específicas, aplicadas nas atividades da escola no decorrer dos anos letivos, estão demonstradas no quadro 09:

Quadro 09 – Atividades extraclases realizadas pela escola

Atividade	Proposta
Páscoa Solidária	Projeto que mobiliza toda comunidade escolar a contribuir, ajudando crianças a terem uma páscoa mais feliz. Metodologia: Visita e distribuição de sacolinhas com doces para crianças de escolas carentes; brincadeiras dirigidas com as crianças das escolas visitadas.
Projeto Arraiá do Bentão	A Festa de Arraiá da escola tem o objetivo de integrar a comunidade escolar, oportunizando descontração, socialização e ampliação dos conhecimentos folclóricos, valorizando os costumes e as tradições do nosso povo. Metodologia: danças diversas (quadrilha, boi-bumbá, etc.) e comidas típicas.
Projeto Let's Sing	Inglês/Espanhol – Desde 2009, o Projeto Cantando em Inglês é realizado na escola, com a participação de todas as turmas, que cantam e interpretam músicas da Língua Inglesa na quadra da escola com o objetivo de incentivar o gosto por língua estrangeira, facilitando o aprendizado de modo significativo.
Projeto Teatro na Escola/Sarau Literário	Projeto que envolve os alunos em atividades de leitura, dramatizações, músicas de acordo com o tema escolhido.
Projeto Natação “Uma alternativa para Educar”	Com o objetivo de oportunizar a crianças e adolescentes da comunidade escolar a pratica da natação, buscando contribuir para a formação de indivíduos saudáveis e determinados, além de promover maior integração entre os alunos do nosso colégio com os demais alunos da rede pública e privada de todo o nosso estado, através de intercâmbio de eventos de natação.

Fonte: ESCOLA JOÃO BENTO (PPP-2018, p. 36).

Para concretizar estes ideais o colégio realiza sempre entre a comunidade escolar pesquisa com objetivo de ampliar os projetos. Algumas das propostas inclusas no PPP foram sugestões dos alunos e estão produzindo resultados satisfatórios.

Cabe salientar que o trabalho realizado pela escola com o “Terceirão” não foge aos conceitos elaborados pelo MEC e pelas políticas públicas educacionais ou pelos conceitos pedagógicos estipulados. O que se realiza é um trabalho puramente de reforço dos conteúdos apresentados durante os três anos do ensino médio parecendo-se muito com os antigos “cursinhos” de preparação para o vestibular.

Possui, ainda, parceria com diversas Instituições Públicas e Privadas com intuito de, através de palestras e ações de interesse humano social, levantar a estima da comunidade estudantil e, em consequência, possibilitar que a mesma possa ter inserção no mundo globalizado. São desenvolvidas ações e políticas educacionais através de projetos escolares com vistas à inclusão social, de fato. Nos últimos anos, a escola foi certificada por participar em trabalhos de parceria com o Departamento

de Trânsito de Rondônia - DETRAN/RO, 5º Batalhão da Polícia Militar, Assembleia Legislativa/RO, Universidade Federal de Rondônia -UNIR, Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e Câmara de Vereadores do Município de Porto Velho.

O aperfeiçoamento da política educacional da escola é contínuo. Junto com estes projetos e pela eficiência de suas políticas educacionais na gestão democrática, até o presente momento, a escola conseguiu alguns prêmios, como mostra o quadro 10:

Quadro 10 – Prêmios obtidos pela escola

Ano	Prêmio
2015	Melhor desempenho em física
2016	Escola que mais aprovou alunos no ENEM em Porto Velho
2017	“Moção de Aplauso” feita pela Câmara Municipal pelos excelentes serviços prestados à comunidade portovelhense, Melhor gestão democrática escolar do Estado de Rondônia.

Fonte: Escola João Bento da Costa - Direção

Com o último prêmio, a direção da escola recebeu, juntamente com outros diretores de escolas públicas do Brasil, uma viagem aos Estados Unidos, em março de 2018, para observarem, verificarem e adquirirem conhecimentos do funcionamento das políticas educacionais norte-americanas aplicadas no ensino, correspondente ao ensino médio no Brasil. O objetivo da viagem era trazer conhecimentos educacionais e aplicá-los à nossa realidade educacional.

Através de observações realizadas pelo diretor Francisco Rodrigues Lopes “*in loco*” nos EUA, pode-se perceber as dificuldades que os educadores brasileiros têm em relação aos norte-americanos. De acordo com palavras suas:

- Os americanos estão a “anos luz” da educação brasileira. A organização, a estrutura, o material didático, o tempo dos professores e o respeito que estes possuem da população foram referências para nós. Geralmente, a escola pública é melhor que a particular. Não existem aulas no período noturno e os estudantes passam 16 horas nas escolas. As aulas duram uma hora e durante o dia, os estudantes estudam seis ou sete disciplinas.
- Uma das coisas que eu achei interessante foi que os professores do ensino médio (High School) ficam nas salas de sua disciplina e os estudantes é que circulam de sala em sala, de acordo com a matéria que vão estudar. O horário do almoço vai das 12 às 14 horas e custa US\$ 2,00 (dois dólares). O almoço é servido em um “bandejão” com boa variedade de alimentos. O ano letivo inicia-se em agosto ou

setembro e termina em maio ou junho. As férias mais importantes são as de verão que acontecem em julho.

Com relação aos conteúdos programáticos das disciplinas ministradas nas escolas americanas, o professor Francisco Lopes ficou impressionado:

- Existem as disciplinas obrigatórias como: Inglês, matemática, história, ciências, economia e uma disciplina que estuda as atividades do governo americano. Também possuem disciplinas optativas como: teatro, música, esportes e arte. Além destas disciplinas, os estudantes podem participar de clubes de estudo onde debatem diferentes temas. Além disso, o estudante escolhe o que deseja estudar.

É um formato diferenciado de escola e o nosso formato educacional não está preparado para a implementação deste sistema. Teremos que avançar muito em nossas políticas públicas educacionais para implementá-lo.

6 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROFESSOR JOÃO BENTO DA COSTA.

Segundo o PPP da escola a gestão escolar deveria tornar-se flexível e entender que o planejamento é fundamental para o sucesso da escola. Para atuar no mundo moderno, não basta ter boas ideias ou objetivos bem definidos, é preciso saber o melhor caminho para pôr essas ideias e objetivos em prática. Em consequência, é preciso formular estratégias que devem ser extremamente importantes para a escola, pois estabelecem quais serão os caminhos, os programas de ação que devem ser seguidos para alcançar os objetivos estabelecidos (PPP, 2018). O que se demonstrou uma meia verdade, como se verá.

Todos os setores da escola como Direção, Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional, Psicologia, Secretaria, Biblioteca acompanham o plano de ação estruturado dentro das políticas públicas educacionais da gestão democrática. A política da gestão democrática da escola seguirá os parâmetros determinados pelos:

a) Regimento Escolar¹¹⁹

O regimento interno, segundo o PPP da escola, prioriza o Ensino Médio Regular, o Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA e a Educação Especial Inclusiva, ministradas nos três turnos. O Ensino Médio inicia no 1º turno às 7:45h até às 12:00h; o 2º turno das 13:45h até as 18:45h e o 3º das 18:50h até as 22:40h.

O Ensino Médio possui conteúdo didático semelhante ao das outras escolas, mas, no terceiro ano ou “Terceirão”, a carga horária é ampliada e reforçada para atingir o objetivo de colocar o maior número de estudantes na universidade pública. A proposta curricular inclui ainda transformar o estudante em um cidadão participativo, com senso crítico e construtor de seu próprio conhecimento encorajando-o a solucionar problemas.

¹¹⁹O Regimento Escolar ou Estatuto Escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente.

O EJA é ministrado no período noturno através de um curso seriado semestralmente como forma sistemática e é destinado àqueles que não tiveram acesso ao Ensino Médio na idade própria, consideradas suas características, seus interesses, condições de vida e de trabalho, por meio de oferta de curso presencial.

A Educação Especial, amparada pela LDB, é oferecida em todas as modalidades de ensino em forma de educação inclusiva. O estudante participa das aulas normalmente junto com os outros estudantes, o que fortalece o vínculo entre eles.

O objetivo é promover a inserção do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais - ANEE na comunidade escolar, devendo a gestão escolar envidar esforços enquanto grupo facilitador interessado no fiel cumprimento dos direitos instituídos por lei. O princípio norteador é a equidade, devendo o corpo pedagógico escolar continuamente direcionar sua prática de trabalho em sentido do objetivo proposto.

b) O Projeto Político Pedagógico

Por estar localizada em uma zona de periferia, a escola adaptou seu Projeto Político Pedagógico de ensino à realidade local. A partir da implantação da gestão democrática estadual em 2011, reformulou o PPP e sempre acrescenta as correções elaboradas durante o ano, na reformulação para o próximo pleito. Sua avaliação é feita anualmente com reunião dos gestores e professores na “Semana Pedagógica”, antes do início das aulas, para analisar os avanços alcançados, os entraves que dificultam o processo e os novos desafios a serem cumpridos.

Seu principal objetivo é melhorar o ensino-aprendizagem, proporcionar condições adequadas para despertar no aluno o interesse em construir o conhecimento, a cultura; e na gestão participativa, ampliar o processo democrático na gestão da escola, proporcionando espaço para debates de toda comunidade para aperfeiçoá-lo e atingir as médias nacionais do IDEB (ESCOLA JOÃO BENTO, PPP-2018, p. 38 e 39).

Todos os anos, a escola realiza diagnóstico interno, entre seus alunos, para conhecer a realidade econômica (emprego, renda, tipo de residência, transporte etc.), social (estrutura e perfil familiar, lazer etc.) e cultural das famílias (nível de escolaridade etc.). O objetivo é compreender a situação social dos acadêmicos para

realizar uma proposta que possa ajudá-los no decorrer da aprendizagem e inserir estas propostas no PPP.

Dentro das propostas do PPP, procura estimular os professores a cursarem especialização e mestrado, dando oportunidade e tempo para atingirem os objetivos. Com as especializações, a escola aprimora-se e os estudantes aproveitam e ampliam seus conhecimentos, pois a escola deve lutar para assegurar às novas gerações uma formação sólida que possibilite o pleno exercício da cidadania (SAVIANI, 2017, p. 227).

c) Plano de Gestão

A escola João Bento da Costa tem como objetivo principal dentro do plano de ação melhorar constantemente o processo ensino-aprendizagem, proporcionando condições pedagógicas adequadas para despertar no estudante o interesse em construir o conhecimento. Estabelece a participação dos pais na escola com finalidade de melhoria na aprendizagem dos alunos.

Na dimensão da gestão participativa, a escola prioriza ampliar o processo de democratização da gestão escolar, proporcionando espaço para toda a comunidade envolvida participar do processo de decisões da instituição.

A meta da escola para 2018 é fomentar a qualidade da aprendizagem de modo a atingir as metas nacionais do índice de desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e elevar os índices de aprovação no ENEM de 51% para 80%. A proposta é audaciosa, mas possível de ser alcançada pelo histórico que a escola apresenta dos anos anteriores.

d) Estatuto do Conselho Escolar

Logo no início da implantação da gestão democrática escolar em Rondônia em 2011, a escola elaborou seu estatuto escolar onde estabelece a estruturação, os fins, objetivos, atribuições, constituição, funcionamento e as subdivisões como determina a lei estadual nº 3.018/2013 da gestão democrática.

O Conselho Escolar possui CNPJ e personalidade jurídica própria, já que realizará deliberações administrativas, pedagógicas, financeiras e terá que aplicar os

recursos recebidos em prol da comunidade escolar prestando contas às instâncias superiores.

6.1 A Gestão Democrática na Escola: Dados e análises

Nesta subseção, foram discutidos os resultados da análise das entrevistas e questionários aplicados ao corpo técnico, docente, aos alunos do terceiro ano do Ensino Médio e aos alunos egressos que estão nas universidades e faculdades particulares. A análise primeira pretende verificar a percepção dos professores e técnicos a respeito da efetividade da gestão democrática dentro da comunidade escolar, seus fatores limitantes e as contribuições dessa política educacional. Foram entrevistados alguns professores que fazem parte do Conselho Escolar e outros 05 (cinco) técnicos que atuam na escola. Os trechos das entrevistas e dos questionários categorizados foram expostos na análise, seguidos da discussão. A identidade dos sujeitos será preservada, sendo utilizada a sigla “T” para os técnicos e “P” para os professores. A partir dos objetivos da pesquisa, foram criadas diretrizes temáticas de análise que contribuiriam para a organização das categorias, conforme demonstrado no Quadro 11:

Quadro 11 – Diretrizes Temáticas da Análise.

Diretrizes	Categorias
I.- Confrontar os dados	- Verificar a evasão, reprovação, aprovação no ENEM, SISU, PROUNI de 2011 a 2017.
II. Confrontar percepção.	- Verificar a percepção dos diferentes agentes na gestão participativa da Escola.
III. Confrontar reivindicações.	- Identificar se as reivindicações da gestão participativa são implementadas na Escola. - Participação nas tomadas de decisão.

Fonte: Organizado pelo pesquisador.

Ao implantar as políticas públicas educacionais da gestão democrática nas escolas estaduais em Rondônia, não se sabia quais seriam os resultados. Sabia-se que, em muitas escolas pelo Brasil, o sistema novo de gerir tinha conseguido bons resultados. Mas, aqui na região norte do país, como seria? A proposta era inovadora, porém, como a escola reagiria a este novo modelo descentralizador? Apesar de todas as dificuldades que a educação enfrenta no país, principalmente nas regiões norte e

nordeste, onde as políticas públicas para este setor são mínimas e os profissionais responsáveis pelo ensino assumem o compromisso de torná-lo eficiente, mesmo sem recursos adequados, infraestrutura precária e uma remuneração baixa.

Nessa direção, a SEDUC encarregou-se de qualificar os professores e técnicos para a nova forma de gestão. Para tanto, foram realizados vários cursos de estudo para se entender os meandros do sistema.

Na escola em estudo, antes mesmo de ser implantada a política pública da gestão participativa, um grupo de professores já estava trabalhando em prol dos acadêmicos para sua aprovação no vestibular e, depois, para o ENEM com o “Terceirão”; e estavam obtendo sucesso.

Com o advento da gestão democrática, a comunidade escolar passou a participar da administração e a discutir, analisar e resolver os problemas dentro da própria estrutura da escola. Agora, as soluções ficavam ao alcance de serem encontradas pela própria comunidade, pois sabiam onde estavam os problemas e podiam solucioná-los da melhor forma que beneficiasse a comunidade escolar.

Assim, o Conselho Escolar se tornou atuante e responsável pelos destinos da escola. Seus membros participam das reuniões e todos têm direito à voz. É composto por 15 membros, sendo 9 professores, 3 técnicos, 1 aluno representando os acadêmicos e 2 pais (membros da sociedade civil). Reúnem-se uma vez a cada bimestre para resolver pequenas pendências, mas as decisões importantes assim como a aplicação dos repasses financeiros são feitas semestralmente, repassando as deliberações para a comunidade escolar e colocadas em prática imediatamente.

Em casos específicos que tenha envolvimento financeiro, tudo dependerá do recurso que o Conselho Escolar possua em “caixa” ou que tenha sido repassado pelo governo estadual, mas procura-se atender da melhor forma possível às reivindicações pré-estabelecidas.

A escola possui boa estrutura física, visto que suas instalações foram criadas para abrigar uma universidade estadual, o que infelizmente ainda não saiu do papel. Não se sabe quando será implantada.

A escola não pode receber número maior de alunos por falta de contratações de novos professores e técnicos administrativos, contudo, mantém suas vagas ocupadas no limite que pode oferecer. Poderia até receber número maior de alunos, porque a estrutura do prédio comporta, mas, no momento, está trabalhando com uma margem adequada de estudantes. A escola já chegou a ter 4.200 estudantes, mas,

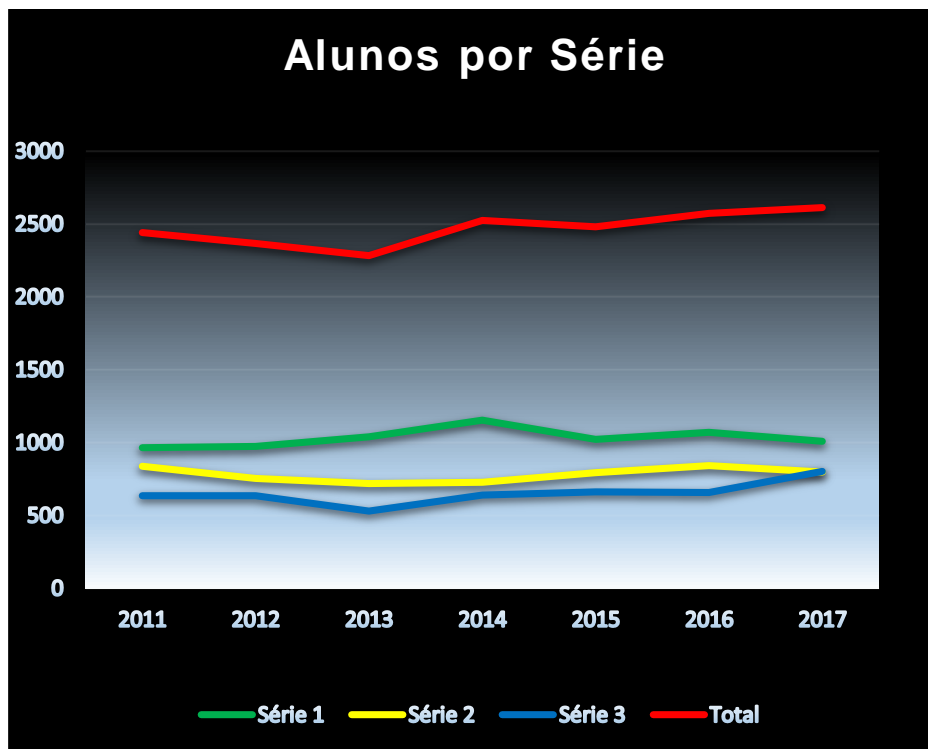
atualmente, trabalha com uma margem de 2.500 a 3.000 alunos (PPP, p.6), como mostra o quadro 12 e o gráfico 05 apresenta somente o total dos alunos do ensino médio, por ser o objeto da pesquisa.

Quadro 12 - Total de alunos da escola em 2017 (Ensino Médio e EJA)

Ano	1ª Série	2ª Série	3ª Série	Total do E.M	EJA	Total Geral
2011	967	837	636	2.440	539	2.979
2012	975	754	637	2.366	403	2.769
2013	1.038	718	529	2.285	465	2.750
2014	1.156	729	641	2.526	525	3.051
2015	1.024	796	662	2.482	418	2.900
2016	1.072	841	659	2.572	551	3.123
2017	1.011	800	803	2.614	586	3.200

Fonte: Secretaria da Escola João Bento da Costa

Gráfico 05 - Evolução da Demanda de alunos por série do ensino médio

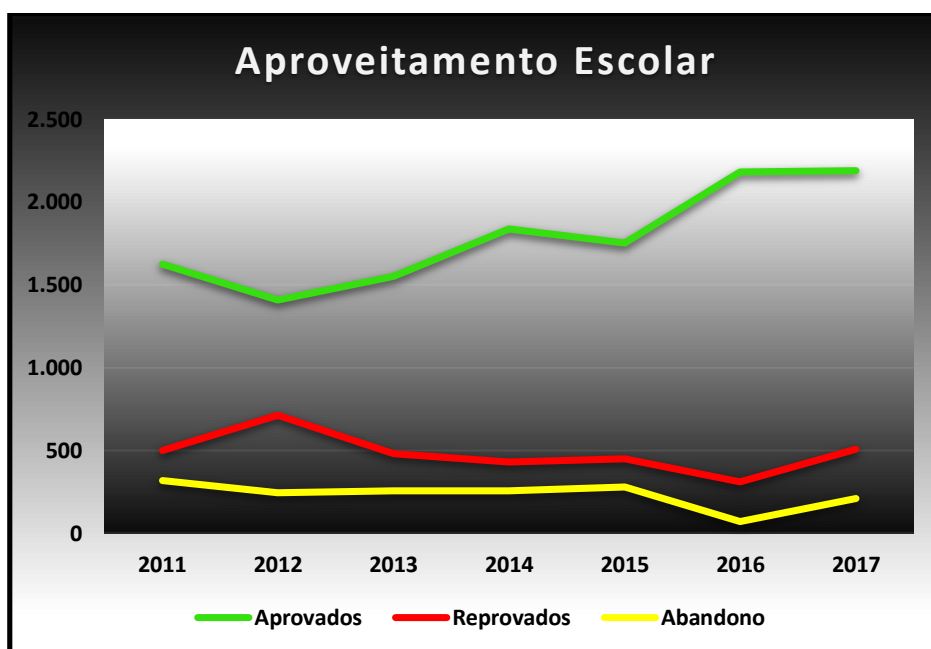


Fonte: Secretaria da Escola João Bento da Costa em 2018.

Apesar dos esforços de todos (professores, diretores e equipe pedagógica), o número de reprovações, abandono e desistência persiste. Dentre os fatores que a escola aponta, são eles: o econômico-social e as transferências vindas de outras escolas. O fator econômico social refere-se aos acadêmicos que são obrigados, pelas circunstâncias, a trabalharem para colaborar no sustento das famílias. Como as famílias são de baixa renda e poucos possuem qualificação profissional, os trabalhos também possuem remuneração baixa. É um ciclo de subemprego constante passando de pai para filho. Os transferidos que vieram de outras escolas apresentam rendimento escolar baixo e não acompanham o ritmo dos estudos, principalmente os estudantes do terceiro ano.

As metas da Equipe Pedagógica é reduzir as reprovações e desistências. Isso é feito através de palestras incentivadoras de professores das faculdades e da universidade (de várias áreas) para estimular os alunos a não desistirem. O gráfico 06, retirado dos dados do Anexo “A”, apresenta os resultados da escola. Há esforço para que continuem e os números estavam caindo constantemente, no entanto, estes números voltaram a subir em 2017, tanto dos reprovados como dos desistentes.

Gráfico 06 - Índice de Aproveitamento escolar



Fonte: Secretaria da Escola João Bento da Costa em 2017.

Um dos fatores apresentados pela equipe pedagógica e por alguns professores para esse aumento das reprovações e abandono da escola foi a crise financeira que

atravessa o país. A escola entrevistou alguns dos pais sobre este tema. A resposta mais comum foi a dupla jornada. Para auxiliar nas despesas das famílias, os filhos tiveram que trabalhar e estudar. Como não estavam acostumados a essa rotina, o desempenho escolar piorou. Para os próximos anos, a equipe pedagógica da escola está planejando trabalhar junto com os professores para reverter este quadro, incentivar os estudantes a permanecerem na escola e realizar trabalhos de reforço nas disciplinas as quais os estudantes sentirem maior dificuldade. O quadro 13 apresenta o resultado da avaliação do ENEM por área de conhecimento. As participações dos alunos nas provas do ENEM aumentaram de 77% para 100% neste período, demonstrando o interesse de realizar um curso superior e a média geral da pontuação também melhorou.

Quadro 13 - Avaliação do ENEM por área de conhecimento

Ano	alunos	% de part.	Redaç.	Mat.	Ling.	C. da Natur.	C. Hum.	Média
2011	491	77	594,0	519,0	524,0	469,0	482,0	498,50
2012	574	90	536,0	513,0	489,0	470,0	521,0	498,25
2013	473	89	574,0	537,0	499,0	484,0	536,0	515,00
2014	579	90	535,0	496,0	518,0	500,0	562,0	519,00
2015	619	93	624,0	483,0	515,0	486,0	567,0	512,75
2016	662	93,5	624,2	483,9	515,4	486,9	567,7	513,49
2017	772	100	609,0	520,0	512,0	506,0	523,0	534,00

Fonte: inep.gov.br - www.qedu.org.br

Outro fator que os professores disseram que pode afetar estes resultados no ensino-aprendizagem é o excesso de trabalho para o corpo docente da escola. Há sobrecarga de trabalho também para os profissionais da educação. Alguns professores possuem jornada tripla ou trabalham em outra escola. Com isso, eles dizem que o tempo dedicado à preparação das aulas e dos conteúdos fica escasso. E pode, dessa forma, afetar a transmissão dos conteúdos prejudicando os estudantes.

O corpo técnico também reclama da sobrecarga de trabalho. Há necessidade de contratação de novos funcionários para atender às demandas escolares, mas não se sabe quando isso será feito pela SEDUC.

- Eu acho que o problema está nas várias atribuições de cada pessoa [...] eu penso que a gestão democrática é um avanço para a qualidade na educação, mas precisamos ter um número maior de professores e

técnicos. [...] e temos poucas pessoas para muitas atribuições. E isso infelizmente não é possível [...] se queremos realmente o fortalecimento da gestão democrática, a melhora no ensino e o fortalecimento dos conselhos escolares, seria necessário que tivéssemos uma equipe maior. [...] em virtude das atribuições que tenho, às vezes, eu me sinto incapaz de realizá-las e não consigo fazer o acompanhamento do jeito que deveria (P1);

- Eu vejo que a maior dificuldade é a falta de pessoal para desenvolver o trabalho. Porque talvez ainda não seja totalmente prioridade, não é? Porque a gente sabe que a prioridade ainda é os professores [...]. E nós técnicos estamos só para ajudar na administração da escola [...] Ainda não somos uma prioridade para a escola. A gente sabe disso (T1);

- Na verdade, a gente vê a falta de recursos humanos, porque a escola tem um número limitado de servidores [...] é o elemento humano que dificulta, porque a escola tem uma lotação muito grande com uma demanda de trabalho maior ainda (T2);

Todos os relatos apresentados foram feitos através de entrevistas individuais com professores (P) e técnicos (T) separadamente para que não sofressem influências uns dos outros. Estas revelam que tanto os professores como os técnicos estão sobrecarregados de diferentes atividades. Trabalham com diferentes projetos e, na maioria das vezes, executam ações que não foram pensadas por eles ou por seus pares de trabalho. A sobrecarga acaba repercutindo nas atividades educacionais.

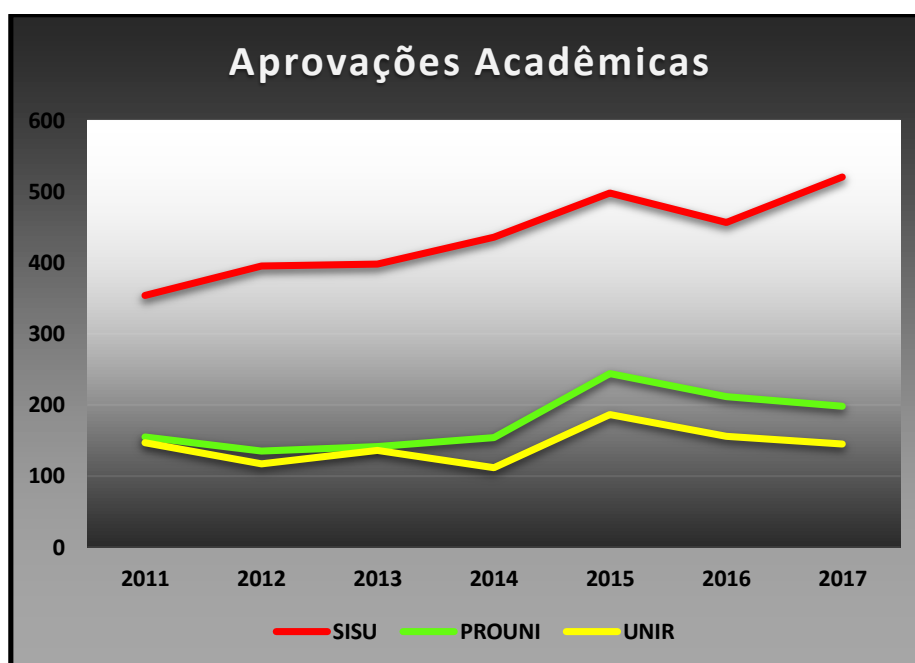
Por sua vez, a burocracia educacional obriga a escola receber diversos relatórios e atribuições que devem ser preenchidos e apresentados à SEDUC. Projetos que não estavam previstos, demanda de relatórios administrativos e controle das atividades escolares tiram da escola o verdadeiro foco (PARO, 2016). Mesmo assim, os resultados obtidos pelos alunos na Universidade Federal - UNIR, SISU e no PROUNI aparecem.

Entretanto, alguns estudantes se sentem frustrados porque o curso por eles almejado não existe na Universidade Federal e, nas faculdades particulares (Apêndice "B"), os preços das mensalidades os impedem de continuar os estudos. Outros conseguem financiamento no FIES, mas, nos últimos anos, tem sido um problema para os acadêmicos, devido às dificuldades de conseguir uma aprovação ou renovação do financiamento. O quadro 14 apresenta o crescimento das aprovações dos estudantes da escola realizado no período de 2011 a 2017 e com o gráfico 07 pode-se ter uma visualização melhor deste crescimento.

Quadro 14 - Aprovações obtidas pelos alunos da Escola

ANO	Nº alunos matriculados	SISU	PROUNI	UNIR
2011	354	97	155	147
2012	395	105	135	117
2013	398	114	141	136
2014	436	111	154	112
2015	498	136	244	186
2016	456	121	212	156
2017	520	80	198	145

Fonte: PPP – (2017, p. 34).

Gráfico 07 – Aprovações na UNIR, SISU e PROUNI.

Fonte: PPP da Escola 2017.

As aprovações no SISU estão demonstrando crescimentos constantes, mas este crescimento não reflete a entrada na universidade, visto que muitos acadêmicos não se identificam com os cursos oferecidos pela UNIR. Já o crescimento do PROUNI mantinha-se estável até 2015, quando a crise econômica afetou as políticas de financiamento e isso refletiu numa pequena queda. Essa queda pode ser um reflexo desta situação, de acordo com a opinião do professor “P2”:

- Muitos alunos tiveram que ajudar nas despesas da família procurando trabalho [...] e os empregos neste momento em Porto Velho não estão fáceis. Não existem mais grandes obras no município

e [...] acho que esses problemas financeiros acabaram refletindo no rendimento escolar (P2).

Deve-se salientar ainda que muitos alunos aprovados no ENEM para a universidade federal não se matriculam nos cursos pretendidos. Eles se justificam dizendo que estavam testando seu conhecimento e o curso inscrito não era o que pretendiam fazer. Ou mudaram de opinião com relação ao que queriam estudar.

Outro fator que prejudicava no rendimento estudantil estava no sucateamento das instalações da escola. O problema foi resolvido no final do ano letivo de 2017. O Conselho Escolar, juntamente com a SEDUC e o governo estadual iniciaram uma reforma na estrutura da escola que terminou em outubro de 2018. No entanto, acabou prejudicando o andamento das atividades escolares ao longo do ano, mas os alunos do “Terceirão” tiveram aula normalmente. As outras turmas dos primeiros e segundos anos esperaram a reforma interna das salas no início de abril de 2018 e estão tendo aulas aos sábados para recuperar o tempo e cumprirem a carga horária.

A gestão democrática na escola tem apresentado bons resultados e seus princípios como: diálogo entre as equipes de trabalho, valorização das decisões dos grupos de trabalho, maior responsabilidade das equipes e reformulação constante do projeto político pedagógico estão sendo usados e mostrando seus resultados. Os professores e funcionários reconhecem que há esforço do Conselho Escolar para melhorar, mas existem problemas como as exigências estipuladas para a escola. A hierarquia e a centralização ainda prevalecem como explicam os professores e técnicos:

- Quando se fala de autonomia escolar, parece depender do colegiado do conselho escolar, mas, muitas vezes, eles não possuem respaldo da SEDUC, uma coisa é a teoria e a outra é a prática (P2);

- [...] eu acho que o diretor tem pouca autonomia, porque sempre está falando com a Coordenadora Regional. Ele não toma nenhuma decisão sozinho. [...] só com o conselho escolar e com consulta à comunidade. [...] se não houver a participação e atuação do conselho escolar, a decisão tomada não terá respaldo até da SEDUC. (T3);

- A SEDUC não pode dizer para a escola como ela deve agir na sua comunidade. Como é a sua realidade? Como ela vai resolver aquele problema? [...] me parece que temos duas situações: o que a escola faz e o que as normas da SEDUC querem que a escola faça. A escola tem autonomia pedagógica, financeira e administrativa, mas cada

decisão de política pública educacional da SEDUC que chega na escola, nós precisamos reorganizar as atividades para que ela possa acontecer de forma a trazer os melhores resultados para os alunos (T4);

- Temos a autonomia para tomar as decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, mas a maioria das decisões é tomada pela SEDUC. [...] o conselho contribui pouco, visto que não tem autonomia e a SEDUC não se interessa pelos problemas encontrados dentro da escola (P3);

- Fazemos o que podemos legalmente, mas os empecilhos do autoritarismo da SEDUC atrapalham um trabalho melhor. Ela não respeita certas decisões tomadas em conselho (P4);

Através dos relatos feitos em entrevista com os professores (P2, P3 e P4) e técnicos (T3 e T4) no decorrer de 2017, a descentralização proposta pelas políticas públicas educacionais da gestão democrática demonstram-se parciais, uma vez que dependem das normas de instâncias superiores que acabam prejudicando suas decisões internas. A escola está atrelada ao sistema autoritário, depende deste em relação ao ensino, o que não demonstra a descentralização das políticas públicas educacionais da gestão democrática para as escolas em Rondônia.

Mas este problema está relacionado a todas as escolas no país. As SEDUCs alegam que necessitam ter controle do processo pedagógico. Isso se caracteriza como operação centralizadora oposta às afirmações de Sousa (2003, p.33), onde o gestor central transfere para os gestores escolares as funções de independência. Essas afirmações dos professores e técnicos demonstram que uma das hipóteses levantadas na pesquisa está correta, já que o conselho escolar não tem autonomia total em suas decisões, ficando atreladas às instâncias superiores.

A gestão democrática escolar deve, portanto, ser responsável pelos seus atos e a SEDUC deve dar liberdade às escolas, evitando a centralização da tomada de decisões o que caracteriza como uma gestão controladora e um retrocesso. Esse modelo se afasta dos formuladores da política educacional da gestão democrática, pois deve ser um processo que mostra as realidades, os debates, diálogos e enfrentamentos. Ela não é espontânea, deve ser “procurada, vivida, provocada e ser aprendida por todos da comunidade escolar” (HORA, 1994, p.51).

Quanto à participação do corpo técnico nas decisões do conselho na comunidade escolar, identificou-se similaridade nos relatos das técnicas e dos professores:

- Nas reuniões, sempre tinha alguém que falava pela gente, então, eu não participava dessas mudanças. [...] com essa nova constituição nós passamos a ter voz e mais liberdade para participar [...] está sendo muito bom a gente participar desta nova forma democrática de administração. Agora podemos falar dos problemas que nós técnicos vemos e que, muitas vezes, passam despercebidos pelos professores e pela direção (T5);

- Antes as pessoas não acostumavam a participar das decisões da escola [...] A maioria dos pais nem vinham nas reuniões. Por exemplo, eu participo das reuniões porque trabalho aqui e tenho filhos estudando aqui. Quero saber o que a escola está fazendo por nós funcionários e pelos estudantes (T2);

- Também tem muitas pessoas que não querem mais compromissos. Os professores já estão sobrecarregados, muitos trabalham em duas escolas e assumir mais um compromisso fica inviável pelo fato de que eles também necessitam de descanso e cuidar de suas famílias (P5);

- O maior problema do conselho escolar é o interesse das pessoas em participarem. A maioria das pessoas que participam do conselho são funcionários da própria escola e estão ali todos os dias. Para que um pai de aluno possa participar do conselho é muito difícil. A maioria diz que não tem tempo. Há uma falta de compromisso até pelos estudos dos filhos. Também temos pessoas dentro da comunidade escolar que não possui nenhum interesse em colaborar (P4);

Nesta forma de gestão, subentende-se que haja uma participação nas tomadas de decisões e esta é um caminho de aprendizagem e necessita de mudanças de paradigmas, que constituem uma formação política fundamentada na prática social. Pode-se identificar no relato de T2 e T5 que a participação é fundamental para eles, pois são valorizados pela gestão da escola e podem apresentar seus pontos de vista sobre determinados problemas que surgem na comunidade escolar. As funcionárias do corpo técnico demonstram que outra hipótese levantada na pesquisa foi respondida: o conselho escolar permite que o corpo técnico da escola participe na tomada das decisões para a comunidade escolar.

Contudo, o maior problema da gestão escolar está em reunir o conselho escolar. Os professores membros P4 e P5 afirmaram que a falta de disponibilidade e tempo são as maiores dificuldades, o que também é confirmado pelas técnicas T4 e T6:

- Em uma reunião que teve a gente avaliou as reuniões do conselho. O problema maior foi o horário para os pais participarem das reuniões.

Ele era bem no horário do trabalho dos pais e, por isso, eles não vinham (T4);

- O problema maior é o tempo. Pra se achar uma brecha nas atividades do mês é muito difícil. Então, a participação das pessoas fica bem limitada por causa da correria, tanto dos funcionários como dos pais. É muito difícil... (T6);

O “tempo” é o maior inimigo da participação nas tomadas de decisões do Conselho Escolar. A questão foi unanimidade nas respostas dos professores e técnicos como fatores que limitam a participação nas ações do Conselho Escolar. A grande maioria do corpo docente está sobrecarregada de atividades e para os técnicos e pais também não é diferente. Nos dias atuais, o sistema econômico moderno obriga os pais a trabalharem constantemente para sustentar suas famílias e não estão em condições psicológicas de participarem de reuniões escolares para discutir os problemas educacionais de seus filhos (PARO, 2001a, p.55).

O excesso de trabalho dos professores em sala de aula e fora dela também é um fator determinante na limitação da participação da gestão democrática. Quando os professores têm um “tempinho” livre querem descansar. Para tentar resolver esta questão, o conselho escolar criará um calendário de reuniões, onde os pais possam participar e também atender às disponibilidades dos conselheiros (PARO, 2016, p.231). Apesar dos dias das convocações do diretor para as reuniões do Conselho Escolar já serem pré-determinadas no calendário acadêmico escolar do ano letivo, sempre ocorrem ausências de conselheiros, pois não se pode prever acontecimentos futuros e podem acontecer imprevistos.

Além de organizar os calendários das reuniões, a escola também deve levar em consideração a situação da baixa escolaridade de muitos pais, que ficam envergonhados de participar das reuniões. É importante que a gestão da escola tenha consciência dessa situação e procure formas de amenizar o problema. É preciso dar condições materiais para que os pais participem das reuniões (PARO, 2001a, p. 13). Os pais e responsáveis, pelo menos aqueles que frequentam as reuniões, querem que a escola continue com este modelo de política educacional atual de gestão e ensino, pois seus filhos não teriam condições de ter qualidade educacional a não ser através de escola particular.

O voluntariado também é um problema, já que os membros do conselho escolar não são remunerados para a função. Muitos membros afirmam que estão

arrumando mais trabalho além daqueles que já possuem e que seu tempo disponível deve ser dedicado à família. É um “sacerdócio” que tem como gratificação o desempenho dos estudantes. O técnico T4 desabafa:

- Quando tem reunião, a gente nota as dificuldades de encontrar alguém que assuma uma determinada função, um fica empurrando para o outro. [...] a realidade é que ninguém quer assumir e, por isso, fica jogando para os outros. Alguns por falta de conhecimento, mas muitos porque não querem fazer mesmo (T4);

Com relação aos efeitos produzidos pela gestão democrática na escola, verifica-se que as maiores contribuições ocorrem nas tomadas de decisões em como aplicar os recursos financeiros e solucionar problemas do cotidiano. O conselho escolar está atuando mais como órgão deliberativo burocrático do que como determina as funções de atuação do conselho democrático participativo. As questões envolvendo a elaboração coletiva do projeto político-pedagógico restringem-se à equipe pedagógica:

- A maioria das decisões está na aplicação dos recursos financeiros; transparência nos recursos, prestação de contas (P6);
- Tomadas de decisões para solucionar algum problema; planejamento de ações para melhoria dos processos (P2);
- O conselho escolar possui grande importância em todas as decisões das questões financeiras e administração escolar (T3);

Mas, como salienta Luck (2009, p.63), essa participação não deve ser parcial, mas atingir a todos os setores da escola ou apenas será utilizada para camuflar as atividades, em que uns decidem e outros executam. Isso é manter a gestão como o sistema anterior, impossibilitando as melhorias de desenvolvimento.

A democratização da gestão nas relações organizacionais e funcionais necessita da divisão do poder entre os agentes e da participação dos envolvidos no processo educacional. Mas é dificultado pela falta de interesse e de tempo dos membros.

Outro ponto a salientar é o desempenho dos estudantes no ENEM, que já vinha crescendo desde a implementação do “Terceirão”. Pode-se concluir que a gestão democrática não está influenciando nos resultados conseguidos pelos alunos no âmbito dos conteúdos, mas no gerenciamento do sistema burocrático da escola que

se mostra eficiente? É uma análise prematura, pois a nova forma de gerir a escola deu agilidade na tomada das decisões para solucionar seus próprios problemas. Como consequência, os profissionais da educação e o corpo técnico obtiveram “feedback” de seu trabalho rapidamente aumentando a satisfação.

Além dos resultados obtidos pelos alunos, também procurou-se conhecer o que os alunos egressos achavam da escola. Qual a sua opinião sobre os métodos de ensino que a escola usa no “Terceirão”. Os resultados obtidos através dos questionários aplicados (Apêndice “B e C”) estão expressos nos quadros 15 e 16.

Quadro 15 - Opinião dos alunos da 3ª Série sobre a Escola João Bento da Costa.

Nº	Questionamento	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
01	Estudou no JBC? Por quê?	262	246	78	42	2
02	A Escola	250	244	108	22	6
03	O ensino	263	258	93	14	2
04	A estrutura	106	124	152	135	113
05	Os professores	257	260	107	4	2
06	O Conselho Escolar	110	226	256	18	20
07	O representante dos alunos no CE.	142	248	138	66	36
08	A administração participativa	243	239	125	12	11
09	Conhecimento adquirido	262	209	145	10	4
10	Recomendação da escola	230	202	185	12	1

Fonte: Pesquisa pelo autor na escola 2017.

Os alunos elogiam a escola, o esforço dos professores e a política pública educacional participativa, mas, para eles, a dificuldade maior ainda é a falta de disponibilidade de professores, que devem ter maior disponibilidade de tempo para se dedicar. Paro (2016, p.206) afirma a este respeito que a boa vontade e o nível de consciência política dos educadores são importantes para a disponibilização de um horário adequado para que eles possam se dedicar ao magistério, visto que a falta de uma carreira condigna prejudica o ensino.

As maiores reclamações estudantis estão centradas na estrutura da escola, que necessitava de reforma, mas a grande maioria ainda recomenda a escola para outros estudantes. Assim como os alunos egressos, os atuais alunos do “Terceirão” querem pontuação boa no ENEM para entrarem na Universidade Federal (UNIR).

Elogiaram os professores e o corpo técnico, mas também criticaram a estrutura sucateada da escola.

O quadro 16 demonstra os dados obtidos com a pesquisa dos alunos egressos da escola que estão na universidade e nas faculdades particulares. Os resultados são parecidos. Quando questionados sobre o porquê de estudarem na escola João Bento da Costa, responderam que queriam uma pontuação elevada no ENEM para tentar vaga na Universidade Federal (UNIR) e realmente este fato ficou constatado. Dos cursos pesquisados na Universidade Federal, os que possuem mais alunos egressos da escola João Bento da Costa são: Direito, História, Administração e Pedagogia. Dos alunos egressos entrevistados, 60% estão na UNIR. Nas faculdades particulares, o número de alunos egressos diminui à medida que os cursos vão ficando mais seletivos e caros, como Odontologia, Agronomia, Engenharia e Direito.

Quadro 16 - Opinião dos alunos egressos sobre a Escola João Bento da Costa.

Nº	Questionamento	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
01	Estudou no JBC? Por quê?	128	125	52	2	33
02	A Escola	128	122	68	20	2
03	O ensino	159	125	44	10	2
04	A estrutura	22	21	127	110	60
05	Os professores	132	143	52	8	5
06	O Conselho Escolar	60	122	125	20	13
07	O representante dos alunos no CE.	41	115	124	21	39
08	A administração participa	114	127	92	3	4
09	Conhecimento adquirido	132	119	75	10	4
10	Recomendação da escola	130	102	95	12	1

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor nas faculdades 2017.

A maioria dos alunos egressos elogiou o esforço dos professores para a escola competir em igualdade com as escolas particulares no quesito política educacional. Infelizmente, como grande número de escolas públicas no Brasil, as instalações da escola João Bento estão inadequadas. Segundo os alunos egressos, a escola necessitava de uma reforma, principalmente, nas centrais de ar condicionado. Mesmo assim, a maioria recomenda a escola para outros estudantes.

O questionário aplicado aos professores, técnicos e membros do conselho (Apêndice “A”) demonstrou que a maioria dos funcionários está com sua idade acima de 40 anos e são mulheres. Estão trabalhando na escola há mais de 10 anos com dupla jornada de trabalho. Muitos não participam do conselho e de outras atividades por estarem sobrecarregados. Tanto os professores quanto os técnicos acham que a gestão democrática da escola é ótima ou boa. O que atrapalha as atividades do Conselho, segundo eles, são as normas da gestão superior.

Tanto professores como técnicos são conscientes das funções do conselho, sabem que o ambiente escolar melhorou e que os recursos financeiros são repassados à escola no período correto. Os recursos são aplicados sempre nas prioridades, mas são sempre insuficientes. Há uma grande depredação do patrimônio da escola, por parte dos educandos que não demonstram zelo pelo bem público. A escola acabou de ser reformada e já apresenta problemas como: danificação da pintura, quebra de carteiras, banheiros destruídos e azulejos quebrados. A educação ainda tem muito o que fazer.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, deu-se mais unidade aos aspectos que foram abordados expondo as questões mais relevantes, buscando, sem pretensão de esgotar o tema, analisar os tópicos preestabelecidos.

Pensar conceitos e políticas públicas na Amazônia é tarefa titânica. É uma região com dimensões continentais, com características próprias, com diversidade étnica e com migrantes de todas as partes do território nacional. Aplicá-las em comunidades longínquas são atitudes heroicas e exigem esforço e dedicação. Rondônia, parte desta imensidão verde, possui suas próprias peculiaridades. Também teve, como outras partes da Amazônia, vários ciclos migratórios, mas por situar-se na região oeste e no cone sul da região amazônica, teve seu território melhor colonizado nos anos 70. Através de políticas públicas ocupacionistas que visavam desafogar as questões agrárias no centro-sul. O INCRA teve papel fundamental nesse processo, distribuindo terras aos migrantes que vinham do sul em busca de uma nova oportunidade. Cidades surgiram do nada, com pouca estrutura, mas com muita garra transformaram o estado. Políticas públicas foram aplicadas, algumas certas e outras erradas, mas foi através destes erros e acertos que se desenvolveu esta região.

As políticas públicas são desafios constantes para a Amazônia. Entre todas as políticas implementadas pelo estado, surgiu a gestão democrática. De início, estava voltada para a administração pública, mas logo é introduzida nas escolas. Surgiu no Brasil com a Constituição de 1988 e foi regulamentada pela nova LDB ou lei nº 9.394. Passou a ser implementada no estado de Rondônia em 2011 e só foi regulamentada pela lei estadual nº 3.018. A pesquisa concentrou-se em estudar apenas no contexto de uma única escola.

O estudo analisou os efeitos da política pública educacional da gestão democrática na Escola Estadual de Ensino Médio Professor João Bento da Costa. Para tanto, realizou-se a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental a partir de relatórios oficiais da escola, entrevistas com professores, técnicos, alunos e alunos egressos. Os dados coletados foram organizados em tabelas e gráficos. As análises, a partir da interlocução com o referencial teórico, possibilitaram o alcance dos objetivos da pesquisa, evidenciando os efeitos e as contribuições da política pública educacional da gestão democrática na escola estudada, os fatores que limitam a

gestão democrática escolar, a autonomia da gestão, a participação dos técnicos no conselho escolar e o ingresso dos alunos egressos no ensino superior.

A revisão bibliográfica evidenciou que ao Estado brasileiro cabe a responsabilidade de ordenar, planejar e implementar as políticas públicas, entre elas, as políticas educacionais. É evidente que o direcionamento dado a essas políticas públicas está embasado nos ideais neoliberais que defendem o Estado mínimo, a liberdade individual, a participação por meio da representação. Neste contexto, o ideal da democracia representativa é reforçado e as decisões seriam resultado do exercício de poder de quem é autorizado pela lei para exercê-lo, através das normas democráticas que se dá pela regra da maioria. Os ideais da democracia têm, assim, reflexos nas políticas públicas educacionais da gestão democrática como: eleição para diretor e a representação dos vários seguimentos da comunidade escolar dentro do Conselho.

A relação entre o ideal democrático e o sistema capitalista moderno traz consequências desfavoráveis como as crises da própria democracia representativa, que reduz a representação política. Quando o capitalismo cria e reforça as desigualdades na distribuição de renda, riquezas, educação, conhecimento, informações, entre outros, ele reduz o potencial democrático. Assim, a desigualdade produzida pela distribuição dos recursos públicos, automaticamente, traduz-se numa desigualdade política entre os cidadãos, o que demonstra a disfunção da democracia.

No neoliberalismo, o individualismo, a liberdade, o crescimento econômico individual, a satisfação dos interesses materiais e a competitividade são estimulados e valorizados. Isso favorece o privado e desfavorece o coletivo, resultando, assim, na desmotivação política individual. A desmotivação e o isolamento da política acontecem no capitalismo moderno em que as atividades humanas estão concentradas em torno do mundo do trabalho (ARENDETT, 2007).

Assim, as políticas públicas educacionais da gestão democrática buscam garantir espaços de participação e autonomia na escola pública. A gestão democrática participativa, apesar do atraso de sua implementação no estado, foi fundamental para a democratização da educação em Rondônia. Através da descentralização da gestão escolar, o Estado passou a dividir as responsabilidades da gestão com a comunidade escolar, onde a escola passaria a gerenciar as alterações pedagógicas e financeiras sem perder o foco do ensino-aprendizagem, utilizando-se de instrumentos controladores dos processos decisórios. Ou seja, a

autonomia exercida pela escola ainda é enfraquecida pelas práticas da gestão educacional centralizadora do MEC e da SEDUC.

No caso específico de Rondônia, a SEDUC foi a maior incentivadora das mudanças no processo de gestão escolar, preparando os professores e técnicos da educação através de cursos, palestras e seminários nos municípios do estado. Essa atitude da SEDUC visa o total esclarecimento perante as comunidades escolares estaduais do funcionamento da nova forma de gerir a escola. Com a implantação do novo sistema de gestão, caberia à SEDUC a orientação e coordenação dos trabalhos, mas o que se nota é que esta realmente exerce um controle fiscalizador sobre as escolas exigindo constantemente relatórios e prestações de contas.

Embora a Constituição Federal brasileira tenha incorporado a gestão democrática, todas as iniciativas das políticas públicas educacionais, apesar da aparente autonomia, possuem similaridades: o esforço para reduzir custos, encargos e investimentos públicos, transferindo-os para uma parceria privada e não governamental retirando a responsabilidade e o dever do Estado (como dita a Constituição). A solução dos problemas relacionados à educação foi deixada à boa vontade da população, ao invés da responsabilidade pública (Saviani, 1997, p. 200). Além disso, há ainda enraizada em nossa cultura a ideia de que os jovens devem apresentar bons resultados no ENEM e em concursos públicos. O conhecimento para formar o cidadão crítico e participativo da democracia não é importante. Como diz Paro (2001a, p.5): conhecimento para a vida inteira não interessa. Mas este conceito está reduzindo, pois, agora, a visão da gestão escolar volta-se para a formação do cidadão crítico e participativo onde a democracia prevalece.

Com relação à alimentação dos estudantes, a equipe financeira do conselho escolar fica responsável pela compra dos produtos. No caso da Escola João Bento da Costa, procura-se diversificar a alimentação para que, através dela, também se possa estimular o acadêmico a permanecer na escola e melhorar seu desempenho intelectual. A base da alimentação estudantil é fundamentada nos produtos regionais com ênfase no pescado, na farinha e frutos regionais como cupuaçu e açaí além de variados tipos de bolachas, verduras, legumes e do tradicional arroz com feijão.

A análise documental permitiu o alcance do primeiro objetivo específico que se propôs a descrever os efeitos da política pública da gestão democrática dentro da escola. Veio ao encontro dos anseios dos profissionais da educação, da comunidade escolar e da sociedade civil. Assim, a gestão democrática da Escola João Bento da

Costa contribui com a organização, a gestão dos recursos e a harmonia dos trabalhos dentro das atividades escolares. A nova forma de gestão facilitou a tomada de decisões administrativas colegiadas pelo Conselho Escolar e retirou do diretor e vice-diretor o cumprimento das decisões unilaterais impostas pelo ME e pela SEDUC. Hoje, a escola, através do Conselho Escolar, decide rapidamente o que fazer com os problemas que surgem em seu cotidiano.

A comunidade escolar também está satisfeita com a política pedagógica adotada pela escola. Cabe ressaltar ainda o esforço e a dedicação dos professores e técnicos da escola para o êxito do programa, desde a implementação da gestão democrática e atualizações do PPP até o desempenho nas reuniões do conselho escolar e nas atividades aplicadas ao projeto “Terceirão”. Estes profissionais são a “alma” da escola e procuram dentro de suas atividades exercê-las da melhor forma.

As atividades desenvolvidas nos diferentes segmentos da gestão democrática dentro da escola demonstraram que a comunidade escolar está disposta a mobilizar-se para melhorar o desempenho, desde que as reuniões não interfiram nos horários de trabalho dos envolvidos. Essa mobilização da comunidade e a tomada de decisões dentro da escola demonstram o potencial do coletivo, fortalecem o sentido da vida pública e aumentam a esfera política das ações. Mas todo esse envolvimento está atrelado a condicionantes do tempo.

A análise documental da lei que gere a Gestão Democrática Estadual (Lei Nº 3.018/2013) evidencia como princípios: a autonomia das unidades de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica; a participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios e em órgãos colegiados; a transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos com monitoramento e avaliação dos resultados. Contudo, vincula as decisões no âmbito da escola às normas vigentes da SEDUC, demonstrando a frágil autonomia da escola e sua submissão ao controle e tutela do Estado.

Nessa perspectiva, fica difícil pensar na gestão democrática escolar com a política pública educacional dos órgãos superiores se esta “caixa preta” não for aberta e colocada sob apreciação dos profissionais e interessados. Demo (1999) afirma que o Estado deveria abandonar a função controladora e construir em parceria com os demais atores sociais novas formas de democratização.

É importante salientar que o modelo gerencial da administração, presente na organização (SEDUC), demonstra que as reformas nas políticas educacionais,

influenciadas pela reestruturação da economia, apresentam a gestão democrática, mas valem-se do modelo administrativo gerencial que valoriza o controle dos resultados (P2, P3 e T4). O diretor tem pouca autonomia de gestão e o Conselho Escolar passa a ter autonomia restrita (T2 e T3) atuando somente como órgão burocrático e tornando-se uma extensão da SEDUC.

Contudo, a Gestão Democrática deve pautar-se na autonomia administrativa, financeira e pedagógica, com avaliações dos resultados, além de ter em seu conselho representantes dos segmentos da comunidade escolar para poder auxiliar nos processos decisórios do órgão colegiado. A função dos educadores é socializar o conhecimento, assegurando às novas gerações a produção científica, filosófica e artística. No entanto, estes princípios são colocados dentro da ótica administrativo-gerencial do controle do Estado, por meio de processos regulatórios, sendo concedido à escola apenas uma autonomia relativa e uma participação dirigida (SAVIANI, 2017, p. 231).

Sobre a participação dos vários segmentos no Conselho, a gestão democrática da escola garante a representação proporcional (professores, técnicos, alunos e pais) e a participação efetiva dentro das decisões do colegiado responsável pelo desenvolvimento das políticas educacionais emanadas pelo Estado.

Após a análise documental teórica das políticas públicas educacionais voltadas para a gestão democrática, realizou-se a análise dos conteúdos das entrevistas e questionários para responderem aos demais objetivos específicos: confrontar os dados específicos referentes à evasão, reprovação, aprovação no ENEM, SISU, PROUNI; confrontar a percepção dos diferentes agentes da gestão participativa na Escola; identificar se as reivindicações da gestão participativa são implementadas na Escola e os fatores que limitam as atividades do conselho escolar.

Os fatores que limitam a gestão democrática estão divididos em duas categorias: gestão centralizadora e condicionante da participação. Estão demonstrados nas entrevistas feitas com a comunidade escolar (professores e técnicos). As normas legais que regem a gestão democrática são incapazes de romper os princípios centralizadores da administração gerencial do ensino estadual, que trabalham pelo sistema tradicional hierárquico e centralizador das ações escolares. A escola tem dificuldade em reunir o Conselho Escolar e há ausência de interesse e responsabilidade em participar (P4, P5, T6). As questões refletem os condicionantes de sobrecarga de trabalho e desinteresse influenciados por

determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais (PARO, 2001a), como salientam (P1, T1 e T2).

A falta de tempo dos conselheiros escolares (professores, técnicos e pais) para participarem das reuniões é apontada como fator limitante do funcionamento adequado do Conselho Escolar (P4 e T5). É o maior desafio da gestão democrática escolar, pois está fragilizando o Conselho Escolar e “empoderando” o diretor na tomada das decisões.

As contribuições do Conselho Escolar na gestão democrática da escola foram destacadas na tomada de decisões relacionadas a resolver problemas internos da escola (P2 e P5), aplicação dos recursos financeiros e prestação de contas (P6). Na investigação, ficou evidente que a implementação da política pública educacional da gestão democrática confere à escola uma autonomia relativizada. Nesse sentido, decide-se a partir dos limites normatizados. Qual seria, então, a contribuição do Conselho Escolar na gestão democrática escolar em Rondônia? É possível afirmar, a partir dos resultados obtidos nos questionários aplicados aos professores, técnicos e conselheiros, que a escola tem autonomia no que tange a solucionar problemas internos e aplicação dos recursos financeiros, mas, na dimensão pedagógica, ainda depende de decisões de instâncias superiores.

Esse fato contraria as propostas da gestão democrática do Conselho Escolar e enfraquece o posicionamento do preceito do fortalecimento da educação. A participação na escola não pode se reduzir aos setores financeiros (contabilidade, orçamento, prestação de contas e investimentos), mas estar focada também no processo ensino-aprendizagem. O fomento dos processos participativos, como é a proposta da gestão democrática, deve estar alicerçado no aperfeiçoamento dos valores do conhecimento por meio da formação política que contribua para práticas democráticas. E deve criar esta contribuição através da vivência dentro da comunidade também na dimensão pedagógica.

A formação política de prática democrática participativa está atrelada às necessidades do capitalismo industrial neoliberal moderno que fortalece o contraste entre o ideal democrático de desenvolvimento da pessoa e a massificação ideológica da indústria cultural (BOBBIO, 1986). É necessária a posição participativa que exija do processo luta política constante e aprendizado como regra do jogo democrático, para quebrar as diferentes estruturas de poder que estão enraizadas no sistema de ensino. É necessário superar as políticas educacionais centralizadoras de Estado e

implementar uma política educacional democrática com conhecimento científico, construída lentamente através das regras e leis, com finalidade de mudar os paradigmas das políticas públicas educacionais.

Mas as políticas neoliberais produzem indiretamente dentro da escola um “descuido bem intencional” contra os conteúdos do ensino-aprendizagem. A escola está sendo minimizada de sua função específica ligada ao domínio dos conhecimentos (SAVIANI: 2007 p.447). Na atualidade, a escola apresentada para a sociedade, que é vista como democrática, está se isentando da responsabilidade pelas desistências e reprovações. A responsabilidade passou a ser do aluno e de sua família. Se as reprovações e desistências estão acontecendo deve haver algum motivo externo à escola. Talvez este estudante tenha problemas familiares, é mal alimentado, possui problemas emocionais, é carente ou está trabalhando muito e chega cansado na escola e não presta atenção nos conteúdos.

A escola passa a culpar os outros, marginalizar os estudantes ou achar desculpas pelo seu fracasso. Ou seja, passa a ser natural os filhos da classe trabalhadora não aprenderem, pois são inferiores. Assim, temos uma minoria que chegará à Universidade e outros, se não sair da Escola, irão seguir cursos mais curtos e menos valorizados socialmente ou profissionalizantes. Assim, somente os melhores estudantes conseguirão as melhores vagas nas universidades públicas.

Muitos poderão dizer que os desistentes e reprovados são oriundos das classes trabalhadoras e os melhores estudantes são da classe média e alta e que a escola está reproduzindo e fortalecendo a divisão de classes que existe em nossa sociedade. Mas, na Escola João Bento da Costa, estão sendo realizados trabalhos que reduzem estas desistências e reprovações, já que a maioria de seus estudantes provém de famílias de baixa renda. Estão mostrando que o filho de um trabalhador também pode chegar na universidade. É um trabalho lento e demorado apesar de os resultados da pesquisa verificarem que este quadro se alterou pouco.

A pesquisa constatou também que os resultados das aprovações dos alunos egressos no ENEM, SISU e PROUNI possuem influência direta da gestão democrática e é importante considerar sua função social na escola, uma vez que pode contribuir para a melhoria dos processos de aprendizagem e para a formação cidadã. Porém, a representatividade social ainda passa por dificuldades em termos de compreensão, por falta de conhecimento associado aos saberes e fazeres que se

processam junto à instituição de ensino, inclusive dos próprios profissionais da escola.

O que mais influi realmente nas aprovações dos alunos do 3º ano e dos alunos egressos no ensino superior é o trabalho realizado pelos profissionais da educação, através do “Projeto Terceirão”, criado em 2001, que é a “menina dos olhos” da escola. Para a instituição, o “Terceirão” parece (aos olhos deste pesquisador) ter mais importância que o Conselho Escolar e que suas diretrizes visam apenas a fatores burocráticos e atender às normas da SEDUC.

Os resultados indiretos da gestão democrática, mas que influenciam sim na eficiência da escola, estão na boa condução dos recursos financeiros e pedagógicos do Conselho Escolar. A condução do Conselho tranquiliza o corpo docente e técnico da escola trazendo harmonia e segurança para a realização das atividades da comunidade. Com isso, o estudante possui uma escola afinada com seus próprios interesses e repercutirá num melhor desempenho dos estudos.

Outro fator observado ao longo da pesquisa foi que os professores têm suas formações acadêmicas marcadas por objetivos pedagógicos. São profissionais que enfatizam a relação professor/aluno, a melhoria dos currículos, a modernização dos conteúdos, das técnicas e dos métodos de ensino, vinculando-os com o contexto histórico, social, político e econômico.

Infelizmente, nos cursos de formação acadêmica, poucas vezes, se faz uma análise político-ideológico das funções do educador nesta sociedade dividida em classes. “A quem se está servindo? Desenvolve-se o quê? Reflete-se sobre o mundo atual? Como se poderia participar melhor ativamente para que haja transformações? Assim, tudo se torna natural, como se a Escola fosse neutra e desse oportunidades iguais a todos, tratando da mesma forma os que a ela têm acesso. Desta forma, pode-se levantar o seguinte questionamento: a escola surgiu para fortalecer e garantir o poder de uma classe social dominante ou é criada para servir a determinados objetivos? Ambas estão corretas. Ela vive em função de conhecimentos das classes superiores com objetivos já pré-determinados. Não é, portanto, resultante de um processo imprescindível para o desenvolvimento da humanidade, da civilização e da cultura.

A escola ensina costumes, valores e hábitos de uma classe social determinada, apresentando-os como padrões naturais de vida, recheados de termos científicos e ideológicos com viés de “certo e errado”. Demonstrem o respeito à hierarquia e às

autoridades, a submissão à ordem pré-estabelecida e a competição saudável ensinando como se sempre fosse desta forma. É assim que se aprende a ser um cidadão honesto, educado e respeitador. Conhecimento crítico para a vida como um todo não importa. A escola ainda é o local onde a classe dominante impõe seus ensinamentos e fortalece as práticas que são essencialmente de seu interesse.

Mas se isso realmente acontece dentro da escola não se deveria reagir? Acredita-se que sim, pois, apesar da Escola ser uma instituição fortemente articulada com o Estado, encontra-se em seu interior espaços onde se pode debater as contradições ali presentes. Apesar deste panorama da Escola, percebe-se que as instituições produzidas para preservar as estruturas capitalistas podem também ser utilizadas para apresentar outras formas de conhecimento.

A instituição escolar possui ainda diversos desafios como as reprovações, as desistências, a incidência de drogas ilícitas e a criação de um ambiente onde haja prazer em estudar e adquirir conhecimento. A baixa renda das famílias acaba provocando desistências imediatas dos estudos em busca de trabalho que os levarão a salários reduzidos. A desistência dos estudos pela não compreensão dos conteúdos ou por falta de base curricular leva também à vida de subemprego, às drogas e à criminalidade. Esses desafios preocupam os educadores e as políticas públicas educacionais, pois não retrocedem. São desafios que ainda terão que ser conquistados e eliminados da sociedade. Desafios para muitos anos de pesquisa ainda.

Como salientou o diretor Francisco Rodrigues Lopes sobre sua visita às escolas nos EUA, as políticas públicas educacionais brasileiras estão a “anos luz” de atingir os parâmetros de outros países. Mas a gestão democrática brasileira está no caminho. O que precisamos é maior empenho das autoridades e valorização dos profissionais que estão se dedicando a esta atividade. O gráfico 08 apresenta a valorização do profissional da educação nos 35 países pesquisados, segundo dados fornecidos em 2018 pela Varkey Global Status Index¹²⁰. O Brasil aparece em último lugar com 9% dos brasileiros acreditando que o professor é respeitado em sala de aula. Alguns de

¹²⁰A Fundação Varkey é uma organização internacional sediada no Reino Unido, com escritórios em Dubai, Gana, Uganda e Argentina. É uma fundação familiar estabelecida para melhorar os padrões de educação e elevar o status e a capacidade dos professores em todo o mundo.

nossos vizinhos valorizando melhor os profissionais da educação como: Chile, Peru, Colômbia e Argentina.

Outro fator importante é a valorização dos profissionais da educação e das políticas públicas educacionais de outros países membros do BRICS e que estão em desenvolvimento como o Brasil dão a este setor, como a China que está em primeiro lugar.

Gráfico 08 – Valorização do Professor



Fonte: Varkey Fondation

A valorização das políticas públicas educacionais e a valorização do profissional da educação é o fator principal para o crescimento de uma nação. Qualquer tentativa de melhorar o sistema educacional que não inclua a valorização docente terá resultados muito limitados. O Brasil tem cerca de 2,2 milhões de

professores: é a profissão mais numerosa do país, mas uma das menos valorizadas como mostra o gráfico 03.

Assim, a gestão democrática participativa nas políticas públicas no Brasil e em Rondônia possui um campo vasto para crescer e pode ajudar a melhorar o desenvolvimento da educação.

Nessa direção, a pesquisa ajudou a compreender um pouco este “emaranhado de fios” que é a educação brasileira. A formação continuada é um caminho que possibilita ao pesquisador o amadurecimento e a reflexão para transformar seus atos reais e conhecer cada vez mais as peculiaridades e potencialidades da gestão democrática. A pesquisa é sempre um desafio e um caminho capaz de oportunizar novas possibilidades de construção e reconstrução pelas análises e divulgação das mensagens significativas de todo este contexto investigado, convidando o pesquisador a novas possibilidades na busca científica.

Finalizo este trabalho com uma inquietação muito grande por saber que ainda há tanto para ser descoberto dentro das políticas públicas educacionais e um campo vasto de pesquisa para ser desbravado. Estou ciente da pequenez deste trabalho e otimista para buscar novos horizontes dentro deste tema.

REFERÊNCIAS

- ACÚRCIO, Maria Rodrigues Borges. **A Gestão da Escola**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2003.
- AGUIAR, Lilian Maria Martins de. "**Educação na Idade Média**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/educacao-na-idade-media.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2019.
- ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Maia de. **O processo de institucionalização da gestão democrática no ensino público**. Tese (Doutorado em Educação), 2011.
- ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2007.
- ARENDT, Hanna. **O que é política**: fragmentos das obras póstumas compilados por Úrsula Ludz. 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins de; AGUIAR, Marcia Ângela da Silva. Políticas de educação: concepções e programas. In: WITTMANN, Lauro Carlos. GRACINDO, Regina Vinhaes (Orgs). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil 1991 a 1997**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- BARROSO, João. **O estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05.09.2018.
- BASTOS, João Baptista. (Org.) **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP&A/SEPE, 1999.
- BASTOS, João Baptista. Gestão democrática da educação: as práticas administrativas compartilhadas. In: BASTOS, João Batista (Org.). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 7-30.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000 a.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000b.
- BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 3. ed. Ijuí: Ed Unijuí, 2011.
- BORGES, Célio José. **Professores Leigos em Rondônia**: Entre sonhos e oportunidades, a formação e profissionalização docente – um estudo de caso. Tese

de doutorado na Universidade Estadual Paulista, 2011. Acesso em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101564/borges_cj_dr_arafcl.pdf?

BOTZACOV, Yêdda Pinheiro. **Os Bairros na História de Porto Velho**. Porto Velho: Porto Madeira Gráfica & Comunicação Visual, 2016.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRUNO, Lúcia. Poder e Administração no Capitalismo Contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARMO, Eraldo Souza; PRAZERES, Maria Sueli Corrêa. **Políticas educacionais para a Amazônia: teorias, práticas e contradições**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. V.31, N.3. 2015. Acessível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/issue/view2771/showToc>

CELETI, Felipe Rangel. **Origem da Educação Obrigatória: Um Olhar Sobre a Prússia**. Revista Saber Acadêmico junho de 2012. Disponível em: www.academia.edu/..../Origem_da_educacao_obrigatoria_um_olhar_sobre_a_Prussia

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **Educação Popular do Campo e Desenvolvimento Territorial na Amazônia: A territorialidade do campo como «espelho» de projetos conflitantes e contraditórios**. In. Educação Popular do Campo e Desenvolvimento Territorial na Amazônia: Uma leitura a partir da Pedagógica do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). João Pessoa: Dissertação de Mestrado. 2007.

CRUZ, Rosana Evangelista da. **Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional?** Educar em Revista, núm. 22, 2003, pp. 5175, Universidade Federal do Paraná, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155017964004>>. Acesso em: 10.04.2016.

CRUZ, Mariana. **A educação na Grécia Antiga**. 2007. Disponível em: <www.educacaopubliva.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0146.html>. Acesso em: 18 de agosto 2019.

DAHL, Robert Alan. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

DANTAS, José de Arimatéia. **A Nossa Geografia**. 1ª ed. Porto Velho, RO. 2010.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1994.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social e participativa**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da Educação Escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

DUARTE, Geraldo. **Dicionário de Administração**. Edição Digital Kindle Book br, 2011.

FERREIRA, Andréa Tereza Brito. **A mulher e o magistério**. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/.../18641>. Acesso em: 15 de agosto de 2019

FONSECA, Marília. **O Banco Mundial e a educação brasileira**: uma experiência de cooperação internacional. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Política Educacional: impasses e alternativas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

FREITAS, Fernando. **Parceiros na Vitória**: Administração Participativa no Mundo. 5ª Ed. São Paulo: Cultura Editora Associados, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990**: subordinação ativa e consentida à lógica de mercado. In: Educação e sociedade, v. 24, n.º 82. Campinas-SP: Abril de 2003.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Escola Cidadã**: a hora da sociedade. In: MEC. Salto para o futuro: Construindo a escola cidadã. Projeto político pedagógico. Brasília: MEC, 1998, p.22 – 29.

GANDINI, Raquel Pereira Chainho; RISCAL, Sônia Aparecida. **A gestão da educação como setor público não estatal e a transição para o estado fiscal no Brasil**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix (orgs.). Política e gestão da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

GENTILI, Pablo. (Org.). **Pedagogia da exclusão**. Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOMES, Pascoal de Aguiar. **A educação escolar no Território Federal do Guaporé (1943–1956)**. 2007. Mato Grosso: 148f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 2ª.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 2001.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, 1978. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf> Acesso em: 23/08/2018.

HORA, Dinar Leal da. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva**. Campinas- SP.: Editora: papyrus. 1994

HORA, Dinar Leal da. **Gestão Educacional Democrática**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

JACOMELI, Mara Regina Martins. **As políticas educacionais da Nova República: do governo Collor ao de Lula**. Disponível em: <
www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/.../21...
de MRM Jacomeli - 2017. Acesso em 08 agosto. 2018.

KLEIN, Joel Thiago. **A Resposta Kantiana à pergunta: Que é Esclarecimento?** Ethica Florianópolis v.8, n.2, p.211 – 227, Dez. 2009. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/download/1677-2954.../18564>

LDB – **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Editora Loyola, 2011

LIMA, Abnael. Machado de. **Achegas para a história da Educação no Estado de Rondônia**. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Porto Velho: Gráfica da Prefeitura, 1987.

LIMA, Antônio Bosco de. **Estado, democracia e educação**. In: FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago et al. Educação, políticas sociais e Estado no Brasil. Cascavel: EDUNIOESTE; Curitiba: Fundação Araucária, 2008.

LINHARES, Célia Frazão Soares. **A escola e seus profissionais**. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre governo**. Tradução de Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LOMBARDO, Livia. **Como fazíamos sem educação**. 2008. Disponível em:
<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/educacao.pre-historia-396338.shtml> Acesso em 28 de setembro de 2017.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Participativa na Escola**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2006. (Série Cadernos de Gestão, Vol. III).

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MARTINS, José do Prado. **Gestão Educacional**: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação. 3.ed. ver., atual e ampliada. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2007.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedrosos de. **A gestão democrática na rede municipal de educação de Porto Alegre de 1989 a 2000**: a tensão entre reforma e mudança. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DERLAN DES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; NETO, Otávio Cruz. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MODESTO, Paulo. **Participação popular na administração pública**: mecanismos de operacionalização. JusVigilantibus, Vitória, 1999. Disponível em: < [www.apoena.adv. br/participacao-popular-naadminist](http://www.apoena.adv.br/participacao-popular-naadminist)>. Acesso em: 25 ago. 2017.
NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010 (Coleção Educadores).

OLIVEIRA, Dalila; FERREIRA, Elisa. **Políticas sociais e democratização da educação**: novas fronteiras entre público e privado. In: AZEVEDO, Mário Luiz (org.). Políticas públicas: debates contemporâneos e educação. Maringá: Eduem, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

ORTSMAN, Oscar. **Mudar o trabalho**: as experiências, os métodos, as condições de experimentação social. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

PARO, Vitor Henrique. **A Gestão da Educação ante as exigências de qualidade e produtividade da Escola Pública**. Trabalho apresentado no V Seminário Internacional sobre Reestruturação Curricular realizado de 6-11 de julho de 1998, em Porto Alegre, RS. Publicado em: SILVA, Luiz Heron da. Org. A Escola Cidadã no Contexto da Globalização. Petrópolis, Vozes, 1998. P.300-307.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3^a. ed. São Paulo: Ática, 2001 a.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4^a ed., São Paulo, SP: Editora Cortez, 2016.

PEIXOTO, R., Oliveira, M. d., & Maio, E. R. (2013). **Educação escolar: uma necessidade a partir das mudanças nas relações de trabalho**. Revista HISTEDBR On-line:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/3/artigo_si_mposio_3_856_reginaldopeixoto@bol.com.br.pdf. Acesso em: 5 de agosto de 2019

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Construindo o Estado Republicano: democracia e reforma da gestão pública**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. Tradução de Dirceu Accioly Lindoso e Rosa Maria Ribeiro da Silva. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Forense, 1970.

PPP - **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual de Ensino Médio Professor João Bento da Costa, 2018.

RIBEIRO, Djeissom Silva. **Teoria de administração escolar em José Querino Ribeiro e M. B. Lourenço Filho: raízes e processos de constituição de modelos teóricos**. 2006. 220 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104791>>.

ROCHA, Andrea Pires. **A Instituição escola na sociedade dividida em classes: Uma construção histórica**. 2003. Disponível em: www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v6n2_andrea.htm

RONDÔNIA. Porto Velho. Decreto nº 15866, de 29 de abril de 2011. **Institui Conselhos Escolares nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual e dispõe sobre sua organização**. Diário Oficial do Estado de Rondônia, Porto Velho, 3 maio 2011b, n.º 1725.

RONDÔNIA. Porto Velho. Lei nº 3.018, de 17 de abril de 2013b. **Dispõe sobre a Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado de Rondônia, Porto Velho, 17 abr. 2013, nº 2198.

RONDÔNIA. Porto Velho. Projeto de Lei nº 739/2013. **Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia**. Porto Velho, 2013 a. Disponível em: <<http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/L3018-PL.pdf>>. Acesso em 11 de novembro de 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou princípios do direito político**. Tradução: Pietro Nassatti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.

SANDER, Benno. **Educação na América Latina: identidade e globalização**. Educação, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 157-165, maio/ago. 2008. Disponível em: <www.unisul.br/catedra/docs/b00fe065f942487097284270bd515e8a.pdf>. Acesso em: 25.08.2018.

SANDER, Benno. **Política e gestão da educação no Brasil: momentos e movimentos**. RBP AE, v.17, n.2, jul./dez, 2001. Disponível em: <<http://bennosander.com/artigos.php>>. Acesso em 26.08.2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para uma pedagogia do conflito**. In: SILVA, Luiz Heron; AZEVEDO, José Clóvis de; SANTOS, Edmilson Santos dos. Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 15-33.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democracia e participação**. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002b.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **Semear outras Soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **A nova Lei de Educação: Trajetórias, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: polêmicas do nosso tempo**. 1ª ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao FUNDEB**. Campinas, SP: 3ª Edição. Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **O golpe parlamentar e seus impactos na educação brasileira**. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes. Org. **A Crise da Democracia Brasileira**. 1ª ed. Eletrônica. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2017.

SEDUC, **Projeto de implantação dos conselhos escolares na rede de ensino estadual do Estado de Rondônia**. Porto Velho, 2010 a.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Arlete Vieira da. **O processo de exclusão escolar numa visão heterotópica**. In: Revista Perspectiva. v.25, nº 86. Erechim, 2000.

SILVA, Maria Abadia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas, SP: Autores Associados: Fapesp, 2002b.

SILVA, Luís Gustavo Alexandre da. **As mudanças na gestão e organização da escola: a participação como estratégia de reforma.** Linhas Críticas, Brasília, v. 11, n. 21, p. 265-284, jul./dez. 2005b.

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Explorando e Construindo um conceito de gestão escolar democrática.** Educação em Revista. Belo Horizonte.v.25. nº 03. Pg.123-140, dez 2009.

SOUZA, Antônio Lisboa Leitão. **Estado e educação pública:** tendências administrativas e de gestão. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. Política e gestão da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, 2003.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação e o Mundo Moderno.** 2ªed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação não é um Privilégio.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação para a Democracia:** introdução à administração educacional. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Pequena Introdução à Filosofia da Educação.** Rio de Janeiro: DP &A, 2000.

TEIXEIRA, Lúcia Helena Gonçalves. **Cultura Organizacional de projeto de mudança em escolas públicas.** Campinas. SP.: Autores Associados, 2002.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História regional: Rondônia.** 4ª ed. Porto Velho, RO: Editora Rondoniana, 2003.

TESOURO NACIONAL. **Aspectos Fiscais da Educação no Brasil.** Brasília, 2018. Disponível em: www.tesouro.gov.br

VIERA, Sofia Lerche. **Educação e gestão:** extraindo significados da base legal. In. CEARA, SEDUC. Novos paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005, p.7-20. <<http://www.blog.agendakidsdigital.com/gestao-escolar/os-desafios-da-gestao-escolar-na-Atualidade>>. Acesso em: 25.10.2017.

APÊNDICES

Apêndice “A”- Questionário aplicado aos funcionários da escola (Diretor, Vice-diretor, professores e técnicos).

TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Professor (a) ou Técnico (a) da Escola João Bento da Costa, representante da Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia.

Você é convidado (a) a participar da pesquisa: **O efeito da gestão democrática na escola estadual de ensino médio professor João Bento da Costa do município de Porto Velho entre os anos de 2011 a 2017: um estudo de caso**, desenvolvida pelo pesquisador LUIZ CARLOS DE FREITAS, doutorando no PPGCP – Doutorado Acadêmico em Ciências Políticas pelo DINTER da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS em parceria com a Faculdade Católica de Rondônia, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Márcia Abib/FCR. O objetivo da pesquisa é “Analisar os efeitos da gestão democrática dentro da Escola João Bento da Costa”.

Sua participação contribuirá para ampliar as investigações sobre os mecanismos de gestão democrática, institucionalizados nas políticas públicas educacionais do sistema de ensino da Escola.

Os resultados da pesquisa serão destinados à instituição e à elaboração de trabalhos de pesquisas e/ou publicações científicas em revistas nacionais ou internacionais.

Fica esclarecido que você não receberá nenhuma remuneração ao participar desta pesquisa. Todo material da pesquisa ficará sob a guarda do pesquisador e seu anonimato será preservado.

Caso tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone: (69) 98105-4972, e-mail: lucafre7@gmail.com.

O (A) Senhor (a) declara ter lido com atenção as informações referentes à pesquisa e concorda em participar, como voluntário (a), do projeto de pesquisa acima descrito? () Sim () Não

<p>1 – Sua idade</p> <p>() Menos de 20 anos</p> <p>() Entre 21 e 40 anos</p> <p>() Acima de 40 anos</p> <p>2 – Gênero () Feminino () Masculino</p> <p>3 – Função ocupada na escola</p> <p>() Diretor ou Vice-diretor</p> <p>() Professor</p> <p>() Técnico</p> <p>() Estudante</p> <p>() Pai ou responsável</p> <p>4 – Nível de escolaridade</p> <p>() Nível Fundamental</p> <p>() Nível Médio</p> <p>() Nível Superior</p>	<p>() Pós Graduação () Mestrado</p> <p>5 – Tempo de trabalho na escola</p> <p>() De 1 a 5 anos</p> <p>() De 5 a 10 anos</p> <p>() De 10 a 15 anos</p> <p>() Acima de 20 anos</p> <p>6 – Participa do Conselho Escolar</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Se sim, há quanto tempo?</p> <p>() Seis meses</p> <p>() Um ano</p> <p>() Dois anos</p> <p>() Três anos</p> <p>() Quatro anos</p> <p>() Mais de cinco anos</p>
--	---

Apêndice “B”: Questionário aplicado aos egressos da Escola João Bento da Costa

<p>01 – Você estudou na Escola João Bento da Costa para:</p> <p>a) Entrar na UNIR b) Ter boa nota no ENEM c) Entrar numa faculdade particular d) Conseguir um bom trabalho e) Outros motivos: _____</p> <p>_____</p>	<p>07 – A representação dos alunos no Conselho Escolar em sua época foi:</p> <p>a) Ótima b) Boa c) Regular d) Ruim e) Péssima</p>
<p>02 – O que você achou da Escola João Bento da Costa?</p> <p>a) Ótima b) Boa c) Regular d) Ruim e) Péssima</p>	<p>08 – A administração participativa da escola no tempo que você estudou lá foi:</p> <p>a) Ótima b) Boa c) Regular d) Ruim e) Péssima</p>
<p>03 – O ensino da escola foi:</p> <p>a) Ótimo b) Boa c) Regular d) Ruim e) Péssimo</p>	<p>09 – O conhecimento que você adquiriu na escola ajudou em sua vida de forma:</p> <p>a) Ótima b) Boa c) Regular d) Ruim e) Péssima</p>
<p>04 – A estrutura (salas de aula, pátio, cantina, biblioteca e outros) eram:</p> <p>a) Ótimas b) Boas c) Regular d) Ruim e) Péssimas</p>	<p>10 – Se você fosse recomendar a escola a outro jovem, você diria que ela é:</p> <p>a) Ótima b) Boa c) Regular d) Ruim e) Péssima</p>
<p>05 – Os professores que trabalham na escola são:</p> <p>a) Ótimos b) Bons c) Regulares d) Ruins e) Péssimos</p>	<p>11 – Quais os pontos da escola?</p> <p>Positivos: _____</p> <p>_____</p>
<p>06 – O Conselho da Escola atendeu as reclamações dos alunos de forma:</p> <p>a) Ótima b) Boa c) Regular d) Ruim e) Péssima</p>	<p>Negativos: _____</p> <p>_____</p> <p>12 – Você conseguiu aprovação no curso desejado na UNIR?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Porque? _____</p> <p>_____</p>

Apêndice “D”: Termo de Anuência para Realização da Pesquisa



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Núcleo de Ciências Humanas
 Departamento de Ciências Políticas
 Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* Políticas Públicas na Amazônia
 Doutorado Acadêmico em Ciências Políticas

Excelentíssimo Senhor
 Francisco Rodrigues Lopes
 Diretor da Escola João Bento da Costa

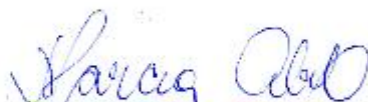
TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Solicitamos desta Instituição a autorização para a realização da pesquisa intitulada: **O efeito da gestão democrática na escola estadual de ensino médio professor João Bento da Costa do município de Porto Velho entre os anos de 2011 a 2017: um estudo de caso**, a ser realizada nesta escola pelo acadêmico de Doutorado em Ciências Políticas LUIZ CARLOS DE FREITAS sob a orientação da Profª. Drª. Márcia Abib com o objetivo de *“analisar os efeitos da gestão democrática dentro das instalações desta escola”* necessitando portanto, de ter acesso aos dados de relatórios de gestão, do Projeto Político Pedagógico, relatórios da secretaria, aplicação de questionários e entrevistas junto aos funcionários e estudantes desta escola que aceitarem voluntariamente a participar da pesquisa.

Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta instituição de ensino possa constar na Tese de Doutorado e em futuras publicações na forma de artigos científicos. Salientamos ainda, que tais dados serão utilizados tão somente para a realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com esta direção escolar, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando a disposição para qualquer esclarecimento.

Porto Velho, 10 de agosto de 2015


 Profª. Drª. Márcia Abib
 (Orientadora)


 Prof. Luiz Carlos de Freitas
 (Pesquisador)

Apêndice “E”: Termo de consentimento do Diretor para a realização da Pesquisa




Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Núcleo de Ciências Humanas
 Departamento de Ciências Políticas
 Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Políticas Públicas na Amazônia
 Doutorado Acadêmico em Ciências Políticas

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, FRANCISCO R. LOPES, diretor da Escola Estadual de Ensino Médio Professor João Bento da Costa autorizo a realização da pesquisa intitulada:

O efeito da gestão democrática na escola estadual de ensino médio professor João Bento da Costa do município de Porto Velho entre os anos de 2011 a 2017: um estudo de caso, a ser realizada nas dependências desta escola pelo acadêmico de doutorado Luiz Carlos de Freitas, sob a orientação da Profª. Drª. Márcia Abih com o objetivo de “*analisar os efeitos da gestão democrática na escola*”, necessitando, portanto, de ter acesso a documentos, dados estatísticos da secretaria e relatórios das atividades da escola entre o período de 2011 a 2017 e realizar entrevistas com técnicos, professores e alunos que aceitem participar da pesquisa.

Porto Velho, 10 de agosto de 2015


 Professor Francisco Rodrigues Lopes

Francisco Rodrigues Lopes
 Diretor
 Port. nº 246/2015/GAB/SEEDUC
 E.E.E.M. JOÃO BENTO DA COSTA

ANEXOS**Anexo “A”: Índice de aproveitamento escolar do ensino médio**

Ano	Total de alunos	Aprovados	Reprovação	Abandono
2011	2.440	1.625	498	317
2012	2.366	1.409	713	244
2013	2.285	1.550	480	256
2014	2.526	1.839	431	256
2015	2.482	1.753	448	281
2016	2.562	2.180	310	72
2017	2.614	2.187	506	209

Fonte: www.qedu.org.br

Anexo “B”: Funções deliberativas do Conselho Escolar

I - organizar e conduzir o processo de eleição do Diretor e Vice-Diretor e do Conselho Escolar de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação- SEDUC;
II - participar da elaboração e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico - PPP e do calendário escolar, observada a legislação vigente, estabelecendo neste o cronograma de reuniões ordinárias do Conselho Escolar;
III - criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática na elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico - PPP e do Regimento Escolar;
IV - analisar e propor alternativas de solução às questões de natureza pedagógica, administrativa e financeira;
V - discutir e acompanhar a efetivação do currículo escolar com base no Referencial Curricular do Estado;
VI - zelar pelo cumprimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990);
VII - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais de avaliações externas e internas - abandono, aprovação e reprovação - propondo, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas visando à melhoria da qualidade da educação;
VIII - discutir e deliberar sobre projetos elaborados e/ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar no sentido de avaliar sua importância no processo educativo;
IX - apoiar a criação e o fortalecimento de entidades representativas dos segmentos da comunidade escolar;
X - promover, regularmente, círculos de estudos, objetivando a formação continuada dos Conselheiros em parceria com a Coordenadoria Regional de Educação - CRE e outras instituições afins;
XI - analisar e aprovar o plano de aplicação e a prestação de contas dos recursos financeiros adquiridos ou repassados à escola, comunicando aos órgãos competentes as medidas adotadas pelo Conselho Escolar, em casos de irregularidades na Unidade Escolar;
XII - monitorar a merenda escolar no âmbito da Unidade Escolar, no que se refere aos aspectos quantitativos e qualitativos;
XIII - apoiar, assessorar e colaborar com a administração da Unidade Escolar em matéria de sua competência e em todas as suas atribuições, no sentido de cumprir as disposições legais, a preservação das instalações físicas e equipamentos da escola, bem como a aplicação de medidas pedagógicas previstas no Regimento Escolar;
XIV - apreciar e emitir parecer sobre desligamento de um ou mais membros do Conselho Escolar quando do não cumprimento das normas estabelecidas no Estatuto do Conselho Escolar;
XV - propor e aprovar as alterações do Estatuto do Conselho Escolar; e
XVI - encaminhar, quando for o caso, à autoridade competente, proposta de instauração de sindicância para os fins de destituição de Diretor da Unidade Escolar e Vice Diretor, em decisão tomada por 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) de seus membros e com razões fundamentadas e registradas formalmente.

Fonte: Lei Estadual nº 3018

Anexo “C”: Protocolo de Pesquisa – Comitê de Ética

FACULDADES INTEGRADAS
APARÍCIO CARVALHO - FIMCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O EFEITO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROFESSOR JOÃO BENTO DA COSTA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO ENTRE OS ANOS DE 2011 A 2017: UM ESTUDO DE CASO

Pesquisador: LUIZ CARLOS DE FREITAS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 02208218.9.0000.0012

Instituição Proponente: Faculdade Metropolitana de Porto Velho

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.029.039

Apresentação do Projeto:

As políticas públicas sempre foram de interesse da sociedade, pois está inteiramente relacionada com a sua existência. Através delas, os governos procuram produzir da melhor forma possível, o bem-estar social de todos ou pelo menos de uma grande parte. A Gestão Democrática ou Participativa surgiu, como uma forma da política pública, para melhorar a gestão centralizadora e burocrática, que vinha do Regime Militar. Passou a ser implementada no Brasil pelas reformas da nova Constituição de 1988, em seu Art. 206. Da mesma forma, a política pública educacional, passou a adotar, a gestão democrática no ensino, apoiada pe as mudanças da constituição e pela nova LDB (Lei nº 9.394/96). Com esta nova política pública educacional, as instituições de ensino estaduais passaram por uma reorganização interna em seus colegiados (Direção, Supervisão, Orientação Educacional e Equipe Pedagógica), coordenadas pelas SEDUCs e elegeram os primeiros Diretores e os Conselhos Escolares, pelo voto direto, dos membros da comunidade escolar. Em Rondônia, as mudanças implementadas pela gestão democrática, só iniciaram em 2011. Mas como forma de política pública estadual só passou a ser regulamentada através da lei nº 3.018 de 17 de abril de 2013 (Lei da Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia) que garante a gestão democrática nas escolas públicas com autonomia financeira e pedagógica, tomadas de decisões por processos coletivos com transparência e participação da comunidade escolar nos Conselhos Escolares. Entre todas as escolas estaduais em Porto Velho, uma já vinha se

Endereço: Rua Araras, 241 - Prédio Adm. - 1º andar
 Bairro: ELDORADO CEP: 78.012-640
 UF: RO Município: PORTO VELHO
 Telefone: (69)3217-8972 Fax: (69)3217-8972 E-mail: cep@fimca.com.br

FACULDADES INTEGRADAS
APARÍCIO CARVALHO - FIMCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O EFEITO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROFESSOR JOÃO BENTO DA COSTA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO ENTRE OS ANOS DE 2011 A 2017: UM ESTUDO DE CASO

Pesquisador: LUIZ CARLOS DE FREITAS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 02208218.9.0000.0012

Instituição Proponente: Faculdade Metropolitana de Porto Velho

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.029.039

Apresentação do Projeto:

As políticas públicas sempre foram de interesse da sociedade, pois está inteiramente relacionada com a sua existência. Através delas, os governos procuram produzir da melhor forma possível, o bem-estar social de todos ou pelo menos de uma grande parte. A Gestão Democrática ou Participativa surgiu, como uma forma de política pública, para melhorar a gestão centralizadora e burocrática, que vinha do Regime Militar. Passou a ser implementada no Brasil pelas reformas da nova Constituição de 1988, em seu Art. 206. Da mesma forma, a política pública educacional, passou a adotar, a gestão democrática no ensino, apoiada pe as mudanças da constituição e pela nova LDB (Lei nº 9.394/96). Com esta nova política pública educacional, as instituições de ensino estaduais passaram por uma reorganização interna em seus colegiados (Direção, Supervisão, Orientação Educacional e Equipe Pedagógica), coordenadas pelas SEDUCs e elegeram os primeiros Diretores e os Conselhos Escolares, pelo voto direto, dos membros da comunidade escolar. Em Rondônia, as mudanças implementadas pela gestão democrática, só iniciaram em 2011. Mas, como forma de política pública estadual só passou a ser regulamentada através da lei nº 3.018 de 17 de abril de 2013 (Lei da Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia) que garante a gestão democrática nas escolas públicas com autonomia financeira e pedagógica, tomadas de decisões por processos coletivos com transparência e participação da comunidade escolar nos Conselhos Escolares. Entre todas as escolas estaduais em Porto Velho, uma já vinha se

Endereço: Rua Araras, 241 - Prédio Adm. - 1º andar
 Bairro: ELDORADO CEP: 78.012-640
 UF: RO Município: PORTO VELHO
 Telefone: (69)3217-8972 Fax: (69)3217-8972 E-mail: cep@fimca.com.br

FACULDADES INTEGRADAS
APARÍCIO CARVALHO - FIMCA



Continuação do Parecer: 3.029.039

destacando com um ensino diferenciado, através do "Projeto Terceirão", para a aprovação de seus alunos no ENEM. A Escola Estadual de Ensino Médio Professor João Bento da Costa se dedica exclusivamente ao ensino médio e está

localizada na Zona Sul da cidade em uma região de bairros constituídos de famílias com baixa renda. Passou a ser referência para os estudantes pobres que queriam fazer um curso superior em uma universidade pública. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa quantitativa. Para obtenção dos dados optou-se por: pesquisa documental em relatórios da escola e legislação específica; entrevistas

semi estruturadas com o professores, técnicos, alunos e membros do Conselho Escolar e confrontar a percepção dos diferentes agentes internos da escola, para verificar se esta nova forma de política pública educacional, influenciou nos bons resultados no período de 2011 a 2017. Os resultados apresentam as contribuições na gestão democrática da escola e os condicionantes sociais, culturais, institucionais e econômicos que se caracterizam como limitadores da autonomia da escola e construção da gestão democrática na escola.

Objetivo da Pesquisa:

Avaliar os resultados de desempenho da Escola Estadual de Ensino Médio Professor João Bento da Costa de 2011 a 2017, por meio da implementação da política pública da gestão escolar participativa

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos serão mínimos e as informações coletadas através de questionários ficarão em posse do pesquisador.

Benefícios:

Verificar o desenvolvimento da gestão democrática nas escolas públicas e saber se estão produzindo resultados que beneficiem a comunidade

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Na exploração do material e tratamento, os dados das entrevistas e questionários serão codificados e agregados pelas similaridades e freqüenciadas respostas, gerando categorias temáticas de análise. Após o recolhimento dos questionários, entrevistas e coleta de dados na secretaria da escola, iniciar-se-á a etapa de tabulação, análise e interpretação do material recolhido, elaborando-se tabelas para verificar a evolução da demanda nas séries da escola, as

Endereço: Rua Araras, 241 - Prédio Adm. - 1º andar
 Bairro: ELDORADO CEP: 78.912-640
 UF: RO Município: PORTO VELHO
 Telefone: (69)3217-8972 Fax: (69)3217-8972 E-mail: cep@fimca.com.br

FACULDADES INTEGRADAS
APARÍCIO CARVALHO - FIMCA



Continuação do Parecer: 3.029.039

aprovações, reprovações e o abandono dos estudos além das aprovações na Universidade Federal através do ENEM.

Essas planilhas serão sistematizadas no programa EXCEL a fim de elaborar os gráficos para responder as propostas da pesquisa. Com todas estas informações realizadas a pesquisa poderá responder as hipóteses formuladas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todas os termos dentro dos parâmetros da pesquisa

Recomendações:

Verificar os riscos pois podem afetar também à equipe pedagógica, bem como a avaliação dos envolvidos na gestão política do período de estudo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Dentro dos parâmetros

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado do CEP deliberou pela Aprovação do projeto, considerando apto para sua execução conforme calendário.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1244080.pdf	01/11/2018 16:45:00		Aceito
Outros	CurriculumVitae.pdf	01/11/2018 16:36:50	LUIZ CARLOS DE FREITAS	Aceito
Outros	QEx.pdf	01/11/2018 16:33:37	LUIZ CARLOS DE FREITAS	Aceito
Outros	QE.pdf	01/11/2018 16:30:52	LUIZ CARLOS DE FREITAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PD.pdf	01/11/2018 16:30:05	LUIZ CARLOS DE FREITAS	Aceito
Outros	Tc.pdf	01/11/2018 16:29:39	LUIZ CARLOS DE FREITAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Tce.pdf	23/10/2018 19:58:34	LUIZ CARLOS DE FREITAS	Aceito
Folha de Rosto	Folha.PDF	23/10/2018 17:56:17	LUIZ CARLOS DE FREITAS	Aceito

Endereço: Rua Araras, 241 - Prédio Adm. - 1º andar
 Bairro: ELDORADO CEP: 78.912-640
 UF: RO Município: PORTO VELHO
 Telefone: (69)3217-8972 Fax: (69)3217-8972 E-mail: cep@fimca.com.br

FACULDADES INTEGRADAS
APARÍCIO CARVALHO - FIMCA



Continuação do Parecer: 3.029.039

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO VELHO, 21 de Novembro de 2018

Assinado por:

gilmar dos santos nascimento
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Araras, 241 - Prédio Adm. - 1º andar
Bairro: ELDORADO CEP: 78.912-640
UF: RO Município: PORTO VELHO
Telefone: (69)3217-8972 Fax: (69)3217-8972 E-mail: cep@fimca.com.br